

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL DOUTORADO**

**Maria Lúcia Aguiar Teixeira**

**COLÉGIO SÃO JOSÉ: TRIAGEM SOCIOMORAL NO ÂMBITO ESCOLAR  
– CAXIAS-MA (1940 -1960)**

**São Leopoldo- RS  
2018**

**MARIA LÚCIA AGUIAR TEIXEIRA**

**COLÉGIO SÃO JOSÉ: TRIAGEM SOCIOMORAL NO ÂMBITO ESCOLAR  
– CAXIAS-MA (1940 -1960)**

Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge

**São Leopoldo- RS  
2018**

**Colégio São José: triagem sociomoral no âmbito escolar - Caxias-MA (1940-1960).**

Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

**Data da Banca: 17 de janeiro de 2018**

**Orientador:**

---

Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge  
Universidade Vale dos Rios dos Sinos-UNISINOS

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Alcebiades Costa Filho  
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

---

Profa. Dra. Andrea Helena Petry Rahmeier  
Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT

---

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin  
Universidade Vale dos Rios dos Sinos-UNISINOS

---

Profa. Dra. Eloisa Helena Cappovilla da Luz Ramos  
Universidade Vale dos Rios dos Sinos-UNISINOS

A minha mãe Dulce e ao meu pai Euclides (in memoriam).

Ao Clida e Joãozinho meus irmãos (in memoriam)

Ao Yuri, (in memoriam), meu sobrinho e afilhado, que partiu precocemente, não deu tempo esperar por esse momento porque teve que ir atender ao chamado do PAI.

A todas as professoras e professores comprometidas e comprometidos com a educação;

Ao Gabriel, meu filho.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo de minha caminhada acadêmica, nunca estive sozinha. A realização desta pesquisa, que aponta um momento muito especial de crescimento em minha vida intelectual e espiritual contei com a colaboração e apoio de muitas pessoas. Agradeço de modo especial:

A Deus, por criar as condições que me possibilitaram percorrer essa jornada e por colocar pessoas tão especiais em minha vida.

Ao Professor Doutor Jairo Rogge, meu orientador, por ler e criticar meus escritos com seriedade e rigor e me conduziu com muita responsabilidade, sou grata pelo carinho. Sua esposa, Kelly, pela acolhida, pelo jantar oferecido em sua casa, pelo respeito com os quais sempre me tratou.

À Professora Doutora Luciane Sgarbi Santos Grazziotin, pela grande contribuição no exame de qualificação, contribuindo de forma fenomenal para a construção do texto final.

A Banca: Professor Doutor Alcebíades Costa Filho, Professora Doutora Eloisa Helena Cappovilla da Luz Ramos, Professora Doutora Andrea Helena Petry Rahmeier e Professora Doutora Luciane Sgarbi Santos Grazziotin, pelas considerações feitas no trabalho, contribuindo de forma significativa.

Aos professores da PPG História da UNISINOS, que contribuíram nesta caminhada; agradeço de modo especial e particular a simpatia e a contribuição da professora Eloisa Capovilla, com sua paciência e dedicação dando contribuição para o aprimoramento de meus escritos com significativas sugestões. Minha admiração ultrapassa a esfera acadêmica por ser uma profissional ética e humana.

À incansável Saionara Brazil, mais que secretária, amiga, meu muito obrigada.

A Universidade Estadual do Maranhão na pessoa do Reitor Prof. Dr. Gustavo Costa e de modo especial ao professor José Augusto, ex-Reitor da Instituição, sem sua determinação não teria sido possível minha participação.

Ao Colégio São José, locus da investigação, na pessoa das Diretoras, Ir. Maria Gemma de Jesus Carvalho e Ir. Maria Suely Castilho dos Santos, pela acolhida calorosa proporcionando livre acesso a todo e qualquer material em função da pesquisa; a Secretária Solange Maria Santos, a professora Jordânia dos Santos Silva que prontamente me auxiliaram na garimpagem da documentação.

Às colegas de trabalho do CESC-UEMA, em especial, Cleia, Lacerda, Shirlene, Rosane, Cacilda, Georgyanna, Márcia, Lourdene, Benigna e ao Raimundo Moura pelo apoio e amizade sincera.

À Ildener Albuquerque, orientanda, que comigo trilhou nesse caminho.

À Nani, minha afilhada e sobrinha, que se disponibilizou a fazer a tradução do resumo.

Ao Gabriel, meu filho a quem impus algumas ausências em decorrência da rotina das tarefas do cotidiano, mas sempre companheiro.

À Dulce Helena, afilhada e sobrinha, que com muita eficiência formatou o texto, disponibilizou seu arquivo fotográfico, agradeço de modo especialíssimo.

À querida Solange Matos, que cuidadosamente fez a correção final do trabalho, agradeço a amizade, apoio, incentivo e ajuda constante.

Ao meu grupo de estudo do doutoramento, Elizete, Mariângela, Jordânia e Roldão e a Ilma, pela amizade e amparo nos momentos difíceis, especialmente nos momentos em que precisei de um ombro amigo para trocas de ideias.

Aos meus colegas da turma de doutorado em História UNISINOS.

À amiga, irmã e comadre, Marinalva, pelo apoio constante, por sempre me ouvir e acreditar em mim encorajando-me a sempre seguir adiante.

Às minhas companheiras de luta Gracinha, Solange, Paixão, Madalena, Nanda, Edna, Cintia e Marilene pela amizade sincera demonstrada.

A todos meus irmãos e irmãs, Tagy, Jaguar, Claudio, Clida (in memoriam), Dulcimar, Nanô, Vanda, João (in memoriam), Alicinha, Alvina e Marinalva pelo forte laço da união que nos gruda fortemente e sempre me fortaleceu para olhar pra frente.

A todos meus sobrinhos e sobrinhas, primos e primas, cunhadas, cunhados; Dulce, Luciana, Ana Luiza, Mariana, Maria Feitosa que participaram efetivamente desta caminhada e a minha sobrinha neta, Maria Valentina que chegará para os arremates da pesquisa.

Ao Bartolomeu, marido e companheiro, que me apoiou nos momentos finais de meu trabalho, ficando acordado noites afora dando suporte enquanto eu estudava. Sua abnegação nos instantes em que o trabalho me consumia.

À Espírito Santo Araújo, companheira das andanças.

À Professora Doutora Francigelda Ribeiro, pelo competente e cuidadoso trabalho de revisão do texto inicial.

À Cleia, minha grande amiga contemporânea e colega de trabalho, ao Vicente pelo apoio e colaboração sempre dados nos momentos necessários.

À minha amiga Jeane Alves, batalhadora, guerreira e solidária em todos os momentos.

Às colegas professoras do Departamento de Educação e de Ciências Sociais e Filosofia do CESC/UEMA, pela amizade e apoio, a Diretora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia Professora Cleia Azevedo, Diretora do curso de Pedagogia Profa. Dra. Georgyanna Moraes, pelo espírito de colaboração demonstrado, ao Chefe do Departamento de Educação, Prof. Dr. Raimundo Moura .

A Unidade Regional de Educação – URE, pelo apoio na liberação para a realização desse estudo, na pessoa da Gestora Profa. Marciana Bezerra.

A todos que compõem o Centro de Ensino Aluísio Azevedo, onde exerço minha profissão de docência do ensino Básico, agradeço imensamente.

A todas depoentes que com suas narrativas me ciceronearam, como fonte, no trajeto desta caminhada: Ir. Maria Gemma de Jesus Carvalho, Ir. Maria Assumpta da Eucaristia Barros Nery, Profa. Maria de Jesus de Melo Lobão, Profa. Maria da Paz Costa Lamar, Sra. Maria Zélia Barbosa Coelho, Profa. Valquíria Araújo Fernandes de Oliveira, Profa. Rita de Cássia Assunção Kós, Profa. Denise Mironeyde da Silva, Sra. Maria das Graças Silva Costa, Profa. Conceição de Maria Assunção Araújo, Sra. Maria de Lourdes Cruz, Sra. Ludse da Costa Machado, Profa. Maria Dalva de Araújo Silva e \Profa. Maria de Fátima Alves da Silva, agradeço imensamente.

## RESUMO

Nessa investigação, relato e análise o funcionamento e a criação do Colégio São José em Caxias - MA, colégio confessional católico da Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, criada pelo Frei João Pedro de Sexto. O colégio fundado em 14 de fevereiro 1934, somente para o sexo feminino, a princípio ofereceu o curso primário, hoje ensino fundamental, posteriormente ginásio e curso normal (hoje ensino médio). O referido colégio inicia com objetivo de formar moças preparadas tanto para serem donas de casa, esposas, mães, como também professoras primárias, para cuidar da educação das crianças. Visava uma formação religiosa e filosófica, voltada para a aplicação de instrumentos éticos e morais capazes de inculcar nas alunas um modo de ser e agir, conforme um modelo idealizado pelos colégios confessionais, que não permitiam nenhum espaço livre para ociosidade. Nessa pesquisa, objetivo analisar o modo como o controle simbólico do “eu”, por uma escola confessional específica e historicamente contextualizada, pode validar interesses, diferenças e desigualdades sociais. Para atingir tal fim, elaborei os seguintes objetivos específicos: historicizar a formação da mentalidade confessional na prática escolar, indicando as convergências de interesses entre elites regionais e igreja católica; discutir as relações no âmbito da instituição de ensino que constitui o objeto desta pesquisa; compreender o alcance da dominação simbólica de tal instituição na memória das ex-alunas, bem como elaborar um conceito de triagem sociomoral forjado a partir dos fatos empíricos e históricos observados. Ênfase que, sendo o objeto lócus de estudo o Colégio São José - CSJ tenho, pois, um *corpus* que engloba depoimentos orais e documentos de cunho burocrático-administrativo, bem como o entrelaçamento da religião católica com a política da época. Para tanto, lancei mão de documentos no arquivo do colégio, arquivo particular da Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, na Câmara de Vereadores de Caxias e na Cúria Diocesana de São Luís - MA, bem como da História Oral através de depoimentos de ex-alunas, que utilizo na pesquisa como fontes. Vale ressaltar que o CSJ possui, apesar de grande parte ter sido deteriorado, uma vasta documentação patrimonial que fundamentou a pesquisa. O acesso disponibilizado pelo colégio e pela Associação em função da investigação foi imprescindível para o desenvolvimento deste trabalho. A investigação compreende o interstício 1940-1960, dando ênfase também ao período da criação do colégio, 1937 e tem como aporte teórico Bourdieu, Goffman, Le Goff, Foucault e outros.

**Palavras-chave:** Colégio; Memória; Triagem sociomoral; Controle.



## ABSTRACT

In this investigation, I report and analyze the functioning and creation of the College São José in Caxias, MA, a Catholic confessional college of the Association of the Capuchin Missionary Sisters of the Third Order of St. Francis of Assisi, created by Friar John Peter of Sixtus. The college founded on February 14, 1934, only for females, initially offered the primary course, now elementary school, later gymnasium and normal course (today high school). The aforementioned college begins with the aim of educating girls prepared to be housewives, wives, mothers, as well as primary teachers, to take care of the education of the children. It aimed at a religious and philosophical formation, the application of ethical and moral instruments capable of instilling in the students a way of being and acting, according to a model idealized by the confessional colleges, which did not allow any free space for idleness. For this research, the objective is to analyze how the symbolic control of the "self", by a specific confessional school and historically contextualized, can validate social interests, differences and inequalities. To achieve this goal, I elaborated on the following specific objectives: to historicize the formation of the confessional mentality in school practice, indicating the convergence of interests between regional elites and the Catholic Church; discuss gender relations within the educational institution that is the object of this research; to understand the scope of the symbolic domination of such an institution in the memory of the former students, as well as to elaborate a concept of sociomoral screening forged from the observed empirical and historical facts. I emphasize that, being the object of the CSJ study, I have a corpus that includes oral testimonies, memory and bureaucratic-administrative documents, as well as the intertwining of the Catholic religion with the politics of the time. For this purpose, I placed documents in the archives of the college, a private archive of the Association of the Capuchin Missionary Sisters, the Council of Caxias and the Diocesan Curia of St. Louis, as well as Oral History through statements by former students. It is worth mentioning that the CSJ has, although much of it has been deteriorated, a large patrimonial documentation that founded the research. The access made available by the college and the Association in the light of the research was essential for the development of this work. The investigation comprises the intersection 1940-1960, also emphasizing the period of the creation of the college, 1937 and has as its theoretical contribution Bourdieu, Goffman, Le Goff, Foucault and others.

**Key words:** School; Memory; Screening Sociomoral; Control.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fachada externa atual do Colégio São José	14
Figura 2 - Mapa de localização de Caxias, indicada pelo círculo vermelho	20
Figura 3 – Ruínas da Balaiada	25
Figura 4 – Centro Histórico de Caxias	26
Figura 5 – Vista aérea de Caxias	26
Figura 6 - Primeiras Irmãs Missionárias Capuchinhas Brasileiras – 1904	53
Figura 7 - Trecho da Ata de Fundação do Educandário São José	54
Figura 8 - Primeira fraternidade da Congregação Capuchinha em Caxias-MA (1937)	55
Figura 9 - Imagem de Santa Rosa de Viterbo	56
Figura 10- Trecho da Ata de Inauguração da Escola Santa Rosa de Viterbo	58
Figura 11 - Ata de Inauguração da Escola Normal Regional de Caxias	60
Figura 12 – Capela do Colégio São José	67
Figura 13- Diplomas da primeira turma de professoras normalistas – 1957	70
Figura 14- Trecho da ata de sessão solene de formatura da primeira turma do curso normal do CSJ -1957	71
Figura 15 - Alunas do curso primário, recebendo aulas de postura ao andar	97
Figura 16- Fachada Interna do CSJ na Década de 50	108
Figura 17 - Fachada Interna do CSJ em 2017	108
Figura 18 – Trecho da Ata de Comemoração do dia das Crianças (1937)	111
Figura 19 - Altar de Nossa Senhora na sala de aula	115
Figura 20 - Grêmio Santa Joana D’Arc: Homenagem a Pátria	117
Figura 21- Desfile de 7 de setembro	117
Figura 22 - Alunas com uniforme de Voleibol -1958	119
Figura 23 - Primeira Eucaristia das alunas do Curso Primário do Educandário São José -1940	120
Figura 24 - Atestado de saúde física e mental de aluna do CSJ -1959	125
Figura 25 - Atestado de saúde para doença infectocontagiosa de aluna do CSJ - 1959	126
Figura 26 - Atestado de virgindade de aluna do CSJ -1959	126

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dissertações e Teses defendidas com a temática; colégio/instituição confessional, formação docente, ideologia e poder.	32
Tabela 2 - Matrícula de alunas da Escola Normal Regional São José - primeira turma Caxias-MA. (1949).	71
Tabela 3 - Matrícula de alunas da Escola Normal do Ginásio São José - primeira turma Caxias-MA (1955).	72
Tabela 4 - Relação dos itens que compõem o enxoval da aluna interna	92
Tabela 5 - Mensalidades do Internato do CSJ	93

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AIMCA- Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas

CAPES -Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CEE - Conselho Estadual de Educação

CESC - Centro de Estudos de Educação de Caxias

CSJ - Colégio São José

DO - Diário Oficial

EA - Estado da Arte

FNE – Fundo Nacional de Ensino

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INS – Instituto Nacional de Saúde

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MA- Ministério da Agricultura

MEC - Ministério de Educação e Cultura

M J – Ministério da Justiça

PNE – Plano Nacional de Educação

SENAC-Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>1 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE CAXIAS-MA</b>	20
<b>2 COLÉGIO CONFSSIONAL SÃO JOSÉ: EDUCAÇÃO, RELIGIÃO, IDEOLOGIA E O ESTADO DA ARTE</b>	37
2.1 Historização da mentalidade confessional e o Estado da Arte	35
2.2 A ordem dos capuchinhos e sua chegada ao Maranhão	48
2.3 A Presença das Capuchinhas em Caxias e a Fundação do Colégio São José	53
2.4 Colégio São José: símbolo da convergência de interesses político-eclesiásticos	62
<b>3 CONTROLE DO “EU” COMO PRODUTO SOCIOSSIMBÓLICO, PELO COLÉGIO SÃO JOSÉ</b>	81
3.1 Bourdieu, Goffman e Foucault: a lógica da materialidade e o poder simbólico	82
<b>4 DISCURSO APOLOGÉTICO: MEMÓRIAS E RELATOS SOBRE O COLÉGIO SÃO JOSÉ</b>	107
4.1 Discurso imaginário e ideológico de ex-alunas por meio de depoimentos	107
4.2 Testemunho e memória: panorama que transcende o confessional	113
<b>5 TRIAGEM E VIGILÂNCIA SOCIOMORAL NO ÂMBITO DO COLÉGIO SÃO JOSÉ</b>	122
5.1 Triagem-vigilância: uma reflexão teórica a partir do caráter confessional do Colégio São José	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	128
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	131
<b>APÊNDICE</b>	137
<b>ANEXOS</b>	153

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, mostrarei o modo como uma escola pode modificar historicamente os caminhos de uma comunidade, determinando padrões comportamentais. Em resposta ao prestígio que a sociedade lhe concedia, respondia à distinção conferindo *status* às alunas que lá estudavam. Trata-se do Colégio São José (CSJ), escola confessional situada na cidade de Caxias do Maranhão.

Figura 1- Fachada externa atual do Colégio São José- 2018



Fonte: Dulce Helena Teixeira dos Santos

O CSJ, enquanto escola confessional deteve função determinante e ainda detém papel relevante no âmbito socioeducacional da microrregião de Caxias. No contexto caxiense, não diferentemente de tantos outros, o modo como a igreja adentrou as terras brasileiras para catequizar os nativos influenciou gerações e modificou toda uma visão psicossocial, modelo reverberado pela didática trabalhada naquela instituição. É notório que essa instituição de ensino, por tradição e/ou pela qualidade de ensino ofertado, tencionou e ainda tenciona se afirmar enquanto instância de poder, condição acentuada por se tratar de uma escola confessional.

Ao observar esses aspectos sociológicos, optei por redirecionar a temática e metodologia que, a princípio, voltavam-se para a função determinante do CSJ enquanto formador das professoras da microrregião de Caxias. No caso, sobressairia a perspectiva didática e a discussão se encaminhariam embasada na instrumentalização pedagógica da instituição.

Dados tais aspectos, a pesquisa terá como foco a reflexão sobre o modo como o CSJ contribuiu para produzir uma visão ideológica elitista e dominante na sociedade caxiense, por meios de diversas técnicas de controle e a contribuição da representação de um perfil feminino que se tornou padrão, bem como de dominação sociossimbólica, durante uma historicidade específica. Tal questão aponta diretamente para o objetivo desta tese, qual seja, o de analisar o modo como o controle simbólico do “eu”, por uma escola confessional específica e historicamente contextualizada, pode validar interesses, diferenças e desigualdades sociais. Para atingir tal fim, foram sistematizados os seguintes objetivos específicos: 1- historicizar a formação da mentalidade confessional na prática escolar, indicando as convergências de interesses entre elites regionais e igreja católica; 2- discutir as relações no âmbito da instituição de ensino que constitui o objeto desta pesquisa; 3- compreender o alcance da dominação simbólica de tal instituição na memória das ex-alunas; 4- esclarecer o conceito de triagem e vigilância sociomoral forjado a partir dos fatos empíricos e históricos observados.

Enfatizo que, sendo o objeto lócus de estudo o CSJ, tenho, pois, um *corpus* que engloba depoimentos orais e documentos de cunho burocrático-administrativo. O meu recorte histórico, décadas de 1940 a 1960, representa o período em que a escola ainda mantinha o regime de internato e era destinada ao ensino feminino, algo que se encaixa no enfoque teórico que utilizo nesta tese. A fim de melhor sistematizar a posposta, esta pesquisa será composta de cinco capítulos norteados, respectivamente, pelos objetivos específicos acima citados. Desse modo, os capítulos serão sistematizados, conforme as ideias expostas a seguir.

No primeiro capítulo, farei apenas um breve histórico da cidade de Caxias, cuja finalidade é contextualizar o cenário no qual o CSJ se insere, buscando fornecer o ambiente social, político e econômico desde suas origens.

Grande parte das atitudes negativas que se podem antever e, certamente, constatar em relação ao referido colégio, pelo que já conheço da realidade local, é fruto de certos princípios condutores e também conduzidos por uma historicidade, pois nem tudo é conspiração deliberada, uma vez que existem ações imprevisíveis para além da perspectiva de seus agentes. Desse modo, numa escola em que as ações são, antes de mais nada, voltadas para o conhecimento, existe um esforço genuíno em prol do ensino, e isso por si afeta positivamente uma realidade social; mas, em outra esfera, essa contribuição, no caso de uma escola confessional, é cobrada também na forma de adesão incondicional, por meio da fé, que pode se transformar em adesão política, preconceitos ou restrições intelectuais.

No segundo capítulo, Colégio Confessional São José: educação, religião, ideologia e o Estado da Arte, tentarei mostrar como o controle ideológico materializado em práticas de ensino serviu ao acultramento de povos, ao monopólio socioeconômico e à estagnação de uma realidade social na qual o conservadorismo e o elitismo são favorecidos; obviamente que isso será apenas nuançado, a guisa de reflexão preliminar. Na continuidade do capítulo, isso será problematizado e relativizado, pois a igreja possui interesses próprios que nem sempre coadunam com interesses de determinada situação política. A igreja se utilizou de escolas para angariar, entre outros, o poder simbólico, ampliando seus tentáculos ideológicos para as mais diversas camadas sociais. Ao fim do panorama histórico-social, tentarei analisar ou demonstrar que o CSJ é uma metonímia de todo esse processo, que suas peculiaridades espelham uma luta de poder e de interesses políticos e ideológicos. Destaco estudos já desenvolvidos sobre escolas confessionais e construo o estado da arte. Mapeados os primeiros trabalhos e as constatações feitas com base nos resultados, analisarei os trabalhos que mais se aproximaram do objeto em questão, procurando estabelecer relações entre os trabalhos encontrados e os objetivos de minha pesquisa.

No terceiro capítulo, O Controle do “eu” como produto sociossimbólico pelo Colégio São José, farei a transposição de alguns conceitos para novos espaços, bem como o aproveitamento de estruturas teóricas já conhecidas para a sustentação de um novo corpo teórico-reflexivo. Assim sendo, interessará a dinâmica de raciocínio de alguns pesquisadores; a maneira como são dispostas as análises realizadas em outro projeto teórico para, apropriando-se de modo consciente e adequado, pensar a realidade em estudo de modo mais abrangente; e, por fim, a visão crítica final sobre a sociedade em instância reflexiva. Serão, pois, em primeiro plano, exploradas categorias trabalhadas por teóricos como: Bourdieu, Goffman e Foucault. A finalidade é explorar as interseções entre o arsenal de ideias por eles elaboradas. Nesse sentido, o principal ponto de convergência, segundo meu interesse, é a crença no uso de instituições como instrumentos que moldam a personalidade e a perspectiva de mundo das pessoas, ressaltando que o controle da representação era feito diariamente e estava imbricado até mesmo nos hábitos aparentemente inocentes.

Serão adotadas como suporte para a análise de fatos e circunstâncias que retratam o funcionamento do CSJ depoimentos de ex-alunas internas, semi-internas e externas. Em tais dados, visível fica que o controle das ações e do eu, é, inclusive, preocupação precípua do CSJ, e esse controle foi feito explicitamente. Conformar garotas a uma concepção de mulher ou de agente social integra os compromissos ideológicos da escola. À época, essa prática era



vista como algo que fortalecia a moral e os bons costumes, aspectos que permanecem até os dias atuais, a despeito das mudanças socioculturais pelas quais a cidade e também a escola passaram. Questionar como esse produto simbólico era negociado e como ele afetava a realidade social me interessa, mas tentarei delinear a discussão, delimitá-la à lógica material, às práticas, às repetições, enfim, aos detalhes ritualísticos que lentamente apreendem o eu na visão de mundo no contexto estudado.

No quarto capítulo, Discurso apologético: memórias e relatos sobre o Colégio São José, abordarei, a partir de Foucault, o alcance do controle da representação num ambiente de uma instituição, na qual se tenta cobrir todas as etapas da rotina e na qual existe uma tentativa de monitorar os pensamentos. Contudo, mesmo num *locus* onde uma grande força ideológica atua sobre os agentes, há a possibilidade de uma resistência simbólica. Diante disso, é oportuno questionar: até que ponto o discurso ideológico de um colégio produz um imaginário de ex-alunas e da sociedade local? Tal questionamento está na base das entrevistas realizadas com ex-alunas, funcionários e ex-funcionários, ex-professoras, bem como com membros da sociedade que de alguma forma fizeram parte da história do colégio, no contexto aqui estudado. As entrevistas funcionarão, pois, como o caminho metodológico para elaboração desse capítulo. Assim, selecionarei depoimentos que julgar mais consistentes no atendimento da investigação<sup>1</sup>.

Por fim, no quinto capítulo, Triagem e vigilância sociomoral no âmbito do Colégio São José, forjarei, a partir de uma expressão utilizada pela igreja católica para a seleção de seus integrantes, habilitação de *Genere et Moribus*, o conceito de *triagem-vigilância*. Tal reflexão teórica, apesar de ter alguma relação com ideias defendidas por Bourdieu e Goffman, só foi possibilitada devido às especificidades desta tese.

Habilitação de *Genere et Moribus* consiste em um processo segundo o qual os membros da alta hierarquia eclesial, conforme esclarece Sérgio Miceli (1985), no período da inquisição, investigavam as origens sociais, de acordo com o *status* da “pureza de sangue” e antecedentes morais dos futuros membros a integrarem determinados cargos no clero.

O conceito de *triagem-vigilância* foi formulado a partir da análise do estatuto do ano de 1937 do CSJ, cujas principais metas não se direcionavam especificamente para a excelência no ensino, mas para receber alunas e torná-las socialmente respeitáveis e

---

<sup>1</sup> No Apêndice A está uma tabela com os dados de todas as pessoas entrevistadas, bem como os Termos de Aceite para uso dos depoimentos.

moralmente inatacáveis. Em resumo, trata-se de uma categoria que criei para analisar o processo de seleção, seguido de um conjunto de normas e atividades cujo fim era agregar valores simbólicos, criar uma marca ou *status* social e moral para as alunas, em respostas à confiança dos pais das educandas e à sociedade em geral. Para se tornar uma escola de elite era necessário escolher e diferenciar. A partir daí, ativou-se um maquinário segregativo que serviu para despertar o anseio de uma classe que almejava ter sua superioridade validada, a fim de garantir o seu domínio político e sociomaterial, portanto era imprescindível que a escolha das moças para fazerem parte da escola, enquanto alunas, pertencesse a famílias determinadas pela congregação.

Além disso, a manutenção da pureza moral, da submissão, por meio da vigilância, completa o pacote de serviços simbólicos. Afinal, moldar as alunas a uma imagem feminina adequada à historicidade patriarcal e conservadora da época era um trabalho que se esperava de escolas confessionais voltadas para mulheres. Mas essa *triagem* não se aplicava somente às alunas, era estendida também a professores e funcionários. E, para que a autoridade simbólica da escola se conservasse, a vida particular de muitos professores era posta sob julgamento e investigação de cunho sociomoral. A *triagem* e vigilância eram aplicadas a todos os envolvidos com a escola, isso é um fato empiricamente registrado. Mas o que isso levanta em termos de discussão sociológica e pedagógica?

Aqui, faço oportuno mencionar Theodor Adorno (2006), uma vez que ele considerava que toda prática educacional autêntica deveria promover a emancipação do indivíduo e evitar a barbárie. Com isso, uma escola deveria, em termos de ideal filosófico, assegurar a liberdade de pensamento e elevar a criticidade do educando. Quando escola e religião se cruzam pode ser que isso não ocorra. O que não implica dizer que a fé possa afetar o pensamento científico. Por outro lado, pode-se dizer, tendo como âncora um precedente milenar, que política e religião estão inextricavelmente imbricadas, e esta junção ativa uma troca constante de interesses que muitas vezes traem os ideais religiosos. Assim, a religião pode se tornar um flanco vulnerável no indivíduo, porque a matéria religiosa enseja concordância e submissão incondicional e embrulhar um produto político em conceitos religiosos potencializa seu poder de infiltração no pensamento de um indivíduo ou de uma sociedade.

É válido destacar que a ideia de escola ou de colégio pela história que se conhece hoje, teve sua origem e formação atrelada a motivações religiosas, sendo que seu principal atrativo não era o esclarecimento científico, mas sim o *status* que os integrantes desses

agrupamentos de ensino tinham na sociedade, protegidos que estavam pela igreja. Durante vários séculos, a possibilidade de pensar que escola e igreja poderiam estar em lados opostos não era aventada. Desse modo, nesse capítulo, a parceria concreta e simbólica entre igreja e escola deve ser problematizada.

Apesar de já ter tangenciado os aspectos metodológicos desta pesquisa, na exposição acima, devo esclarecer que esta tese se pautará em duas bases metodológicas: a análise sociológica e a análise crítica, ambas amparadas também por análises de documentos e de relatos orais. Não posso deixar de esclarecer que o CSJ permanece em pleno funcionamento e, a despeito das mudanças proporcionadas pelo contexto social, mantém-se ainda como referência para as classes mais abastadas da cidade.

## 1. BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE CAXIAS – MA

Caxias

Quanto és bela, ó Caxias! – no deserto. Entre montanhas, derramando em vales De flores perenais,

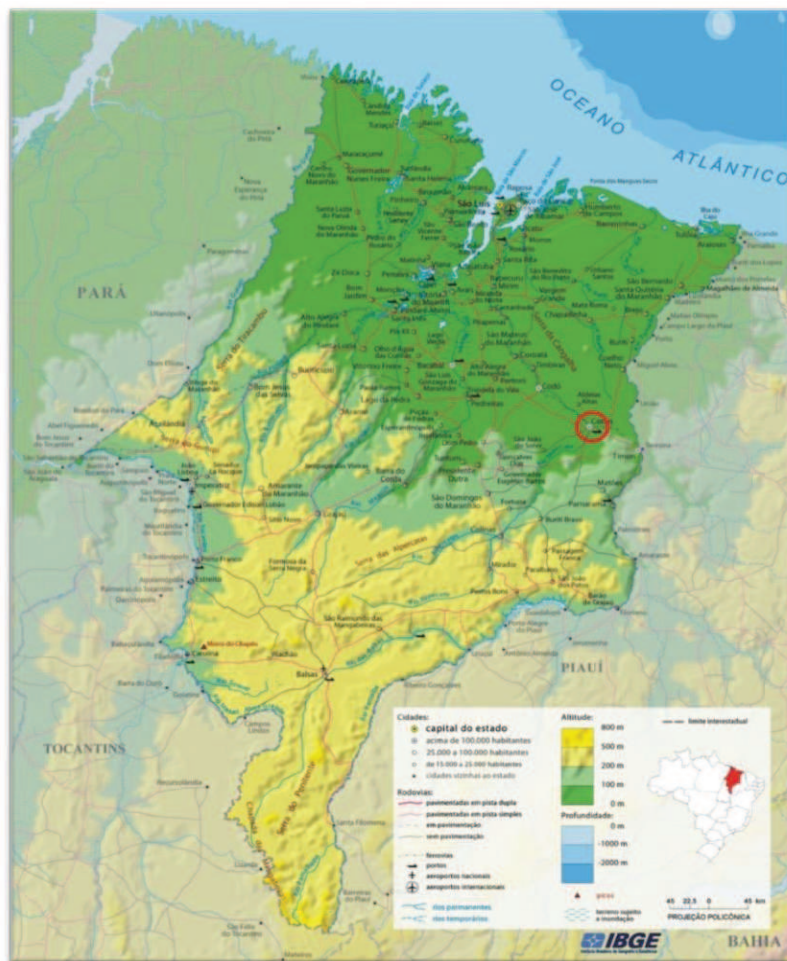
Ès qual tènue vapor que a brisa espalha No frescor da manhã meiga soprando

À flor de manso lago.

(Gonçalves Dias)

Caxias - MA, localizada próxima à divisa do estado do Piauí (Figura 7), primitivamente era um agregado de índios timbiras e gamelas. No século XVIII, com a chegada dos colonizadores, os índios embrenharam-se nas montanhas e florestas abandonando suas primeiras habitações.

Figura 2 - Mapa de localização de Caxias, indicada pelo círculo vermelho.



Fonte: Arquivo online do IBGE acessado em 20 de junho de 2017

Quase que sem exceção, as cidades ribeirinhas do norte do Brasil, nasceram em consequência dos chamados "pousos"<sup>2</sup> ou "paióis"<sup>3</sup>. Esses pousos eram casebres construídos de folhas de palmeiras geralmente tapados de palhas, e serviam aos tocadores de gado que provinham da bacia do São Francisco, na direção do litoral, para São Luís. Os paióis eram depósitos provisórios construídos pelos lavradores de cultivo intenso da terra, onde armazenavam, nas colheitas, o produto de seu trabalho. Encerrado o ciclo produtivo levantavam tenda, para queimada de novas matas e construção de novos roçados, via de regra à margem dos rios, única via de acesso para escoamento da produção.

Os primeiros documentos que aparecem, remetidos pelos missionários jesuítas para Roma e Lisboa, anunciam esta localidade como "Guanaré". Como fossem estes os aldeamentos mais afastados, os últimos até então visitados pelos missionários jesuítas, foram chamados em documentos: "Missio Superior in Campis": "Missão Alta" ou "Aldeias Altas". Com a construção da capelinha de São José, no início do século XVIII, aparece, às vezes, com a denominação de "São José das Aldeias Altas". A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicação do Governo Federal, assinala: "ocupadas pelos portugueses as suas primeiras habitações, estabeleceram-se nelas no século XVIII e edificavam uma igreja, a de Nossa Senhora da Conceição, dando à nova povoação o nome de "Aldeias Altas".

Segundo alguns pesquisadores, o nome Caxias foi dado ao município, em razão da existência, em Portugal, de uma freguesia com idêntica denominação, costume muito comum aos lusitanos da época. Conforme o professor Basílio de Magalhães (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, nº 15 p. 125), a grafia correta do topônimo seria "Cachias" já que, segundo ele, provém de "Cachia", nome dado à esponja, flor do arbusto chamado "*Corona christi*".

Por volta de 1796, Caxias foi eixo central de comunicação entre Ceará, Pernambuco, Bahia e todo sertão por sua posição geográfica privilegiada, considerando ser cortada pelo importante Rio Itapecuru, uma das principais vias de tráfego de mercadorias.

Em 1811 foram-lhe conferidos títulos e prerrogativa de Vila com a denominação de Caxias das Aldeias Altas. De acordo com IBGE (1959, VOL.XV), Caxias foi elevada à categoria de vila com a denominação de Caxias das Aldeias Altas, conforme a transcrição abaixo:

---

<sup>2</sup> Eram casebres construídos de folhas de palmeiras geralmente tapados de palhas, e serviam aos tocadores de gado que provinham da bacia do São Francisco, na direção do litoral, para São Luís

<sup>3</sup> Eram depósitos provisórios construídos pelos lavradores de cultivo intenso da terra, onde

Alvará de 31 de outubro de 1811 Criada a vila a 24 de janeiro de 1821, foi dividida nas freguêsias de Nossa Senhora da Conceição e São Benedito, pela Lei provincial nº 13, de 08 de maio de 1835. Elevada à condição de cidade e sede do município com a denominação de Caxias, pela Lei Provincial nº 24, de 05 de julho de 1836.

Com a criação da Vila, em 24 de janeiro de 1821, tomou o nome de Caxias das Aldeias Altas. Enfim, com a Lei de 5 de julho de 1836 que se elevava de vila à cidade, é desde então nomeada "Caxias" (Anexo B), nome este de uma freguesia do Conselho de Oeiras, onde está o forte de "D. Luís I", do campo entrincheirado de Lisboa<sup>4</sup>, sendo uma fortaleza de primeira classe. Quando os portugueses criavam, num lugar, a vila, mudavam-lhe o nome, geralmente, criando uma homônima do Reino nas colônias. A 31 de outubro de 1811 elevava a vila de Caxias das Aldeias Altas, hoje simplificado para "Caxias".

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o Município se denomina Caxias e é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937.

Com a vigência do Decreto-Lei n.º 311, de 2 de março de 1938, que proibia mais de uma cidade brasileira com o mesmo topônimo, foi tentada a mudança do nome secular de Caxias das Aldeias Altas, assunto que provocou reações vigorosas no Rio Grande do Sul e Maranhão. O Embaixador Macedo Soares, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enviou solicitação a respeito da mudança do nome da cidade de Caxias e de mais duas outras cidades brasileiras, porém de acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, foi feita uma consulta, na época, ao Prefeito, conforme telegrama:

Prefeito Caxias, comunico-vos recebi seguinte telegrama do embaixador Macedo Soares bipt aspas De 1-11-43 apelo para reconhecida elevada compreensão vossa excelência sentido facilitar solução delicado nomes Caxias pois cidade gaúcha de grande importância comercial e ponto seus produtos serem rotulados como de Caxias pleitea conservar pt Sugiro data venia seguinte solução bipt comarca gaucha continuarah Caxias vg comarca fluminense onde nasceu grande brasileiro ficará Duque Caxias e comarca maranhense passaria a Marechal Caxias ou Caxias Norte pt Aguardo resposta e antecipo agradecimentos pela atenção que apelo merecer pt Saudações atenciosas Macedo Soares Presidente I.B.G.E. aspas pt Saudações Albuquerque Alencar Interventor Interino<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> De acordo com o campoentrincheiradolisboa.blogspot.com, é um conjunto de fortificações localizado na Área Metropolitana de Lisboa, em Portugal.

<sup>5</sup> ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Vol. XV, 1942 p.254.

O prefeito, percebendo o grande problema que teria em virtude do amor dos caxienses por sua terra, com perspicácia, consultou por escrito as pessoas mais influentes da cidade. E a opinião das pessoas consultadas foi enfática em optarem por continuar com o nome Caxias. A seguir algumas das respostas à carta circular enviada pela Prefeitura:

"Prefeito Caxias, comunico-vos recebi seguinte telegrama do embaixador Macedo Soares bipt aspas De 1-11-43 apelo para reconhecida elevada compreensão vossa excelência sentido facilitar solução delicado nomes Caxias pois cidade gaúcha de grande importância comercial e ponto seus produtos serem rotulados como de Caxias pleitea conservar pt Sugiro data venia seguinte solução bipt comarca gaucha continuarah Caxias vg comarca fluminense onde nasceu grande brasileiro ficará Duque Caxias e comarca maranhense passaria a Marechal Caxias ou Caxias Norte pt Aguardo resposta e antecipo agradecimentos pela atenção que apelo merecer pt Saudações atenciosas Macedo Soares Presidente I.B.G.E. aspas pt Saudações Albuquerque Alencar Interventor Interino". limo. Sr. Prof. Nereu Bittencourt - Local - De ordem do Sr. Dr. Otávio Vieira Passos, Prefeito Municipal, estou com o presente fazendo chegar às vossas mãos, em anexo, cópia do telegrama que a esta repartição foi endereçado pelo Sr. Dr. Albuquerque de Alencar, Interventor Interino, que, por sua vez, transcreve o que recebeu do Sr. Embaixador Macedo Soares, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a respeito do nome desta cidade, igual ao de mais duas outras cidades brasileiras, que, por lei, não é permitido. A finalidade do envio da cópia do telegrama é para que do mesmo torneis conhecimento e, como sois, ou filho desta cidade ou aqui residente há vários anos, solicitar, por escrito, vosso parecer de forma que o Sr. Dr. Prefeito Municipal possa se pronunciar junto ao Sr. Embaixador Macedo Soares e Dr. Interventor Federal, levando em consideração as sugestões apresentadas. -Na certeza de que posso, dentro em breve, contar com a vossa resposta, antecipadamente confesso-me agradecido pela atenção que a êste dispensardes e, como não há outro assunto para o momento, subscrevo-me com as minhas mui cordiais e Respeitosas saudações

- (a) Arthur Dias de Paiva Secretário". "Ilmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal de Caxias. - Convidado por V. Sa em officio de 16 do corrente, hoje recebido, a emitir opinião a respeito da mudança do nome ' desta cidade, pleiteada pela de igual denominação do Rio Grande do Sul. que é menos antiga, eu o faço, com a satisfação com que venho, há 40 anos, embora parcamente, cooperando para a elevação cultural dos caxienses. - Caxias tem, na história política do Brasil, um nome altamente honroso, conquistado nas lutas pela independência de nossa pátria, e, na história cultural, a Princesa do Sertão fulgura, com o brilho magnífico dos astros de primeira grandeza que se chamaram Antônio Gonçalves Diás, Henrique Coelho Neto, Raimundo Teixeira Mendes, Cândido Mendes de Almeida, Teófilo Dias, Vespasiano Ramos. Constelação tão fulgurante não deu, até hoje, ao Brasil, nenhuma outra cidade ou estado brasileiro. Quando, de volta ao Rio de Janeiro, após brilhante desempenho da missão pacificadora que o trouxe a êste Estado, o então general Luís Alves de Lima e Silva escolheu o nome da cidade invicta, para o título nobiliárquico com que o agraciou o grande monarca brasileiro, D. Pedro 11. - A escolha honrosa do grande Soldado deveria bastar, para que

nenhuma alteração sofresse o nome de Caxias. - Ante o exposto, não é justo que uma simples superioridade financeira, como a alegada, pela cidade rio-grandense, supere as glórias que Caxias conquistou, ou o orgulho que a exalta, de ter seu nome, imorredouramente ligado, ao nome da maior glória do Exército Nacional. - Respeitosas saudações. Professor Nereu Bittencourt"<sup>6</sup>. (sic)

Um dos fatos marcantes na história de Caxias está relacionado ao movimento de adesão à Independência, que culminou com a Guerra da Balaiada, entre 1838 e 1841 (Figura 8), que originou-se numa escaramuça de tropeiros<sup>7</sup> e soldados de polícia na longínqua Vila das Mangas do Iguará, próximo a vargem Grande e estendeu-se por quase todo o interior do Maranhão, envolvendo cerca de 10 mil homens. Os balaios ocuparam cidades importantes como Caxias, que era rica, populosa, grande empório comercial e localizada em posição estratégica (COUTINHO, 2015). O poeta Gonçalves Dias, nascido em Caxias, imortalizou o local, escrevendo a bela poesia - O Morro do Alecrim - resultando daí a nova denominação dada ao morro das Tabocas.

A cidade de Caxias, “Princesa do Sertão Maranhense”, título denominado por Dom Manoel Joaquim da Silveira e referendada por seus habitantes, é um lugar de muitas simbologias e religiosidade, possui muitas igrejas e por muito tempo foi de dominação católica. Possui arquitetura de estilo português e exaltada nos poemas de Gonçalves Dias bem como destacada no Hino Nacional, com um trecho de Canção do Exílio “nossos bosques tem mais vida, nossa vida mais amores”. Entre muitos filhos ilustres, destaco aqui Gonçalves Dias, Coelho Neto, Vespasiano Ramos, Raimundo Teixeira Mendes, Ubirajara Fidalgo e outros.

---

<sup>6</sup> ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Vol. XV, 1942, p.254.

<sup>7</sup> Condutor de tropa ou comitivas de muare e cavalos entre as regiões de produção e os centros. Atualmente há no local, localizado no Morro do Alecrim, um Memorial. Foi antigo quartel de polícia, que abrigou as tropas do português José da Cunha Fidié e de Duque de Caxias.



Figura 3 – Ruínas da Balaiada



Fonte: [repasseinformativo.com.br/caxiasemfoco](http://repasseinformativo.com.br/caxiasemfoco)

Caxias, atualmente, possui uma área de 5.196,771 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 155.129 habitantes, sendo o quinto município mais populoso do Estado do Maranhão. O município faz parte da região Meio-Norte, está inserido na Mesorregião Leste Maranhense e pertence à Microrregião de Caxias, a 360 km de São Luís, a capital do Estado. A principal via de acesso aos demais municípios e estados brasileiros é a BR 316 e a Ferrovia São Luís – Teresina, que liga as cidades de São Luís-Maranhão a Teresina-Piauí. Limita-se ao norte pelos municípios de Codó, Aldeias Altas e Coelho Neto; a oeste pelos municípios de São João do Sóter e Governador Eugênio Barros; ao sul pelos municípios de Buriti Bravo, Parnarama e Matões e ao leste Timon e o Estado do Piauí (IBGE, 2016).

Caxias possui hoje uma infraestrutura moderna, que convive com prédios históricos de arquitetura portuguesa herdada do século XIX, alguns desses prédios possuem suas fachadas revestidas de bons azulejos, é considerada um dos centros econômicos mais importantes do Estado, em função de sua localização estratégica na malha viária, ferroviária e hidroviária do Estado.

O povo caxiense, em geral é muito católico, no século XIX, a cidade possuía uma tradição embasada num universo europeu, tanto no campo da moda como no educacional, os filhos das famílias de posse, iam cursar o ensino superior na Europa. Existe até os dias atuais as festividades religiosas que mostra a força do catolicismo, a presença marcante do povo nos festejos dos santos como forma de veneração, que se constituem importantes acontecimentos na cidade, destaque: o novenário de São Benedito, a festa de São Sebastião com hasteamento do mastro que mede em torno de 50 a 70 metros, o festejo de Nossa Senhora de Nazaré, o

festejo de Santo Antônio, e o festejo de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Caxias.

No final do século XIX e no início do século XX, as mulheres de famílias abastadas participavam de bailes, chás dançante beneficentes em prol das classes menos favorecidas e de instituições consagradas ao desenvolvimento da instrução.

O requintado padrão da sociedade caxiense estava atrelado ao afrancesamento como uma perspectiva de vivência civilizada e de rompimento do provincianismo da cidade [...]. Para isso era necessário estar em dia com os costumes e a moda parisiense<sup>8</sup>.

Figura 4 – Centro Histórico de Caxias



Fonte: <http://portalsinalverde.com>

Figura 5 – Vista aérea de Caxias



Fonte: <http://portalsinalverde.com>

---

<sup>8</sup> Segundo a Historiadora Jordania Maria Pessoa.

## 2. COLÉGIO CONFSSIONAL SÃO JOSÉ: EDUCAÇÃO, RELIGIÃO, IDEOLOGIA E O ESTADO DA ARTE

Neste capítulo, realizarei um breve panorama sobre a origem das escolas, com foco na sua relação com a Igreja Católica, seguido de uma análise das implicações entre uma escola confessional específica e seu quadro social circundante. Na primeira parte, evidencio a movimentação de fatos e eventos que possibilitaram o advento das primeiras escolas cristãs, além de discutir sobre as concepções de mundo que as possibilitaram, buscando compreender a razão do conceito de *escola confessional*. Trata-se de uma historicização que tem como meta chegar ao século XVI, pois acredito ser, nesse período, a cristalização da mentalidade “confessional-escolar-militante”. Na segunda parte, trago à discussão o contexto do século XX, focalizando o estado do Maranhão, onde se encontra meu objeto de pesquisa, o Colégio São José, situado no município de Caxias-Maranhão. Tratarei de contextualizá-lo cultural e historicamente. Por fim, na última parte, farei uma breve análise de como a escola interage com os núcleos de poder local, a fim de demonstrar que o princípio que norteava as escolas confessionais no passado, cuja explanação está na primeira parte, conserva-se na cosmovisão do CSJ no momento em que o interceptei, nas décadas de 1940 a 1960.

Para explicitar o modo de construção do objeto de estudo aqui referenciado, os estudos identificados registram dois momentos. O primeiro momento constou das buscas sobre os estudos que têm como enfoque Instituição de ensino. Posteriormente, apresento o mapeamento de blocos de teses e dissertações, identificando as políticas e propostas de inserção das escolas confessionais.

É importante destacar que o presente estudo não tem a pretensão de dar conta de toda a leitura das dissertações e teses, pois me detive apenas nas leituras comparativas dos trabalhos, na metodologia, sujeito e referencial teórico, os quais foram utilizados para situar os achados e, conseqüentemente, proceder às análises. Diante dessas constatações, tracei uma visão panorâmica, apontando o que possa vir a favorecer a consolidação dos estudos marcados pelo movimento de aproximação do meu trabalho. Dois aspectos foram evidenciados e analisados a título de compreensão do presente recorte. O primeiro está relacionado à condição em que se encontra a pesquisa na área de saber; o segundo, à área específica, de escola confessional e seus saberes nas questões ideológicas e o poder.

Existe um princípio que a antecede: a confissão da fé. Preceitos teológicos que essa precisa propagar. Fazer testemunho, no jargão evangelizador. Assim, uma formação de valores, moral, religiosa, teria que de alguma maneira se imiscuir no processo educativo. Isso,

talvez, não se coadune com o interesse laico. Por outro lado, pode ser seu grande diferencial. Assim, ceder por demais a uma demanda secular pode comprometer o produto simbólico da fé, em contrapartida, a intransigência pode levá-la à falência enquanto empresa educadora. O correto, para o seu intento, é que consiga urdir sutilmente as fronteiras, ornar os conteúdos didáticos com uma doutrina que seja eficientemente ideológica. Isso significa dizer que a doutrina, o credo, necessariamente, terá que se transvestir de uma verdade natural e inconteste, aparentemente imprescindível para uma vida bem-sucedida.

É mister aclarar que a fé confessada pode ser meramente política-institucional. Por exemplo, o cristianismo tem valores que em sua essência são indiscutivelmente benéficos, mas estes valores podem ser perfeitamente abandonados por uma escola declaradamente cristã se esse aspecto a fortalecer enquanto instituição política. Do contrário, a mentalidade confessional não teria razão de ser, afinal, protestantes e católicas, sendo igualmente cristãos, não teriam tido razão para colocar o mundo ocidental em guerra, literal e simbolicamente, se o que estivesse em questão fossem os valores cristãos. Aliás, ambas, em determinado momento, incorreram na violação brutal dos mandamentos bíblicos, justificados unicamente em dogmas circunstanciais. Disso decorre outra premissa: o produto confessional é compósito: mescla a mensagem religiosa à historicidade vigente.

Para construção do Estado da Arte, destaquei trabalhos já desenvolvidos sobre escolas confeccionais, a partir de categorias estabelecidas. Mapeados os primeiros trabalhos e as constatações feitas com base nesses resultados, analisei as pesquisas que mais se aproximam do objeto em questão, procurando estabelecer relações entre os trabalhos encontrados e os objetivos de minha investigação.

Os lócus da pesquisa para realização do Estado da Arte (EA) foram o levantamento no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o banco de dados de Teses e Dissertações existentes em Instituições de Ensino Superior (IES) e indicações de dissertação e teses feita pelo orientador e sugestões da banca de qualificação, agrupando os trabalhos científicos em diversas temáticas.

Todo o procedimento metodológico tem como fim investigar a atuação do colégio nas décadas de 1940 a 1960. Inevitáveis os obstáculos, dada à precariedade acerca do que já foi perdido ou retirado do prédio que arrefece sua substância material-mnemônica. Reuni alguns documentos burocráticos que delinea, de alguma forma, a rotina administrativa da época. Reuni pessoas atuantes no período supracitado dispostas a fazer uma narrativa que

possibilita recriar o cotidiano da escola.

O recorte temporal corresponde ao período em que o colégio alcançou sua maior efervescência. Era um internato que contava também com alunas externas e oferecia várias modalidades de ensino: o ensino infantil, o ginásial e o normal. Assim, a análise sociológica terá como fim o rastreamento das manifestações materiais de uma visão ideológica do referido período e a análise crítica partirá de um pressuposto de educação emancipatória, portanto essas bases metodológicas pressupõem aspectos históricos e filosóficos, cujo ponto alto será a elucidação do conceito de *triagem-vigilância*, processo no qual constará a síntese do meu trabalho investigativo.

Os levantamentos documentais foram realizados no arquivo do CSJ, no arquivo da Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas Caxias - MA, na Câmara dos Vereadores do Município de Caxias – MA e no Arquivo Arquidiocese da Cúria em São Luís - MA. Selecionei vários documentos tais como: Livros de atas da Fundação do CSJ, Livro de Tombo, registro de notas, cadernetas, registro de matrículas, desistência, guias curriculares, alunas bolsistas, discursos, revista do Colégio entre outros. Esses documentos foram localizados no arquivo da escola, selecionados e digitalizados com grandes dificuldades, por não existir na escola arquivo catalogado correspondente ao período de minha investigação. Ademais, muitos dos documentos se encontram em estado de deterioração por terem sido vitimados por cupins e por essa razão foram transferidos, pela secretaria da escola, para outro espaço; neste por falta de ventilação adequada, os documentos ficaram vulneráveis a mofo e ácaros, dificultando assim o manuseio. Atualmente estão sendo digitalizados. Não localizei material de alunas, como desejava: caderno de anotação, cópia de provas, mas documentos referentes à escola e às alunas, encontrei bastante fonte primária, inclusive documentos pessoais e bem organizados.

Organizei primeiramente o arquivo, após selecionar os documentos de meu interesse. De acordo com Le Goff (2003), fazer escolha é uma opção do historiador, nesse caso me perguntei, que tratamento dar a esses documentos encontrados? Nesse sentido, recorri ao entendimento de Grazziotin e Almeida (2012:32): quem pesquisa produz, cria e dá vida a documentação, em um processo interativo com os indícios e os sujeitos de sua investigação.

A partir daí, fui organizando, com ajuda de uma orientanda da UEMA e um funcionário do CSJ, separando documentos a serem consultados e, ainda com base em Grazziotin e Almeida (2012), comecei a relacionar as informações contidas nos documentos consultados e entrelaçar com os depoimentos das ex-alunas e pessoas entrevistadas, dentro de

um movimento conectado em relação de força e, de acordo com Foucault (2006), indaguei o que o CSJ representou e representa para Caxias e sobretudo as mulheres? Quem foi favorecido por esse modelo estabelecido pelo CSJ? Que efeito ele produz?

Procurei selecionar e organizar aqueles que estavam dentro do período de minha pesquisa a partir dos anos 1937 até 1969. Os demais, estão sendo digitalizados pelo CSJ. Fiz buscas também na internet, CAPES, Banco de Tese e Dissertação

O EA contribui de forma significativa, permitindo que, após mapeamento, identificasse trabalhos científicos já publicados, sobre o tema que investigo, a partir das categorias selecionadas. São exemplo dessas pesquisas os trabalhos de Tania Maria Rodrigues Lopes (2015), faz uma abordagem histórico-comparativa do processo formativo de professoras no Cariri-CE, Colégio Santa Tereza de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira (2014), também trabalha numa perspectiva de formação de professor com base em História e Memória em Corrente-PI, Faneide Pinto França Bittencourt (2016), pesquisou a formação de meninas através da imposição de regras religiosa que a instituição escolar utiliza como forma de controle social, Suely Barbosa de Moura, (2014), que também o Colégio São José em Caxias-MA e trabalha memória e formação de professora primária. No Rio Grande do Sul, as produções de Artur Diego da Silva Alexandrino, (2015), Giani Rabelo, (2007) Rita de Cássia Grecco dos Santos, (2012), foram os achados que se aproximaram da minha investigação.

Segundo Ferreira (2002) e Romanowski e Ens (2006), o estado da arte é um método de pesquisa que se realiza por meio de uma revisão bibliográfica sobre a produção de determinada temática em uma área de conhecimento específica. Essa revisão busca identificar que construção, o que não está em discussão e precisa ser trabalhado, que referenciais teóricos se utilizam para embasar as pesquisas e qual sua contribuição científica e social. Portanto, o objetivo ao utilizar esse método é fazer um levantamento, mapeamento e análise do que se produz considerando áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção. A finalidade do EA, de acordo com os autores supracitados, é “fazer um levantamento, mapeamento e análise do que se produz considerando áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção”.

Iniciei o levantamento bibliográfico voltado para o tema em análise, fazendo a busca pelos assuntos de interesse da pesquisa. A relevância da realização do levantamento bibliográfico assume caráter qualitativo no momento que permite um olhar nas relações intergeracionais, produzindo relações e sentidos que constroem o cotidiano escolar, ao situar o

nosso objeto de estudo dentro do conjunto das pesquisas produzidas no Brasil no período de 2007 a 2016 sobre o tema, no que diz respeito ao que podem favorecer a consolidação desse campo de estudos.

Com o objetivo de verificar o estado da arte das produções científicas acerca de colégio/instituição confessional, formação docente, ideologia e poder, apresento aqui o mapeamento das dissertações e teses sobre essa temática. O mapeamento dá ao pesquisador o diagnóstico sobre a realidade das pesquisas em uma área específica do conhecimento científico. Com a captação de caracteres relevantes para gestá-lo em uma nova pesquisa e na postulação da temática pretendida pelo pesquisador, o objetivo do mapeamento é obter informações sobre uma temática específica, por meio de um delineamento de ideias e/ou palavras chaves (BIEMBENGUT, 2008). Corroborando com essa ideia Fiorentini *et al* (2016, p. 18) afirmam que mapeamento é:

processo sistemático de levantamento e descrição de informações acerca das pesquisas produzidas sobre um campo específico de estudo, abrangendo um determinado espaço (lugar) e período de tempo. Essas informações dizem respeito aos aspectos físicos dessa produção (descrevendo onde, quando e quantos estudos foram produzidos ao longo do período e quem foram os autores e participantes dessa produção), bem como aos seus aspectos teórico-metodológicos e temáticos.

### **Procedimentos Metodológicos**

Neste item destacam-se os procedimentos metodológicos deste mapeamento. Biembengut (2008, p. 74) define mapeamento como:

[...] conjunto de ações que começa com a identificação dos entes ou dados envolvidos com o problema a ser pesquisado, para, a seguir, levantar, classificar e organizar tais dados de forma a tornarem mais aparentes as questões a serem avaliadas; reconhecer padrões, evidências, traços comuns ou peculiares, ou ainda características indicadoras de relações genéricas, tendo como referência o espaço geográfico, o tempo, a história, a cultura, os valores, as crenças e as ideias dos entes envolvidos – a análise.

O mapeamento teórico das produções científicas contribui de forma expressiva para a estruturação de uma temática investigativa, pois permite que o pesquisador(a) identifique as temáticas das produções científicas já publicadas sobre o tema que visa investigar e, a partir desse pressuposto, verifiquei se o tema se insere dentro dos descritores selecionados.

Primeiro, realizei a busca de palavras-chave junto ao Portal de Teses da CAPES (<http://bancodeteses.capes.gov.br>). O Portal de Teses da CAPES disponibiliza acessos a um banco de dados, por meio da escolha de tópicos, nesse caso os tópicos escolhidos foram:

colégio/instituição, controle e poder, presentes no título e/ou no resumo da dissertação e/ou tese.

O segundo passo foi a leitura das dissertações e teses (Tabela 3) para identificar objetivo e objeto e/ou foco da pesquisa. Ao proceder a leitura das produções organizei um mapa com o intuito de identificar o ano, autor (a), orientador (a), instituição, tipo de produção e título da pesquisa.

Tabela 3 - Dissertações e Teses defendidas com a temática; colégio/instituição confessional, formação docente, ideologia e poder.

Ano	Autor(a)	Orientador(a)	Instituição	Tipo de Produção	Título
2015	Tania Maria Rodrigues Lopes	Maria Juraci Maia Cavalcante	UFC	Tese	Uma história de instituições escolares e formação de professoras no Cariri (1923 a 1960): o colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva histórico-comparada.
2014	Teresinha de Jesus Araújo Magalhaes Nogueira	Maria do Amparo Borges Ferro	UFPI	Tese	Instituições Confessionais em Corrente/ Piauí – História e Memória: práticas educativas e formação de Professor
2016	Faneide Pinto França Bittencourt	Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França	UFPA	Dissertação	Escola doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a Deus, a família e ao lar - Ananindeua/PA (1949-1971)
2015	Artur Diego da Silva Alexandrino	Luciene Garib Santos Grazziotin	Tunisinos	Dissertação	Na passarela da tradição: memória e representações de formação docentes no Colégio Dom Feliciano – Gravataí/RS (1970 -1990)
2007	Giani Rabelo	Maria Stephanou	UFRGS	Tese	Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX



2014	Suely Barbosa de Moura.	Antônio de Pádua Carvalho Lopes	UFPI	Dissertação	O Colégio São José e a formação das professoras normalistas em Caxias – Maranhão: formando para a igreja, para a pátria e o lar (1949 – 1972)
2012	Rita de Cássia Grecco dos Santos	Elomar Antonio Callegaro Tambara	UFPEl	Tese	A educação das meninas em pelotas: a cultura escolar produzida no internato confessional católico do Colégio São José (1910-1967)

Fonte: Elaborado pela autora a partir do EA

Após a busca encontrei 30 produções científicas, mas quando utilizei o critério de que as palavras chaves deveriam estar presentes no título e/ou resumo, totalizei com esse critério sete trabalhos científicos.

Apresento, nesse item, o mapa teórico dos conceitos e definições dos termos que apareceram nas produções científicas consultadas: colégio/instituição confessional, formação docente, ideologia e poder. Manoel (1996, p. 53) descreve o cotidiano feminino em uma escola confessional.

Entrelaçando a vida colegial, alinhando o cotidiano das alunas, uma sucessão de festas e comemorações religiosas construía o seu tecido cultural, tendo como referência novas devoções, diferentes das que estavam habituadas pela religiosidade brasileira e portuguesa.

Nogueira (2014, p. 21-22) define ensino confessional como sendo

[...] ao integrar o *habitus* religioso às práticas educativas, com base em princípios cristãos e num maior rigor disciplinar e pedagógico, historicamente tem levado à construção de uma formação que orienta para a integração e para a emancipação ética, humana, voltada para a autonomia, responsabilidade, preparação para a vida e, portanto, uma formação integral do homem.

Lopes (2015, p. 161) explica que para compreender o processo formativo do docente, “a abordagem não pode transcorrer na superficialidade das experiências, demanda uma abordagem histórica”.

Do total das sete (07) produções científicas, quatro (04) são teses e três (03) dissertações de diferentes universidades das unidades da federação nacional. Dessas produções apenas duas teses versam sobre o ensino confessional, uma no âmbito da sociedade

pelotense no Estado do Rio Grande do Sul e a outra no âmbito na sociedade correntinha no estado do Piauí. Uma tese discorre sobre a história de instituições escolares e formação de professoras Vale do Cariri. A última tese tratou das pedagogias missionárias no sul catarinense na segunda metade do século XX.

Das dissertações mapeadas, uma trata da formação das professoras normalistas para o ensino confessional no município de Caxias, Estado do Maranhão. A segunda dissertação discorre sobre memória e representações de formação docente. E a última dissertação trata da temática da formação de meninas para servir a Deus, a família e ao lar da Sociedade Ananindeuense, Estado do Pará.

A seguir, apresentam-se as análises das produções científicas a partir de uma leitura criteriosa das produções científicas.

Na produção científica, Lopes (2015), concluiu que a influência didática e instrutivos recebidas adveio de modelo behaviorista de educação com viés laico e confessional para intermediar a formação de professoras normalistas no vale do Cariri no estado do Ceará.

Já a pesquisa de Bittencourt (2016), retrata a imposição de regras como forma de controle social imposta pela instituição de ensino e a rotina permeada de obrigações religiosas. No entanto, Nogueira (2014), apresenta a escola confessional pesquisada como mantenedora da formação sistematizada e para vida integrada a formação global dos sujeitos e a representação social e educacional de sua historicidade.

Rabelo (2007), versa sobre as pedagogias missionárias, difundidas como práticas sociais e a justaposição de diferentes saberes e fazeres axiomáticos atrelados nos discursos. O autor discorre sobre as transgressões elucidadas pelos sujeitos envolvidos e as pedagogias missionárias que tinham como objetivo persuadir aos meios de produção e colaboração com os interesses de produção empresarial.

Alexandrino (2015), discorre sobre a consolidação da tradição institucional que é percebida por meio da maturidade e, é representada pelo prédio institucional.

Moura (2014) visou compreender o modelo educacional proponente e a constituição deste na escola confessional para mulheres na cidade de Caxias no interstício de 1949 – 1972. A autora constatou que o ensino confessional ofertado pela Associação das Irmãs Capuchinhas na cidade de Caxias, por intermédio do Colégio São José, foi construção de valores confessionais atrelados à fé cristã. A pesquisa apresenta o processo formativo das docentes normalistas e sua atuação como professora primária.

Santos (2012) evidenciou que o projeto educacional produzido pelas Irmãs do Colégio São José teve repercussão positiva na comunidade pelotense, os conteúdos necessários à formação dos sujeitos e a formação sociopolítica intercambiada por ações assistenciais a clientela atendida. A autora a partir dos pressupostos estabelecidos a escola contribuiu na constituição da identidade social dos sujeitos envolvidos atreladas as mudanças sociais dos interstícios de 1910-1967.

Ficou evidenciado a partir das leituras criteriosas das produções científicas que nenhuma dissertação e/ou tese versam sobre a triagem sociomoral e vigilância da representação do “eu” no âmbito escolar do Colégio São José na cidade de Caxias, estado do Maranhão. Tema que me propus nessa investigação.

Nessa pesquisa científica, objetivo mostrar o modo como uma escola confessional pode modificar historicamente os caminhos de uma comunidade, determinando padrões sociais, comportamentais e regimes confessionais. Em resposta ao prestígio que a sociedade caxiense lhe concedia, o respaldo correspondia à distinção conferida ao status às alunas que estudaram em uma escola confessional situada na cidade de Caxias do Maranhão.

Espero, apesar da urgência sumária, ter esboçado um percurso histórico que avive na consciência a ligação entre educação e igreja. Por mais que meu objeto, uma escola confessional no interior do maranhão, pareça distante da discussão acima, justifico a historização por dois motivos: ao longo de muitas análises e estudos sobre escolas confessionais não é raro ver que muitas práticas tidas como milenares sejam lidas como inovadoras, isso se dá por uma inconsciência histórica sobre a evolução do objeto, que quis prevenir.

A outra razão é o intento de conceituar, mesmo incorrendo na pretensão, a mentalidade confessional. E para tanto, o domínio mínimo das etapas históricas da relação educação e Igreja mostra-se, acredito, incontornável. Reafirmo, ao recorrer às leituras dos mapeados publicados nos dois grupos supracitados, que nenhuma dessas pesquisas investigou sobre vigilância sociomoral voltada para o CSJ a partir do caráter confessional e o baixo número de trabalhos nesta área, expressa no recorte desses achados, demonstra a relevância desse tema de pesquisa.

## **2.1 Historicização da mentalidade confessional e o Estado da Arte**

A igreja católica foi uma pioneira na utilização de recursos educacionais como ferramentas de aculturação; a fé dentro de suas metas de evangelização sempre esteve,

inexplicavelmente, associada a objetivos políticos ou mesmo em prol do seu fortalecimento enquanto instituição. Isso não diz muito, ou diz muito menos do que imaginamos, porque, estritamente, até os atos mais individuais e inocentes são imantados pela política e pela ideologia. Dizer, assim, que a igreja católica atua com propósitos políticos seria redundante, uma vez que ela é uma instituição política, no sentido mais concreto do termo: exerceu o poder hegemônico de interferir na estrutura governamental de nações e estados durante um período que não encontra correspondência na história universal.

Após o colapso do Império Romano e a invasão germânica, as escolas praticamente desapareceram, e quase toda cultura letrada ficou sob a guarda da Igreja Católica, que se esforçou para conservá-la, pois o cristianismo como uma religião que nasceu da confluência de três culturas evoluídas em termos de escrita, a saber, grega, romana e judaica, precisava que seus integrantes fossem instruídos, pois a evangelização envolvia o domínio da leitura num nível profundo.

Dentro desta lógica, com efeito, intuímos que os bárbaros provavelmente não tivessem interesse em resguardar a cultura intelectual greco-romano. Neste caso, talvez, posso concordar que a Igreja prestou o serviço de mantê-la entre seus muros, ou ainda: “não é surpreendente que a Igreja tenha o papel de protetora da cultura intelectual”, porque esta estabelece uma “relação bastante íntima com essa cultura. Consegue protegê-la, porque é uma religião erudita, baseada em um sistema de ideias e não simplesmente uma religião feita de práticas, de rituais. Precisa da cultura para existir” (GAUTHIER, 2010, p. 72). Por isso manteve funcionando locais de ensino e bibliotecas em seus domínios, mas não por apreço à cultura pagã, mas pelo fato de que até então o cristianismo tinha suas bases intelectuais atreladas a esta cultura, os textos sagrados estavam amalgamados aos da cultura greco-romana, até porque, a essa altura, toda educação formal se passava nas escolas e o conhecimento erudito do qual dependiam os cristãos se associava ao legado intelectual greco-romano. Mas a Igreja católica não se limitou ao mero papel de arquivista e conservadora da cultura greco-romana, ao contrário, assim que pôde a dissolveu no seu objetivo maior: o pensamento cristão.

No interior das escolas eclesiásticas, num interregno que ultrapassa quinhentos anos, ela fomentou uma visão de mundo original, autônoma em relação a greco-romano, apesar de conservá-la como parte de seus conceitos teológicos. Desse ponto, derivou a tese de Durkheim (1995), de que a escola teve sua origem na Idade Média, por mérito da Igreja. A princípio, esse pensamento não faz sentido, porque sabemos que existiam escolas na

antiguidade, com isso, dizer que a Igreja fundou as escolas é uma afirmação refutável. No entanto, Durkheim considera como escola uma instituição que ofereça uma formação ampla e moralmente coesa, que tenha um conjunto de objetivos e valores que se sobreponham às disciplinas para convergirem em uma meta valorativa final. E, nesse sentido, a cristandade revelou-se, de fato, pioneira, já que, nas escolas da antiguidade não existia uma instituição que aglutinasse todas as matérias e disciplinas dentro de um projeto comum. Nessa perspectiva, afirma Gauthier:

Completamente diferente é a visão da escola cristã da Idade Média. Mesmo que haja vários mestres na escola, ensinando conteúdos diferentes, eles estão fortemente ligados entre si. Compartilham o mesmo objetivo; querem tocar a alma do aluno, para convertê-lo à mensagem de Jesus Cristo. Cada um orienta o seu ensino, pouco importa o conteúdo, para esse objetivo único, que é a conversão do aluno. Nesse sentido, assiste-se a uma concentração muito intensa de influências que se reforçam mutuamente. Essa influência é muito importante nos “convictos” (mosteiros), onde, em um mesmo lugar, o espírito dos jovens é impregnado de religião de modo contínuo, do despertar ao deitar. Com o desaparecimento da escola antiga, a Idade Média responde com escolas cristãs, apresentando uma forte coesão. A educação compartimentada da antiguidade é substituída na Idade Média por uma educação integrada, completa, total, que enquadra completamente o indivíduo (2010, p. 74).

Assim, é a proposta de integrar as diversas áreas do conhecimento num objetivo único que faz com que a escola cristã da Idade Média seja apontada como a verdadeira origem do modelo escolar atual.

A unidade e a concentração de propósitos num mesmo espaço, tanto físico quando ideológico, com efeito, é o que basicamente temos hoje. Na antiguidade, o aluno tinha que procurar seus mestres de acordo com o conhecimento: para gramática, ia ao gramaticista, para literatura, ao literato, para matemática, o matemático, etc. Algo que no final proporcionava uma formação fragmentada e dispersa, irregular, dificultando o controle das diversas etapas do aprendizado. Neste sentido, Henri-Irenee Marrou (1985), consegue distinguir nas escolas cristãs algo realmente inovador, pois em comparação às escolas da antiguidade, as primeiras escolas medievais monásticas não compartimentavam os conteúdos de acordo com a origem ou classe dos alunos, a formação buscava uma unidade entre saber técnico-intelectual e moral-religioso, sem fragmentação distintiva, o que possibilitou num primeiro momento que mesmo os alunos pobres pudessem ter acesso a conhecimento de qualidade:

El maestro es aquel que revela no solamente la escritura, sino las Sagradas Escrituras. Monástica, episcopal o presbiterial, la escuela no separa, no aísla la instrucción de la educación religiosa, de la formación dogmática y moral; religión sabia y popular a la vez, el cristianismo otorga al más humilde de sus

fiéis, por elemental que sea su desarrollo intelectual, un nivel equivalente al que la altiva cultura antigua reservaba a la élite de los filósofos; es decir, una doctrina del ser y de la vida, una vida interior subordinada a una dirección espiritual. Según la fórmula estereotipada de nuestros viejos hagiógrafos, la escuela cristiana provee, al mismo tiempo, *litteris et bonis moribus*, esto es atiende por igual «a las letras y a las virtudes». La esencia de la escuela cristiana, de la pedagogía medieval por oposición a la antigua, radica en esa estrecha relación, aun en su nivel más elemental, que existe entre la instrucción literaria y la educación religiosa, en esa síntesis que se verifica en la persona del maestro, del preceptor (del profesor) y del padre espiritual (MARROU, 1985, p.432-433).

Todavía, afirmar que o modelo escolar cristão seja superior por conta dessa unificação é precipitado. Do ponto de vista qualitativo, a Igreja não intentava aperfeiçoar pedagogicamente o ensino, sua logística educacional ocupava-se mais com o direcionamento moral e ideológico. A concentração espacial e a objetividade formativa eram uma maneira de ter sob vigilância os corpos e os pensamentos dos alunos, ou seja, o conceito de escola coesa e unívoca preconizava por princípio a admoestação plena.

Além disso, as escolas cristãs estavam todas voltadas para as demandas internas do clero, fato que criava restrições não só no que diz respeito ao acesso a ela, como também ao pensamento científico. No que tange ao acesso, só os que estivessem envolvidos diretamente com a Igreja poderiam frequentar a escola; com isso, num período de quase seis séculos, a população foi privada da educação formal, mesmo os nobres conservavam deficiências consideráveis em termos de formação escolar. As escolas eram destinadas aos membros do clero e funcionavam sob a fiscalização rigorosa da Igreja. E, cientificamente, os estudos deveriam se debruçar sobre temas teológicos, sempre expostos na língua oficial da igreja, o latim, algo bastante limitativo para os interesses dos leigos.

Dentro de um cenário rural estático, no qual a ascensão social era lenta e rara e onde todos se resignavam em suas funções sociais fixadas de antemão pela ideologia clerical-monarca, a educação básica mostrava-se prescindível para a maioria da população. De fato, até a nobreza relutava em adquiri-la. Foi somente com a expansão urbana e dinamização do comércio que a necessidade de escolas que atendessem interesses alheios ao do clero se revelou, pois o mercado exigia uma formação básica que cobrisse a prática comercial, uma alfabetização mínima e o domínio das operações matemáticas elementares. Já no século XII, impulsionadas pela urbanização e pelo comércio, aparecem as primeiras escolas não eclesásticas:

A cidade é o mercado. É também a escola. A escola ligada ao mercado. Certamente a escola continua sendo, em grande parte, assunto da Igreja, mas

mesmo as escolas religiosas, em contato com a cidade, na cidade, transformam-se profundamente. Entretanto a grande novidade são as escolas para as crianças destinadas a permanecer laicas, digamos, as escolas dos burgueses (LE GOFF, 1992, p. 126).

A cidade modifica suas prioridades, e mesmo a Igreja, refratária ao dinamismo mercadológico, tem suas bases educacionais afetadas. Alguns professores membros do clero ensaiam oferecer seus conhecimentos aos filhos dos burgueses por dinheiro, o escolástico filósofo francês, Pedro Abelardo, que foi um deles, por exemplo, nos lembra Le Goff (1992), foi duramente rechaçado pela ala mais conservadora da Igreja. Além disso, as matérias do ensino eclesiástico não são inteiramente úteis para atividade comercial, assim como a obrigatoriedade do latim nas aulas. Uma escola que contemple temáticas minimamente laicas, com aulas na língua vernácula passa a ser urgente, ou como diz Hauser:

Era inevitável que o tipo de educação de que o mercador necessitava acabaria provocando sua gradual emancipação da tutela eclesiástica. O saber ler, escrever e contar, conhecimentos tão indispensáveis na prática do comércio, eram transmitidos, pelo menos no começo por clérigos, mas não tinham qualquer ligação real com as matérias correntes da educação clerical, como a gramática e a retórica. É de se presumir que o comércio externo também exigisse algum conhecimento de línguas, mas não de latim. A consequência foi que o vernáculo penetrou por toda parte nas escolas para leigos, as quais no século XII, já funcionavam em todas as maiores cidades. Mas a instrução em língua materna significou a abolição do monopólio clerical da educação e a secularização da cultura; já no século XIII encontramos leigos educados que não sabem latim (1998, p. 204-205).

De fato, o ensino na Idade Média era, basicamente, centrado em questões que raramente interessavam a propósitos pragmáticos; aliás, no campo pedagógico e de conteúdo, praticamente nada se modifica em relação às escolas da antiguidade, com exceção da inclusão do saltério<sup>9</sup>, que ajudava na memorização, pois a escrita ainda era precária. As práticas de ensino eram baseadas na repetição e na retenção mnemônica de textos sagrados. Mesmo a escolástica que trouxe o pensamento dos principais filósofos gregos, principalmente Aristóteles, para o centro das discussões teológicas, não possibilitou um avanço científico em termos de técnicas pedagógicas. Por outro lado, a escolástica permitiu a inserção do raciocínio lógico no ensino do medievo.

As cruzadas possibilitaram o contato com traduções e interpretações não cristãs da obra aristotélica. Algo que ventilou as estritas discussões teológicas. Mas, por mais que infladas de meticolosos e elaborados raciocínios, o pensamento científico cristão não progrediu por estar preso a temáticas teóricas excessivamente transcendentais, o verbalismo,

---

<sup>9</sup> Significa conjunto dos 150 salmos, segundo o Dicionário Informal.

distanciando-se da realidade, que com a urbanização tornava-se cada vez mais densa.

Antes disso, na alta Idade Média, a dinâmica social não exigia um profissional especializado no ensino, o trabalho de educar era uma função secundária dentre as diversas exercidas pelo clero, como bem esclarece Le Goff (2006, p. 11) “levados pelo acaso da existência monástica, puderam assumir momentaneamente o papel de professores, de sábios, de escritores. Aspecto fugaz, sempre secundário na sua personalidade”. De fato, a atividade intelectual dentro das escolas eclesiásticas, clericais, era acidental, por exemplo, o trabalho de salvamento da cultura intelectual que discutimos no início deste capítulo, resultou de um ato automatizado, quase impensado: os mais de oito mil manuscritos transcritos meticulosamente, na era carolíngia, pelos monges, eram penitentes repetições, contabilizados como um castigo pessoal que redimiria os pecados, não havendo apreciação crítica qualitativa, mas apenas quantitativa. Os poucos pensadores do medievo tiveram seus escritos, juntamente com todos os manuscritos e livros de luxo do período carolíngio, chaveados nos mosteiros, nas propriedades clericais, entrando em circulação apenas no século XII, quando começam a florescer as primeiras escolas urbanas que logo evoluiriam para as universidades. Disso observamos o surgimento de um profissional que se dedica ao ensino e anseia pela liberdade de viver desta atividade intelectual, emancipando-se da Igreja:

Já no século XII, mestres, clérigos (Abelardo foi um deles), ministram um ensino fora do contexto monástico e episcopal, nas cidades. Obtêm dos bispos o direito de ensinar, a *licentia docendi*, mas não conseguem, justificando-se por seu trabalho, trabalho de um novo tipo, o trabalho intelectual, viver dessa profissão, se bem que São Bernardo, o homem da escola do claustro, lhes tenha lançado o desonroso epíteto de "vendedores de palavras" e, mais ainda, a acusação de se entregarem a uma atividade sacrílega, a de "vendedores da ciência que só a Deus pertence". Trata-se, para eles, portanto, de viverem e de continuarem a desfrutar da proteção da Igreja, de permanecerem clérigos, libertando-se suficientemente da tutela do bispo e de seu *escolasta (scholasticus)*, que concedem a *licentia docendi*. A solução é tirar a conclusão de seu novo tipo de atividade no canteiro urbano, em contato com as outras profissões, é fazer-se reconhecer como uma corporação entre as outras, uma *universitas*, mas uma corporação de um tipo especial e superior, a Universidade por excelência (LE GOFF, 1992, p. 200).

Com efeito, o ensino não poderia mais ficar plenamente à mercê das demandas espirituais e políticas da Igreja, pois permaneceriam entre os muros dos mosteiros e dos bispados, disponíveis apenas aos que alegassem pretensões religiosas. Com as cidades, e tudo que elas encerram: o comércio, a especificação da mão de obra, uma tímida industrialização de cunho artesanal e a ascensão de profissionais liberais que dependiam de uma formação técnica elaborada, dentre outros fatores, não há como conter o surgimento de escolas que



aceitam laicos, mas que dependem da autorização da Igreja. Estas escolas quando se mudam para as cidades, tornam-se destinos de uma horda de estudantes, que beiram à marginalidade, oriundos dos campos. Demandando a construção de espaços urbanos para abrigá-los, que também se tornariam locais destinados unicamente ao ensino, surgindo assim os primeiros colégios urbanos, alguns destes colégios foram construídos por iniciativa privada, mas a maioria era sustentada pela Igreja, que fornece um custeio elementar aos estudantes, além de dormida, alimento e instrução moral. Algo que intensifica a migração para os centros urbanos de alunos que não tinham dinheiro para se hospedarem em casas particulares.

Com o aumento do contingente de alunos, criaram-se regras de convívio que eram fiscalizadas por um tutor, por isso, raramente, se envolviam em confusão ou intrigas, o que criou uma área de bom comportamento e prestígio em torno desses alunos que viviam precariamente, à custa de esmolos e bolsas. Logo esses estabelecimentos passam a receber visitas de vários mestres, e uma estrutura com bibliotecas e espaço para aulas é montada, criando, com isso, o embrião das universidades. Fora das zonas urbanas também aumenta o número de escolas autorizadas pela Igreja a ministrar aulas para filhos de camponeses e pequenos burgueses, algo ainda muito precário, geralmente sob a orientação de um mestre-escola nômade, ou ainda de padres pobres que pretendiam obter algum complemento em sua renda.

O século XIII assiste ao surgimento de universidades com pretensões laicas, abertas. No século anterior, as universidades monásticas tinham atingido o ápice, projetando grandes mestres, dentre os quais, destacamos São Tomás de Aquino, Roger Bacon, São Boaventura. Porém, estas universidades tradicionais, enclausuradas, impregnadas de teologismos, começam a ser laceradas pelas pulsões urbanas. Mas a Igreja, na figura do bispado, que tratava os universitários como seus lacaios, resiste, e a luta pela independência por parte das universidades culmina em conflitos. Diversos embates entre estudantes e a polícia real, nas principais cidades da Europa, Oxford, Bolonha e Paris, levam a morte de estudantes, que revidam com longas greves e paralisações. Além disso, os universitários passam a ser perseguidos pelo poder comunal, os burgueses, pois esses interferem nos seus negócios ao tentarem fixar preços mais justos para negociações comerciais. Porém, os estudantes conseguem gradualmente a independência de suas universidades, mas que se esclareça: os universitários aqui ainda são clérigos, e esta autonomia era em relação aos representantes locais da Igreja que queriam controlar, tiranicamente, a rotina das comunidades universitárias. Não significando independência em relação à Igreja, ao papado. Aliás, o papado foi um dos

principais defensores das primeiras universidades, isso porque elas poderiam ajudar a Santa Sé a ter um representante local que fizesse frente aos bispados, além de que a produção intelectual oriunda dela poderia amparar teologicamente sua autoridade. O mesmo em relação aos príncipes que protegeram os universitários da perseguição comunal e dos bispados, que viam nelas uma origem de poder jurídico-legal, ou seja, acreditavam que elas poderiam produzir justificativas jurídicas que embasassem a independência de seus principados. Assim, o apoio dos poderes laicos e eclesiásticos não se dava gratuitamente, ambos vislumbravam o potencial político das universidades, como destaca Verger:

O apoio dos poderes superiores, eclesiásticos e laicos às pioneiras universidades não era desinteressado, esperava-se delas uma contribuição para o desenvolvimento de disciplinas sobre as quais tais poderes fundavam sua própria legitimidade: o direito romano era um instrumento essencial para o renascimento do Estado; o direito canônico e a teologia, tal como eles eram ensinados na universidade, davam especial atenção para a plenitude *potestatis pontificai* e ajudavam o papado a fazer face às resistências das Igrejas locais, à contestação dos heréticos, à vontade de independência dos príncipes laicos. Além do mais, as universidades formavam, também, homens competentes capazes de se colocar a serviço dos poderes e de fazer triunfar tais ideias (1999, p.82-83).

De fato, doravante essas universidades passariam a ter grande poder político, além de objeto de disputa entre o papado e os principados. São populosas e internacionais. Símbolos do progresso urbano. O clima nelas é de tensão permanente, com querelas incessantes. O conteúdo ainda é a escolástica, que intermitentemente sofre uma atualização. Os universitários, os mais pobres, também são custeados pela Igreja. O amadurecimento das universidades possibilita vários avanços, como por exemplo, a “promoção” das línguas vulgares, que passam a transitar juntamente com o latim em documentos e textos literários.

Outro fator que merece destaque é o acesso à escrita, que levará a crônica da vida urbana, o início da memória registrada: “com a escrita e a constituição de arquivos há, para as autoridades urbanas, a possibilidade de criação de uma memória burguesa, ao lado da memória feudal e eclesiástica dos cartulários” (LE GOFF, 1992, p.203).

Por fim, fez surgir uma nova classe, que se distinguia do comerciante burguês, dos cavaleiros, servos, eclesiásticos, trata-se dos profissionais do ofício jurídico, que são uma espécie de pré-profissionais liberais, dos futuros prestadores de serviços; tratava-se em geral de clérigos que pertenciam às ordens menores, podendo com isso constituir famílias e trabalhar normalmente. Esses clérigos juristas contribuem para resgatar o direito romano,

além de fortalecer a prática jurídica e sofisticar o aparato burocrático dos estados. Também não é raro encontrar médicos recém-saídos das universidades, algo que confere uma diversificação urbana às cidades medievais.

Diversos fatores econômicos e políticos estiolam a supremacia intelectual das universidades medievais. A peste negra, a escassez de recursos, as guerras, o esgotamento da escolástica, dentre tantas outras causas, leva ao corte das bolsas e da alimentação fornecidas pela Igreja aos universitários, isso reduz o número de alunos além restringir, por conseguinte, o ingresso de integrantes das camadas humildes. Pois os mestres, a fim de compensarem a queda nos seus ganhos decorrente da redução do fomento eclesiástico, aumentam as tarifas das aulas e dos exames. Antes os mestres haviam conquistado uma posição financeiramente estável, pois se tornaram proprietários de terra. Mas a crise do fim da Idade Média modifica a estrutura de ensino, reconfigura o perfil dos universitários medievais, conforme propõe Le Goff:

Assiste-se ao fim da riqueza de vários universitários, casas e terras são vendidas uma a uma. Daí as tentativas de esticar ao máximo outros ganhos recebidos: aulas particulares aos estudantes, pagamentos por exames. Daí, também, a renovação, a partir de suas bases econômicas, de uma parte do pessoal universitário. Daí, enfim, as razões de ordem financeira que empurrarão os universitários para novos centros de riqueza, para a corte dos príncipes e as rodas dos mecenas eclesiásticos e leigos (2006, p.155).

Com isso, o custo de um curso superior torna-se bastante dispendioso. Inicia-se, assim, o fenômeno da aristocratização das universidades. Os professores universitários revestem-se de elementos distintivos, destacam-se seus títulos exigindo o tratamento de acordo com seu nível, recorrem a acessórios que os realcem, como luvas longas e anéis de ouro, tudo isso porque querem ser reconhecidos como nobres, levando, inclusive, a se fixar o sistema hereditário para alguns cargos universitários. Essa tentativa de afirmação social já é sintomática da crise do sistema medieval das universidades.

Outro fator que talvez tenha contribuído para a crise das universidades medievais pode ter sido a complexidade do método escolástico, que se tornara bastante rigoroso e cansativo, prolongando cada vez mais a duração dos cursos. Além disso, diversas universidades locais, atreladas aos principados, desviam o fluxo da imigração acadêmica, tornando o ensino mais regional, mais elitista.

Assim, no início do século XV, o espírito universalista da universidade urbana, internacional e aberta, ganha a concorrência das academias fechadas: o conhecimento passa a

ser um privilégio, uma marca valorativa, algo para iniciados. Os pensadores concentram-se em estabelecimentos que passariam a ser representativos do humanismo: os colégios. Estabelecimentos seletivos, “retornavam ao estilo das antigas abadias. Cristalizaram a aristocratização das universidades e do ensino como uma oligarquia – de beca, principalmente” (LE GOFF, 2006, p. 161). O humanismo é um recuo das grandes cidades para as pequenas cortes, das grandes corporações para os gabinetes, ou melhor, um agrupamento de interesses no homem. O olhar, por sua vez, prolonga sua perspectiva a partir do indivíduo, assim, o coletivismo das universidades medievais cede espaço para o elitismo dos colégios e, por conseguinte:

Assim os humanistas abandonam uma das obrigações capitais do intelectual, o contato com a massa, a ligação entre a ciência e o ensino. Sem dúvida o Renascimento, a longo prazo, dará à humanidade a colheita de um trabalho orgulhoso e solitário. Sua ciência, suas ideias, suas obras-primas alimentarão mais tarde o progresso humano. Mas o Renascimento, em primeiro lugar, volta-se para si mesmo, é um afastamento (LE GOFF, 2006, p. 196).

O transcurso da Idade Média para a Idade Moderna foi acompanhado por uma virada cosmológica. Basicamente o posicionamento do Homem na terra se modificou no tocante ao conceber e ver a realidade. Algo que repercutiu em todos os setores do pensamento: nas artes, na economia e nos preceitos filosóficos e religiosos, dentre outras dimensões da sociedade e da vida privada.

A mudança não ocorreu de modo uniforme, considerando o já conhecido déficit entre superestrutura e infraestrutura. Poderíamos dizer que durante algum tempo visões de mundo concorreram até que a de índole antropocêntrica, alavancada por uma concepção de progresso, plasmou-se praticamente unânime, tendo como ápice o pensamento iluminista na filosofia, e na política o liberalismo.

Na educação, isso levará a um avanço persistente da visão laica, secular. Lembremos que o humanismo floresce nas cidades-estados italianas, algo não ocasional, pois as universidades italianas se ocupavam de cursos mais específicos, direito e medicina, assim seus conteúdos nem sempre poderiam ser avaliados ou ponderados pelas razões teológicas, concentrando-se cada vez mais em um conhecimento especializado e técnico.

Além disso, a Itália, devido às guerras intermináveis do período (a guerra dos cem anos entre França e Inglaterra, por exemplo), se torna um centro comercial, financeiro; um refúgio para os mercantilistas e banqueiros. Também se torna refúgio para alguns sábios

gregos que fogem das invasões mulçumanas. Isso permite o conhecimento da língua grega, e consequentemente possibilita o contato direto com os pensadores antigos, sem intermediação da escolástica. A relação entre religião e conhecimento também muda significativamente, pois a realidade não é vista mais como uma cópia imprecisa e fugaz do plano divino, que por isso não deve ser perscrutada detalhadamente. Ao contrário, ela começa a ser vista como o “micro” que suscita o “macro”, e por isso, quanto mais se aprofundar o estudo da natureza, mais se compreenderá as intenções divinas.

No plano pedagógico, tudo isso repercutirá numa guinada acentuada da perspectiva de mundo, pois a criatividade, a iniciativa, a criticidade, que antes poderiam soar como insubordinação, transformam-se em metas de ensino, ou como comenta Eugênio Garin:

Na base desta nova forma de educar os homens reside a preocupação de formar a juventude incentivando-a a estimular suas energias naturais sem condicioná-la, sem obrigá-la dentro de um esquema e fórmulas dadas. As noções gramaticais e lexicais, aprendidas de memória, os manuais elementares, se reduzem ao mínimo (1987, p.18, minha a tradução).

As relações com os autores clássicos não são apresentadas como modelos que devem ser imitados, mas como fonte de saber, além disso, a seleção de autores pelo filtro moral-religioso é evitada, os alunos são instigados a ler os autores integralmente, e de maneira direta; também são incentivados a estudarem a natureza, a realizarem experimentos, a observar e descrever a fisiologia humana, as formas geométricas, dentre outras coisas. Não tardam as grandes descobertas, invenções, obras-primas na literatura, na arquitetura, ciências naturais, nas artes plásticas, na economia, no ensino, na astronomia, na filosofia, na teologia, dentre outras áreas do conhecimento. Enfim, para compreender a efervescência cultural e científica do período humanista-renascentista, e nos poupar de repetir as diferenças entre a cosmovisão medieval e moderna, basta enumerar uma lista de nomes do período e seus feitos *per si*, devidamente divulgados e fixados no imaginário comum, assim projetarão o pico ascendente de transformações socioeconômicas e culturais que se iniciou a partir de meados dos *quatrocentos*, assim são nomes deste período: Galileu Galilei, Nicolau Maquiavel, Leonardo da Vinci, Michelangelo, Erasmo de Roterdã, William Shakespeare, Miguel de Cervantes, Camões, Sandro Botticelli, André Vesálio, Michel de Montaigne, François Rabelais, Francis Bacon, a lista poderia continuar, mas acreditamos que esses nomes são em si incontestes, acrescentaremos apenas mais dois nomes seguidos de dois fatos: Lutero e Gutenberg, a reforma protestante e a invenção da imprensa móvel.

Todas as invenções, conceitos, teorias, filosofias, esculturas, pinturas, poemas, romances, ensaios, dramaturgias, descobertas científicas protagonizadas e preconizadas por esses nomes mudaram a forma de pensar do homem moderno de maneira irreversível. A reforma protestante reorganizou a forma de se relacionar com Deus que, conseqüentemente, redimensionou culturalmente o ocidente.

A imprensa dinamizou a propagação do conhecimento que, por conseguinte, acelerou o progresso. Se parássemos aqui, talvez ficasse a impressão de que toda a mentalidade medieval, juntamente com a Igreja católica e sua conjuntura cultural, foi simplesmente suplantada, e que a razão venceu e progrediu. No entanto, uma proposição de Le Goff comentando o período e a invenção da imprensa será suficiente para relativizar a euforia enumerativa de feitos e grandes nomes do período Renascentista:

Os que sabem ler – uma pequena elite de favorecida – são plenamente atendidos. Os outros deixam de ser alimentados com as migalhas da escolástica que levavam os pregadores e os artistas da Idade Média, todos formados pelas universidades. Será preciso, talvez, esperar a Contrarreforma para que a impressão venha a liberar-se como uma arte sob uma forma possivelmente contestável, mas carregada de intenções didáticas e apostólicas, que permita a participação do povo na vida cultural (2006, p. 197).

A ironia de Le Goff é reveladora: tanto progresso e, no entanto, a grande maioria da população permanece sob o manto da ignorância, e justamente no período que se julga mais atrasado, a Idade Média, é que conseguia lançar algum conhecimento, apesar de mínimo, sobre a população. No auge das universidades medievais, os alunos eram recebidos de diversas regiões, abrigados e alimentados, sem segregação de classe, isso exigia comprometimento eclesiástico, mas não vamos idealizar o fato, visto que era facilmente sabotado pelos clérigos não vocacionados. Com isso, no quesito acesso, quando comparadas aos colégios e às academias fechadas, as universidades medievais, escolástica, mostram-se mais flexíveis.

Na segunda parte da citação, também temos outra ironia: a invenção do livro impresso que teria o grande mérito de propagar conhecimento de maneira mais em conta, durante um grande período ficou restrito a um grupo, e apenas na Contrarreforma, que a princípio deveria combater esta dinâmica racional, é que vemos o aperfeiçoamento da técnica da impressão e seu uso massivo junto à população, por mais que, novamente frisamos, isso se faça por motivos “possivelmente contestáveis”.

A ironia, ou melhor, a proposição dialética acima, consegue nuançar um pouco da

complexidade cultural que permeia a *mentalidade confessional*. Ela condensa duas forças: uma é o peso da tradição milenar, a outra é a impetuosidade do progresso técnico-econômico. Ao longo deste capítulo demonstramos que a Igreja manteve por quase mil anos o monopólio da educação, isso não se deu sem alguma astúcia política ou eficientes técnicas de condicionamento, modificadas sob a influência dos acontecimentos históricos e dos interesses e ambições da própria Igreja. Com isso, diante da Reforma protestante e do pensamento moderno, ela não permaneceria impassível. E assim como ela reinventou o conceito de escola após o colapso do Império, novamente buscaria na educação maneiras de conter a sua laceração institucional.

A Reforma protestante e a Contrarreforma católica moldaram o protótipo do que seria a escola confessional e, não sem ironia (pois se pressupõe que a educação seja laica e emancipadora), forneceram as bases da pedagogia. O mesmo aconteceria com a sociologia, que nasceu também de um movimento reacionário com o intento de aplacar os vestígios revolucionários da revolução francesa.

A reforma luterana dependia da alfabetização para sua operabilidade, a imprensa de Gutenberg cobria a logística de baratear o custo de um livro, permitindo, em tese, que todos tivessem a bíblia sagrada nos seus lares, mas até então a língua dos escritos sagrados era o latim, Lutero traduziu a bíblia para o alemão e incentivou que o mesmo fosse feito em outras línguas vernáculas, o que envolvia qualificação e formação didática. Logo as igrejas protestantes passaram a ter seus colégios confessionais, que se propagavam com ímpeto temeroso. Algo que exigiu uma contrapartida na mesma envergadura. Disso a Igreja convocou suas ordens religiosas, sendo que uma delas se destacaria, criando o arquétipo da escola confessional, os colégios Jesuítas, administrados pela Companhia de Jesus.

Os Jesuítas destacaram-se pela universalidade e perícia de seu método, *ratio studiorum*,<sup>10</sup> a forma como precocemente sistematizaram as aulas, a divisão por turmas e a gradativa, serial, distribuição do conteúdo conforme o nível de formação lhes transformariam em pioneiros no campo da pedagogia em geral, e a principal referência a ser seguida na prática da educação confessional. Aliás, a situação limite da Reforma e Contrarreforma criou a concorrência que desencadeou o modelo exemplar da mentalidade confessional.

A mentalidade confessional, tal como a entendo após minha historização, é altamente

---

<sup>10</sup> De acordo com o Léxico - dicionário teológico enciclopédico - é um conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus.

pragmática e propagativa, pois precisa ser mais dinâmica, mesmo que esse dinamismo seja investido na conservação e na imobilização social, do que as escolas de finalidade eclesial. O motivo disso é que elas pertencem a um cenário instável, sem consenso religioso, no qual a disputa por novos fiéis-alunos atrela-se diretamente à sua conservação e ao seu fortalecimento institucional. Isso implica uma diferença marcante em relação às escolas eclesial, e mesmo às universidades medievais: elas necessitam cativar sua clientela. Num contexto confessional esta prerrogativa revela-se mais complexa do que poderia ser para uma escola privada laica. Porque existe uma ambivalência de interesses que deve ser negociada, que nem sempre se resolve ao alcançar objetivos de uma empresa educacional: o faturamento, o sucesso do projeto pedagógico, a eficiência didática, a qualidade pedagógica, tudo isso é importante, mas não suficiente.

Dito isso, prossigo para o próximo tópico da discussão: a Ordem dos Capuchinhos e sua chegada ao Maranhão, bem como a presença das Capuchinhas em Caxias e a Fundação do Colégio São José.

## **2.2 A Ordem dos Capuchinhos e sua chegada no Maranhão**

A chegada dos primeiros capuchinhos no Maranhão se associa a um projeto de ocupação interna, pois foram, de certa maneira, contratados para estancar qualquer foco de revolta por parte dos índios, docilizando-os, por assim dizer.

Em julho de 1612, desembarcaram na ilha de São Luís, acompanhando a expedição francesa, eram quatro religiosos frades capuchinhos italianos. O intento era instalar a missão no Maranhão, catequizando os índios e convertendo os pagãos.

Com a expulsão dos franceses, os capuchinhos deixaram o Maranhão. Apenas no século XIX retornam à região, com o propósito bastante específico de apaziguá-la após as insurreições da Balaiada (1841). Atendiam a solicitação feita ao governo central do presidente da província maranhense, Luís Alves de Lima e Silva, na qual deveriam civilizar e cristianizar os índios Guajajara e Timbira existentes na região de Barra do Corda-Maranhão. De certo modo, faziam um trabalho de pré-colonização interna, indo para os lugares do país que se encontravam isolados, e demograficamente frágeis.

Uma das principais metas, aliás, era desbravar a região amazônica por meio de uma missão ambiciosa, que só se tornou possível com o fim do padroado, pois passaram a ter autonomia para criar novas ordens e criar novas igrejas, precisando apenas da autorização da



Santa Sé, e não mais do governo. Seguindo o espírito de romanização ou reestruturação que contagiava a Igreja católica no momento, buscavam conquistar novos territórios e expandir os domínios eclesiásticos.

Inicialmente ficaram concentrados no Nordeste, em Recife, o Maranhão era uma das etapas pelas quais adentrariam a região amazônica. Não é ocioso lembrar que havia uma grande escassez de padres na região maranhense, e o bispo Alvarenga, no fim do século XIX, acumulava as demandas da romanização, precisando do auxílio de ordens estrangeiras para reestruturar e mesmo criar novos seminários. Além disso, havia o compromisso de corrigir a fé católica, de adequá-la às novas diretrizes, distanciando-o do fantasma do messianismo sertanejo que ainda pairava na região nordestina. Com isso, os capuchinhos tiveram a missão inicial de repovoar clericalmente a região, e de ajudar os bispos locais a romanizar-normatizar a religião católica no Nordeste e posteriormente na região amazônica, como bem esclarece Custódio:

Para auxiliar na superação desse catolicismo tido como deficiente Alvarenga contou com os capuchinhos lombardos, que fixaram residência em São Luís, no ano de 1893. De lá articulavam a missão, que se disseminou pelo interior do estado, consistindo em desobrigas, assistência paroquial e missões indígenas, conforme acordo firmado com o bispo (2014, p.67).

De fato, com o fim do império, a Igreja teve que se reinventar. Por um lado, ela perdeu garantias legais, mas por outro ganhou mais autonomia, cabendo a ela negociar novos acordos que a possibilitasse recuperar poder institucional e aumentar sua atuação no espaço nacional, antes limitado. O que ocorre é uma atuação empresarial dos bispos, que contabilizava os efeitos evangelizadores com cifras e metas expansionistas explícitas.

Assim, os bispos recorriam às ordens religiosas como prestadoras de serviço, cuja eficiência teria que ser demonstrado em números. Ante isso, os capuchinhos mostraram números expressivos, como vemos nesta passagem de Nembro:

Logo nos primeiros anos, toda a Diocese é percorrida, ao menos nos centros principais, e é salutarmente sacudida pelo verbo inflamado dos missionários. [...] alcançam quocientes de pregações, confissões e comunhões verdadeiramente impressionantes. Para citar somente um caso, as missões ambulantes pregadas no Maranhão e no Piauí, entre 1894 e 1896, ultrapassam largamente a casa da centena com um concurso de quase 250.000 fiéis, 80.000 crismas, 150.000 comunhões, milhares de matrimônios legitimados, 24 capelas construídas, 82 cruzeiros levantados e a construção de cerca de 44 cemitérios (*apud* CUSTÓDIO, 2014, p.67).

As ordens tiveram uma atuação decisiva nesta nova fase da Igreja. E no caso do estado do Maranhão, os capuchinhos fizeram um trabalho que se adequava às intenções de capitalização e crescimento necessárias a reestruturação da fé católica. Vale frisar que os capuchinhos, apesar de eficientes, costumavam ser menos perspicazes na admoestação. Empregando métodos bastante rígidos, sem se valerem dos traquejos alíciantes dos Jesuítas, que recorriam a negociações simbólicas, a expedientes recreativos, teatrais, momentos de lazer e descanso. Assim, o episódio fatídico e inegavelmente sangrento do massacre de Alto Alegre, talvez seja consequência dessa avidez de catequizar e ampliar território ao custo da suplantação das peculiaridades culturais e indenitárias dos indígenas.

Na Rebelião do Alto Alegre, considerada uma das maiores rebeliões indígenas da história brasileira, ocorrido em 1901, cerca de 200 pessoas foram mortas pelos índios, que queriam expulsar os brancos de sua região, [...] Mortes de crianças internas por doenças não debeladas com presteza e a punição de um índio em cárcere privado, atado por quatro semanas de modo humilhante e penoso, em razão de ter abandonado por outra a esposa considerada legítima, constituíram o estopim para a rebelião, para a qual pode ter contribuído também a hostilidade velada de certos comerciantes e fazendeiros pela competição que a Missão lhes fazia (GOMES, 2002, p.31).

Com a referida rebelião, morreram muitas pessoas, entre elas índios, frades, freiras e leigos. Algumas ordens passaram a temer a região, pois o ato incorreu de maneira virulenta, com números de vítimas contundentes, vale especificar o relato por meio de Merlatti:

Às cinco horas da manhã de 13 de março de 1901, em Alto Alegre, região localizado na cidade de Barra do Corda- Maranhão, Padre Zacarias tinha iniciado a celebração da missa, quando os índios saíram precipitosamente dos seus esconderijos, armados de espingardas, arcos e flechas, foices, facas e bordunas. Alguns se insinuam na capela pela porta aberta aos fiéis, outros cercam a casa das irmãs, a casa dos padres e aquelas dos moradores da vila (2001, p.60).

É importante ressaltar que as irmãs e os padres capuchinhos eram estrangeiros recém-chegados, encaminhados para uma região geograficamente íngreme, com o compromisso de catequizar por meio de uma inevitável precariedade linguística, e da já mencionada rispidez admoestaria, índios indômitos, ou melhor, plenamente satisfeitos com sua cultura. Além disso, os capuchinhos adquiriram de maneira indevida uma propriedade

indígena, e nela implantaram uma escola de meninas que era financiada por subvenções do governo, a princípio os resultados foram satisfatórios, o que motivou a convocação de freiras italianas. As irmãs adotavam uma educação bastante intransigente, pois envolvia um afastamento ostensivo entre as terras indígenas e as tribos, incluindo conseqüentemente seus pais. Algo, no mínimo traumático, pois as crianças permaneciam enclausuradas, sem contato com seus familiares.

Cabe ressaltar que inúmeras crianças morreram por conta de epidemias, conseqüência incontornável do contato com estrangeiros, e essas crianças eram enterradas sem que se considerasse o costume de suas origens étnicas, o que provocava uma forte impressão no imaginário indígena:

Tenetehara, bem como os Canela que participaram do rechaço aos índios, pelo lado dos regionais, explicam o acontecido como um meio de expulsar os capuchinhos de suas terras, pois estes estavam irresponsavelmente tirando os filhos ainda mamando do colo das mães e levando-os para a missão, só para depois, quando morriam, simplesmente os atirar no fundo de um poço (GOMES,2002, p.271)

Como ocorre na maioria dos conflitos, houve um ingrediente pragmático-econômico que agravou o desentendimento funesto entre a ordem religiosa e os nativos, provocando a interrupção precoce da missão na região de Alto Alegre. Os capuchinhos, valendo-se da propriedade negociada ilegalmente, e explorando a mão de obra indígena, monopolizavam o comércio agrícola, algo que despertou a revolta dos camponeses laicos, que por sua vez não se eximiram de recrutar os indígenas para uma revolta, possivelmente houve atos conspiratórios entre interesse laicos e os insatisfeitos indígenas, como indiciam as pesquisas do IPES (*apud* Custódio, 2014):

Nas entrevistas realizadas sobre o assunto, em Barra do Corda, os entrevistados, em sua totalidade, referem-se a fazendeiros, principalmente a Raimundo Cearense, como incentivadores dos índios na realização do “massacre”. Ainda, o índio Luís Costa ao prestar depoimento no processo aberto após o “massacre”, fez referências a constantes visitas que alguns comerciantes da região faziam às aldeias, aproveitando os horários do meio-dia ou da noite quando diminuía a vigilância dos frades, para negociar o produto das roças dos índios. E mais, aos habitantes das regiões próximas ao Alto Alegre os frades acusavam de serem maçons, simpatizantes do protestantismo e anticatólicos, que não podiam ver o sucesso de uma missão católica procurando destruí-la (p. 32-33).

Tudo isso, mais os fatos fatídicos, impeliram uma mudança de estratégia. Os religiosos estrangeiros mostravam um rigor e uma dissintonia preocupante com a população local e indígena. Desnecessário dizer que a violência intimidou a empreitada de novas missões religiosas. A interpretação do fato é polêmica: na ótica da Igreja os mortos foram consagrados como mártires. Numa interpretação favorável aos indígenas, trata-se de um ato de liberdade, considerando que os religiosos apreendiam bebês indígenas e exploravam terra e mão de obra de um ponto de vista altamente elitista e colonizador. O certo é que, na interpretação laica, a missão foi fechada. Existe a tese que esse evento suscitou um movimento local de catequização, ou seja, favoreceu o surgimento das Irmãs Missionárias Capuchinhas, uma ordem nordestina e brasileira, possuindo algo dedutivo, uma identificação empática com os nativos. A hipótese é defendida hesitantemente por Custódio, que se embasa em Castilho:

As Irmãs Terceiras da Madre Rubato não foram convidadas [a ir para o Pará] porque Frei João Pedro queria cumprir o desejo do Governador – que as Irmãs fossem brasileiras. Aqui se encontra um impasse que poderá ajudar a rever a afirmação de que o Massacre do Alto Alegre é uma das causas da fundação da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Como se pode afirmar isso, se as Irmãs de Madre Rubato não foram solicitadas, porque eram italianas e uma das causas apontadas para o Massacre foi um problema de enculturação: transportar a cultura italiana para um povo indígena, causando insatisfação e revolta? O acontecimento teve repercussão nacional e podemos concluir que esse foi o motivo que fez o Governador desejar que as religiosas que deveriam assumir o Colégio feminino do Prata fossem brasileiras. Tanto o Governador como os missionários haviam chegado à conclusão de que aquelas religiosas italianas eram mais aptas para trabalhar em hospitais do que em colégios. Logo, não teriam sido convidadas para trabalhar no Prata, mesmo que não tivesse havido o massacre (2014, p. 30).

Assim, uma versão brasileira da ordem dos capuchinhos foi criada em 1904, assumindo e fundando, com sucesso, diversas escolas para meninas. Sua fundação se deu quando Frei João Pedro reuniu cinco jovens canindeenses que, conforme Silva (2013, p.20), dedicavam a vida ao trabalho de pastoral na Terceira Ordem Franciscana na cidade de Canindé, município do Estado do Ceará, Ir. Inês, Ir. Madalena, Ir. Clara, Ir. Isabel e Ir. Verônica (Figura 11). Elas aceitaram o convite de Frei João Pedro e fundaram a congregação das irmãs capuchinhas brasileiras no Estado do Pará, primeira fraternidade brasileira, com a missão de catequizar as pessoas, em especial, as menos favorecidas, bem como os povos indígenas.

Figura 06 - Primeiras Irmãs Missionárias Capuchinhas Brasileiras – 1904  
A partir da esquerda: Ir. Inês, Ir. Madalena, Ir. Clara, Ir. Isabel, Ir. Verônica



Fonte: Arquivo particular da Ir. Gemma de Carvalho

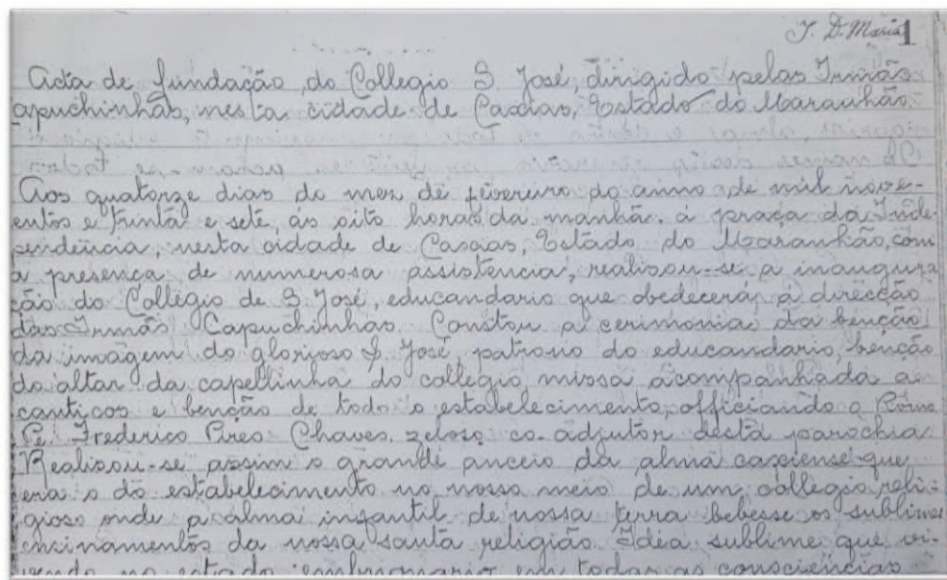
### 2.3 A presença das Capuchinhas em Caxias-MA e a Fundação do Colégio São José.

A chegada das primeiras missionárias capuchinhas em Caxias – MA, cujo trabalho catequético, social e educacional, inegavelmente, contribuiu para a educação do município e seu entorno, ocorreu em 10 de fevereiro de 1937, momento em que formaram sua primeira fraternidade (Figura 12). As Irmãs. Electra, Plácida, Justina, Isabel, Lourença, Englácia e a Madre Delfina, superiora, na ocasião foram recebidas pela família Cruz, família que as acolheu e auxiliou na organização e implantação do Colégio que, com a celebração da Eucaristia e posterior sessão solene, foi inaugurado como Educandário São José, hoje Colégio São José.

Na ocasião, 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova Constituição, fruto do Golpe em que se instalou a Ditadura, houve enorme retrocesso na medida em que o texto constitucional vinculou a educação a valores cívicos e econômicos. A centralização é reforçada não só pela previsão de competência material e legislativa privativa da União em relação às diretrizes e bases da educação nacional, sem referência aos sistemas de ensino dos estados, como pela própria rigidez do regime ditatorial, focando sobretudo no trabalho manual tornando obrigatório o ensino Cívico em todos os níveis, dando ênfase ao ensino profissional.

Embora conservasse alguns princípios da Constituição anterior, a Constituição em epígrafe centralizou os poderes nas mãos do Chefe do Poder Executivo, constituindo-se num governo autoritário em que exalta a nacionalidade. Surge nesse momento demanda, a partir da laicização do ensino, por escolas profissionalizantes, com a luta de escolas para todos. No mesmo ano da fundação do CSJ (1937), foi criado, no governo de Getúlio Vargas, o Plano Nacional de Educação - PNE e o Instituto Nacional de Saúde - INS. Nesse período surgem grandes forças políticas, a instalação do Estado Novo (1937), que fortaleceu o poder e perdurou até os anos de 1940. Nesse contexto político é fundado o Educandário São José.

Figura 7 - Trecho da Ata de Fundação do Educandário São José. (1937).



FONTE: Livro de Tombo I do CSJ

Em 1942, começam a serem reformados alguns setores do ensino, foi formada uma Comissão, presidida por Gustavo Capanema Filho, Ministro da Educação do Estado Novo, objetivando elaborar Leis para unificar o Sistema Nacional de Educação, denominada Leis Orgânicas do Ensino ou Reforma Capanema, compostas de vários Decretos – Lei. Conforme Romanelli (2012), essas reformas, nem todas foram realizadas no Estado Novo abrangendo todos os níveis do primário ao médio, foram complementadas por outros e decretadas entre os anos de 1942 a 1946.

- a- Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942
  - Lei-Orgânica do ensino industrial;
- b- Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942
  - Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI;
- c- Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942
  - Lei Orgânica do Ensino Secundário
- d- Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943

- Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Após a queda de Vargas e durante o Governo Provisório, respondendo pela Presidência da República, José Linhares e, pelo Ministério da Educação Raul Leitão da Cunha foram baixados os seguintes decretos-lei:

. a-Decretos-Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946

– Lei Orgânica do Ensino Primário;

a- Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946

– Lei Orgânica do Ensino Normal;

b- Decretos-lei nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946

– Criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e;

c- Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto 1946

– Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

(ROMANELLI, 2012, p.154)

Com base em leituras, pode se perceber que esses Decretos-Leis foram providenciados para atender as novas exigências da industrialização, da economia do país. Nesse período, a educação formal não era apresentada como necessidade básica na vida social, ficando o ensino regulamentado a essas várias Leis até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB nº 4024/61, que passou a regulamentar todo ensino em substituição aos Decretos. Em meio a essa legislação, o CSJ sempre preservou no seu currículo, embora não fosse seu objetivo principal, o ensino propedêutico, mantendo suas alunas em vantagens comparadas aos alunos de outras escolas.

Figura 8- Primeira fraternidade da Congregação Capuchinha em Caxias-MA (1937)

Madre Delfina Maria é a primeira da esquerda para direita, no centro à frente Ir. Plácida Maria, a primeira da direita para esquerda Ir. Justina Maria, do lado direito da segunda fileira Ir. Lourença, do lado esquerdo Ir. Electra Maria, na última fileira à direita Ir. Englácia e ao lado esquerdo Ir. Isabel Maria.



FONTE: Arquivo fotográfico do CJ

Com a missão de educar e catequizar as jovens, inspiradas pelo exemplo de São Francisco, fundam no mesmo ano a Escola Santa Rosa de Viterbo (Figura 9) noturno que, além do ensino religioso, oferece curso de alfabetização, primário e atividades de prenda para o lar como corte e costura, bordados, entre outros, para atender mulheres das classes menos favorecidas.

Figura 9 - Imagem de Santa Rosa de Viterbo



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Em função da demanda por parte dos municípios vizinhos, surgiu a necessidade da existência de um internato destinado ao público feminino. Anos depois da inauguração do internato, outras escolas foram criadas. Mas mesmo após o surgimento de outras instituições de ensino, o educandário era o mais procurado pelos pais, pois as irmãs dedicavam um tratamento moralmente rígido às internas, tendo a educação disciplinar e a religião dentre os principais objetivos a serem aplicados sobre elas. Ainda no ano de fundação do colégio, Caxias foi elevada à categoria de cidade eucarística do sertão maranhense, por sediar o Congresso Eucarístico Sacerdotal, oportunizando ao Educandário São José receber a visita do Arcebispo do Maranhão, Dom Carlos Carmello de Vasconcelos, que na ocasião referiu-se ao Educandário como “uma das alegrias do meu arcebispado,” (MOTA *apud* LIMA, 1997, p.29). A partir de então, as irmãs, juntamente com a comunidade caxiense, não pouparam esforços para elevar a qualidade das escolas que compunham o colégio, almejando conquistar o respeito dos Poderes Públicos pela competência dos serviços prestados.



No ano seguinte, 1938, com a legislação em andamento, o Educandário recebera a visita da Inspeção de Ensino, do Poder Público, condição primeira para sua legalização quanto ao reconhecimento. Em 28 de fevereiro de 1939, segundo consta em sua documentação, deu-se o reconhecimento público estadual, consolidando, dessa forma, o Educandário São José, escola das Freiras, como era e ainda é chamada pelos caxienses.

O documento, Ata de Fundação do Educandário São José (Anexo C), evidencia a Sra. Santa de Brito Pereira, doadora do terreno para edificação do Educandário, e diz ainda que outras almas também fizeram ofertas, porém não nomeadas, mas se encontram registrados em outro livro. O referido documento relata, também, o desejo da família caxiense em possuir escola religiosa, em que as crianças pudessem ter os ensinamentos da religião católica, destaca-se o seguinte:

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e trinta e sete, às oito horas da manhã, à praça da Independência, nessa cidade de Caxias, Estado do Maranhão, com a presença de numerosa assistência, realizou-se a inauguração do Collégio de São José, educandário que obedecerá a direção das Irmãs Capuchinhas. Constatou a cerimonia da benção da imagem do glorioso S. José, patrono do educandário, benção do altar da capellinha do collégio, missa acompanhada a cânticos e berço de todoestabelecimento oficiando o Rvmo. Pe. Frederico Pires Chaves, zeloso co- adjuntor desta parochia. Realizou-se assim o grande anseio da alma caxiense que era o do estabelecimento no nosso meio um collegio religioso onde a alma infantil de nossa terra bebesse os sublimes ensinamentos da nossa santa religião. Idéia sublime que vivendo no estado embrionário em todas as consciências tomou vulto e concretizou-se graças a zelo do virtuoso sacerdote Pe. Carlos Bacelar, um dos grandes amigos de Caxias e das filhas do Patriarcha de Assis. Constou, digo, só faltava para a realização de tão magnífica idéa um cérebro que iniciasse o movimento em favor da fundação do collegio e almas generosas e abnegadas que contribuíssem quer com o auxilio material quer o trabalho fatigante e exaustivo as obras de Deus, porem, têm o privilegio de apresentar sempre um aspecto milagroso. Ao apelo dos Rvmos. Pes. Desta parochia um coração profundamente christão, o da Exma. Snr<sup>a</sup>. D. Santa de Brito Pereira, acolheu a idéia e deu o passo decisivo contribuindo sosinha com o patrimônio necessário à servir de base ao edificio material do Educandário [...]<sup>11</sup>.

Oficialmente, a criação da Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (AIMCA), fundada na Cidade de Fortaleza – Ceará, em 14 de maio de 1932 – é uma Associação Civil de Direito Privado, autônoma e tem por finalidade criar, congregar, dirigir e manter Instituições que visem à beneficência, à produção humana, à saúde, à educação, à cultura, à evangelização, ao ensino e à assistência social. Tem sede e Foro na cidade de

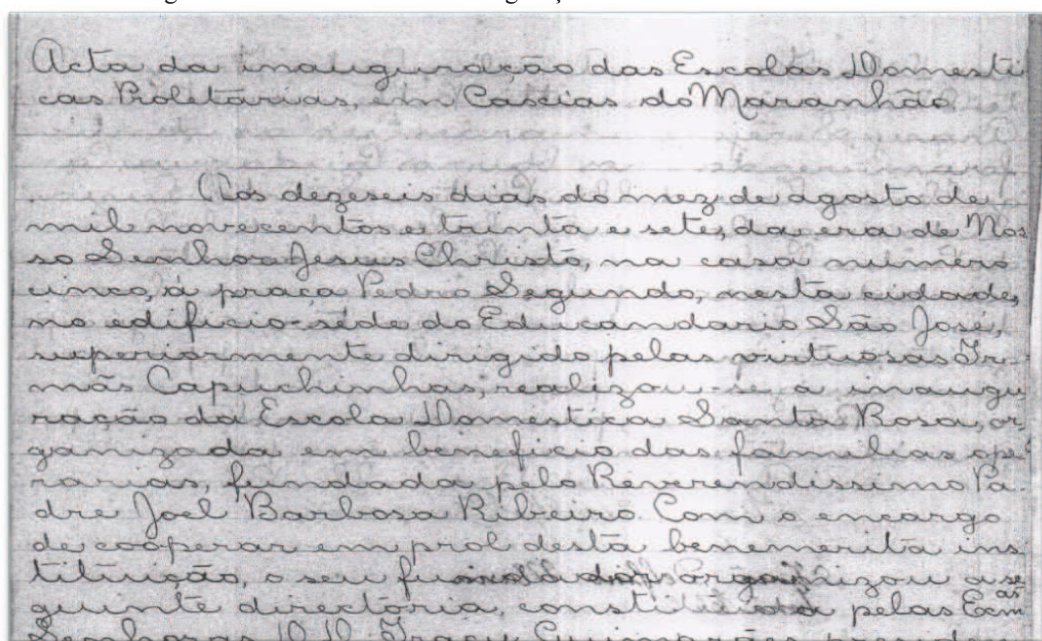
---

<sup>11</sup> Trecho da Ata de Inauguração do Colégio São José, datada de 14 de fevereiro de 1937.

Fortaleza, estado do Ceará e representativa da Instituição Canônica denominada Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Tem jurisdição sob vários estabelecimentos de ensino, entre eles, o CSJ, na cidade de Caxias – MA, instituição autônoma fundamentada em ideais franciscanas voltadas para proposta educacional Capuchinhas.

O CSJ é vinculado, para fins de inspeção e fiscalização, ao sistema Estadual de Educação de Ensino, conforme a legislação vigente, e foi fundado em 14 de fevereiro de 1937, na cidade de Caxias-Maranhão, com o nome de Educandário São José, nesse período a educação buscava mudanças de mentalidade acerca dos problemas sociais. No mesmo ano foi criado o Plano Nacional de Educação e Instituto Nacional de Saúde (1937), em 1941, surge o Departamento Nacional da Criança, surge também nesse período o Golpe de Estado que instalou o Estado Novo (1937), com isso houve um fortalecimento do poder que perdurou até os anos 1940, período denominado “conflitos de ideia”, entre católicos e os pioneiros da educação, sendo o Educandário reconhecido pelo Governo do Estado com Decreto-Lei n.º 63, de 28 de fevereiro de 1939. Em 29 de abril de 1937, foi criada a Escola Santa Rosa de Viterbo (Anexo D), com funcionamento somente no turno noturno para mulheres, utilizando o mesmo prédio do Colégio São José, com o intuito de atender a demanda escolar das pessoas alijadas do processo de escolarização, especialmente para operárias, domésticas, tendo como mantenedor o Educandário São José, da Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Segue abaixo (Figura 10) trecho da Ata de criação da escola supracitada.

Figura 10- Trecho da Ata de Inauguração da Escola Santa Rosa de Viterbo



Fonte: Livro de Ata do CSJ

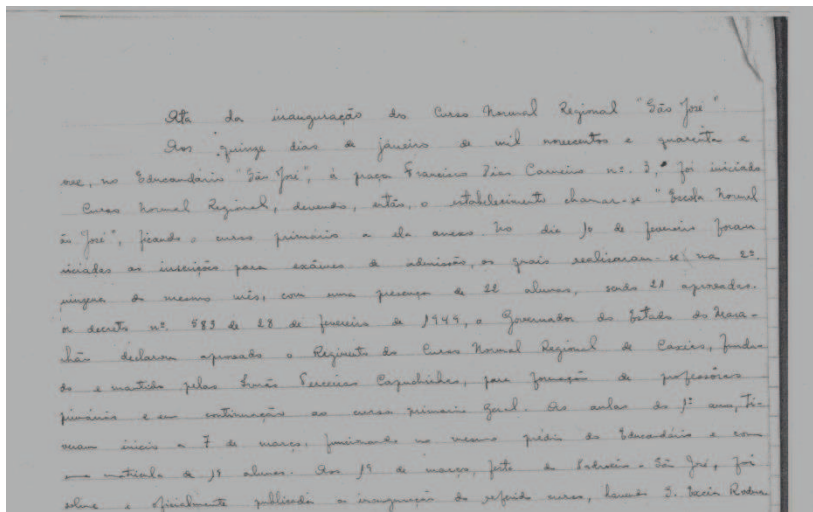
Aos dezesseis dias do mez de agosto de mil novecentos e trinta e sete, da era de Nosso Senhor Jesus Chisto, na casa numero cinco, a Praça Pedro Segundo, nesta cidade, no edificio sede do Educandário São José, superiormente dirigido pelas virtuosas Irmãs Capuchinhas, realizou-se a inauguração da Escola Domestica Santa Rosa, organizada em beneficio das famílias operárias, fundada pelo Reverendíssimo Padre Joel Barbosa Ribeiro. Com o encargo de cooperar em prol desta benemérita instituição, o seu fundador organizou a seguinte directoria constituída pelas Exmas Senhoras D.D.: Iracy Guimarães, presidente; Antonia Barralho Bôavista e Esmeralda Ferreira Cantanhêde, respectivamente, primeira e segunda secretaria, Bellina Lôbo, Eva Carneiro dos Reis, thesoureiras; directoras: D.D. Corina Cruz Guimarães, Emilia Gonzaga Costa, Etelvina Menêzes, Dolôres Tote Carvalho<sup>12</sup> [...] (sic) Como se pode perceber, a criação do Escola Santa Rosa de Viterbo se deu para atender a classe operárias e domésticas, em especial as não alfabetizadas, mantida pelo CSJ pertencente a Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. A implantação da referida Escola, foi um grande acontecimento para a comunidade caxiense em 29 de abril de 1937, considerando ser gratuita. A solenidade foi presidida pelo Pe. Jooel Barbosa. As aulas iniciaram em 06 de maio do mesmo ano. Por outro lado o CSJ, com essa ação filantrópica, cumpria uma das ações social e ao mesmo tempo uma obrigação católica, além de cuidar da educação espiritual e moral, nas periferias da cidade, a partir de seu slogan “Educando e Evangelizando”

O Educandário São José adquiriu personalidade Jurídica em 13 de outubro de 1937, data em que foram registrados os Estatutos em Cartório de Registro Civil de Pessoa jurídica de Caxias – Maranhão. Foi considerado de Utilidade Pública em 01 de março de 1940, pelo Decreto-Lei n.º 385. Em 05 de agosto de 1948, foi criada a Escola Normal Regional São José ou Escola Normal Regional de Caxias<sup>13</sup>, com Personalidade Jurídica ,em 29 de abril de 1949 (Anexo D1), sob n.º 794, sendo reconhecida de utilidade Pública pelo Decreto –Lei n.º 583, de 28 de fevereiro de 1949. Em 10 de fevereiro foram abertas as inscrições para exame de admissão da primeira turma, na ocasião foram feitas 22 inscrições, sendo aprovada 21 alunas e destas apenas 19 efetivaram a matricula conforme (Figura 11) trecho da Ata de criação da Escola Normal Regional de Caxias. Esta escola funcionou até 1953. Em 05 de agosto de 1948, foi criado o Ginásio São José, que adquiriu Personalidade Jurídica em 29 de abril de 1949, sendo reconhecido de Utilidade Pública pela Lei nº 1734 de 20 de maio de 1959 (Anexo E). O Ministério da Educação e Cultura (MEC) o reconheceu pela Portaria n.º 510, de 08 de outubro de 1958.

<sup>12</sup> Trecho da Ata da inauguração da Escola Domésticas Proletária Santa Rosa de Viterbo.

<sup>13</sup> Forma de ensino que contempla o ensino da região e preparava professora Regente de ensino primário para lecionar na Zona Rural. ( Conforme Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8530/46. Art. 47.

Figura 11- trecho da Ata de criação da Escola Normal Regional de Caxias



Fonte: Livro de Ata do CSJ

O Decreto-Lei nº 1123 de 01 de novembro de 1955 outorgou mandato ao Ginásio São José para ministrar o Curso Normal, de Grau Colegial (Anexo F) ficando, assim, instituída a Escola Normal São José, que foi integrada ao Sistema Estadual de Educação, em conformidade com a LDB nº 4024/61, sendo reconhecido em 03 de dezembro de 1965, pela Portaria nº 08/65, do Conselho Estadual de Educação. Em 02 de janeiro de 1972, houve a unificação dos vários cursos, passando a denominação única de Colégio São José, deferido pelo Conselho Estadual de Educação, em 17 de abril do mesmo ano, Resolução nº 12-A/72, incluindo os novos Estatutos da Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (AIMCA), publicado no Diário Oficial, em 23 de maio de 1972.

No dia 14 de março de 1973, o Conselho Estadual de Educação aprovou, pela Resolução nº 38/73, a implantação da reforma de 1º e 2º Graus do CSJ e em 20 de fevereiro de 1974, em conformidade com a Lei 5692/71, o Conselho Estadual de Educação autorizou a Resolução nº 09/74 o CSJ a ministrar o Curso Supletivo de 1º e 2º Graus, atualmente ensino fundamental e médio. Este curso encerrou em 1977. A Resolução nº 38/1973 resolve adotar em caráter experimental a implantação da reforma de Ensino de 1º e 2º Graus, no CSJ, de Caxias-Maranhão. A Resolução nº 14/75-CEE aprova, no CSJ, em Caxias, o Plano da Escola Criativa.

A Resolução nº 124/1975 aprova o Regimento Escolar do Colégio São José, localizado em Caxias-Maranhão e a Resolução nº 184/76-CEE o reconhece em nível de 1º

Grau, (5ª à 8ª séries), em Caxias-Maranhão, sendo reconhecido em nível de 1º Grau (1ª a 4ª série) pela Resolução n 051/78-Conselho Estadual de Educação – CEE. A Resolução n 113/1977 do Conselho Estadual de Educação – CEE, autoriza a funcionar no Colégio São José, no município de Caxias, neste Estado, os Cursos em nível de 2º Grau, de habilitação em Magistério de 1º Grau, com 3 séries, o Curso Técnico em Contabilidade e o Técnico em Secretariado

A Resolução n 167/1979 do Conselho Estadual de Educação-CEE reconhece o Curso de 2º Grau de Técnico em Secretariado, no colégio São José, em Caxias - Maranhão, em 20/12/1979. A Resolução n 168/1979 – CEE, reconhece o Curso de 2º Grau de Técnico em Contabilidade no CSJ, em Caxias-Maranhão, em 20 de dezembro de 1979. A Resolução n 169/1979 Conselho Estadual de Educação – CEE, reconhece o Curso de Habilitação em Magistério de 1º Grau (1ª a 4ª Séries), no CSJ, em 20 de dezembro de 1979.

Por mais que pese os detalhes técnicos, reproduziu-se acima toda a trajetória do marco legal e jurídico do CSJ, que uma vez constituído, procura atender a demanda educacional da elite caxiense, algo que se estende até os dias atuais, pois sintonia entre o conservadorismo e o aspecto confessional lhe tornou um símbolo da tradição e dos bons costumes.

Para se ter fé não é necessário abrir mão da racionalidade. A educação confessional tem como pré-requisito um credo e uma religião adotando de forma clara essa ideologia no desempenho de suas atividades desde a estrutura administrativa curricular e de formação.

O CSJ, de mentalidade confessional, empenhou-se num primeiro momento, na educação feminina, frisando a formal moral-religiosa. Só passou a aceitar pessoas do sexo masculino, na década de 1960, mais precisamente no ano 1961. A escola se destacou, sobretudo, porque oferecia refinamento cultural para as moças, objetivando torná-las pessoas prontas para o convívio social, conservando até lá, suas virtudes, além de fazê-las assíduas à igreja, preparadas para educar seus filhos, quando casadas, de acordo com os mesmos valores. Princípios de formador de caráter, evidenciado pelo colégio na Ata de Reforma do Estatuto (1952), [...] tem por finalidade principal a educação moral e religiosa da juventude a par de sólida e esmerada educação cívica e doméstica, sendo a instrução literária de pleno acordo com a programação do Estado.

O colégio fundamenta-se de acordo com os princípios de autoridade e obediência. Essa hierarquia conferia à madre superiora e também à diretora do colégio o atributo de modelo

assemelhando-se a Maria, mãe de Deus e dos homens, e ainda porta-voz de uma vontade divina de auxiliar a formação feminina, de acordo com a moral cristã exigida na época.

Vários professores da escola, nas décadas de 1940 a 1960, entraram para trabalhar na instituição através de indicações de políticos ou pelos próprios professores do quadro dessa instituição. Escola da elite caxiense, era um orgulho ensinar nela. Dessa forma, reforça os estudos produzidos por Graham (1997).

Ao analisar as relações entre público e privado no Brasil do século XIX, sugere a existência de uma aliança entre elite central e chefes locais, mediada pela patronagem. Essa maneira estruturadora da patronagem vinha da troca de empregos por votos, estabelecendo um processo produtivo de relações de dependência, que colocava os vínculos público e privado em um verdadeiro processo contínuo (ALONSO *apud* GRAHAM, 1997).

Na pesquisa de campo, cujos dados serão analisados mais detidamente na terceira parte, com base nos teóricos citados e na lógica do ensino confessional, pude confirmar os procedimentos que mostram as condições de manter disciplina no Colégio. Quando o comportamento dos alunos em sala de aula não era o esperado pelo professor ou não respondiam as arguições, esses poderiam sofrer punições severas, como por exemplo, ficar de pé na frente da turma. Sobre essa questão, Graham afirma que as elites "gastavam a maior parte de sua energia na formação de redes de clientelismo, ampliando seu séquito ou encontrando um protetor poderoso para suas fortunas políticas" (GRAHAM, 1997, p.22).

#### **2.4 Colégio São José: símbolo da convergência de interesses político-elesiásticos**

A educação brasileira esteve sob o domínio da Igreja católica por mais de trezentos anos, sendo que mais da metade deste período foi sob o comando dos Jesuítas. Isso não se passou incólume, a frágil laicidade de nosso sistema educacional é o saldo mais imediato desse contexto, mas as sequelas se estendem para outras dimensões: culturais, burocráticas, histórico-sociais e psicossociais. Um domínio praticamente absoluto não se deu sem alianças, sem uma anuência do estado, de uma oligarquia, ou melhor, para que a Igreja permanecesse tanto tempo no controle da educação houve, indubitavelmente, uma convergência de interesses entre poder político e poder simbólico-religioso.

Esse acordo nem sempre foi implícito, pois o padroado era um acordo oficial entre as monarquias ibéricas e a Santa Sé. Sob o ponto de vista jurídico, o padroado significava a cessão administrativa parcial das funções eclesiásticas para o monarca, cujas decisões eram

retificadas pelo papado. O efeito desse processo, na prática, não raramente era a instrumentalização política da Igreja, ou seja, decisões repressivas recebiam o invólucro eclesiástico. Por outro lado, a Igreja recebia um amparo estatal, além de poder interferir em assuntos que são específicos do estado, como a educação, por exemplo. Havia, assim, uma simbiose entre poder secular e eclesiástico, que se mostrava favorável para ambos, mas que impedia o amadurecimento da isenção burocrática da administração pública, ou como realça Weber:

O poder secular põe à disposição do eclesiástico meios de coação externas para conservação da sua posição de poder, ou pelo menos para o arrecadamento de impostos eclesiásticos e de outros meios de subsistência materiais, e em compensação este costuma oferecer ao soberano secular particularmente a garantia do reconhecimento de sua legitimidade e a domesticação dos súditos (1999, p. 367).

A parceria envolve a manutenção do poder das duas partes, com benefícios concretos, corporificados, inclusive, na possibilidade coercitiva: a forma mais substancial e direta de exercer o poder, e de garanti-lo.

No Brasil, o padroado perdurou até a proclamação da república, quando houve oficialmente a separação entre estado e Igreja. Mas isso de maneira alguma desfez a troca incessante de benefícios.

A Igreja apenas modificou sua estratégia de aproximação com o poder secular. Aliás, passou a ter mais liberdade, tornando-se mais militante e “empreendedora”, uma vez que agora poderia construir livremente novas igrejas e novas ordens evangelizadoras, sem precisar consultar previamente o estado ou o monarca. O ultramontaníssimo veio acentuar ainda mais a busca por novas alianças política-doutrinárias, já que este procurava concentrar o poder na figura papal, reconquistando territórios e reafirmando valores basilares da Igreja, que na prática significava acirrar discursos conservadores e recapitalizá-la ou como destaca Miceli (1985):

O movimento de reação eclesiástico desembocou numa série de iniciativas que, a longo prazo, significaram o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo de concorrência ideológica, cultural e religiosa, do mundo contemporâneo (p. 33).

De acordo com o autor, esse movimento foi algo que levou a Igreja a disputar espaços com o espírito laico, que vinha com a inevitável industrialização e avanço do progresso econômico, com os protestantes, com o pensamento de esquerda, dentre outras coisas; tudo

isso exigia sua ocupação simbólica em espaços nos quais antes sua presença era hegemônica. Para tanto, teve que estabelecer alianças com elites oligárquicas regionais, numa ação orquestrada, no qual determinadas regiões do país foram priorizadas.

Trabalhando com uma estratégia de “estadualização” da evangelização eclesiástica, que no fim levava aos bispos negociarem diretamente com os dirigentes locais, reativando o padroado, só que num nível mais sofisticado, no qual a Igreja dispunha de mais poder de ação, e que os produtos trocados eram ideológicos, ou melhor, oferecia-se o recrutamento ideológico em troca de espaço político, a Igreja esforçava-se, após o fim do padroado oficial, em criar um “neopadroado” que se sustentava numa sólida aliança político-doutrinária “com os setores dos grupos dirigentes favoráveis às pretensões católicas e cientes da colaboração ideológica eficaz que a Igreja estava em condições de prestar à consolidação da nova ordem social e política” (MICELI, 1985, p.34). Para esta nova forma de agir, no Brasil, optou-se por trabalhar em cima das demandas regionais, disso, o protagonismo passa a ser dos “bispos ‘empresários’ que se mostraram bem-sucedidos na montagem de alianças com os detentores locais de poder oligárquico” (MICELI, 1985, p. 45). Tal aspecto refletia diretamente na sociedade, porque em muitos casos essas alianças contribuíam para o retardamento deliberado do progresso local, no congelamento cultural e na imobilidade da estrutura social.

Entre as regiões que seriam priorizadas, estava o nordeste e a região norte, principalmente aqueles locais mais afastados e isolados, cuja possibilidade de catequização mostrava-se tão vasta quanto no começo da colonização.

Assim, o surgimento, em 1904, da ordem das irmãs Capuchinhas já entrega a ofensiva eclesiástica de conquistar territórios. O fato de a ordem religiosa ter nascido no Nordeste e ter parte de suas ações concentradas na região norte, indica uma consonância com a militância bispal.

A grande meta era recuperar o controle da educação, ou seja, a evangelização não se ocuparia apenas em criar novas igrejas e dioceses, mas também em estruturar uma rede de apoio que cercasse simbolicamente toda a trajetória psicocultural dos habitantes, algo que quando aliado à política tradicional oligárquica promoveria o fenômeno que Hannah Arendt (1989) denomina de “sociedade fechada”, na qual o autoritarismo e a imobilidade cultural, por meio da fixação de modelos de conduta, compõem suas características.

A cidade de Caxias do Maranhão, nesse sentido, enquadrava-se perfeitamente nesse perfil. Além do mais, a Igreja deu destaque para cidades que serviram de cenário para revoltas



populares, nas quais pressupunha-se o trabalho de domesticação mostrava-se urgente. Assim, a construção de uma escola destinada ao ensino feminino, numa cidade do interior, não é, como se imagina, construto do esforço heroico e voluntarioso das Irmãs, por mais que elas realmente apresentassem todas essas qualidades, mas sem uma solicitação direta do Bispo, não seria possível. Prova disso, é que outras ordens tentaram implantar uma escola na região, mas não lograram êxito. As irmãs capuchinhas apresentavam uma experiência considerável, apesar de ser uma ordem praticamente recém-criada quando comparada às tradicionais, construindo escolas confessionais bem-sucedidas no Ceará, no Pará, em Imperatriz-MA, dentre outras regiões isoladas.

O Educandário São José, atualmente Colégio São José, contava na sua implantação, em 1937, apenas com o ensino primário, mesmo assim era considerado o melhor ensino da região, sobretudo pela disciplina e a moral católica, era grande a repercussão que exercia na sociedade. No mesmo período, o Arcebispo Dom Carlos Carmello de Vasconcelos nomeou o Pe. Mariano Brito, Capelão<sup>14</sup> do Educandário São José.

Segundo consta em Relatório do colégio, em 1937 a matrícula foi de 47 alunas, no Jardim de Infância, sendo que 16 eram grátis. No primário, atingiu o total de 156 alunas matriculadas, dessas, 16 beneficiadas com gratuidade. Nesse ano foram matriculadas 203 alunas. O ensino foi ministrado por 08 professoras. Pode se observar o aumento das matrículas na escola no ano seguinte cresceu em disparada, sendo que já no ano de 1939, a instituição contava com 30 alunas internas e 195 externas (registrado no referido livro, p.3, informa que dessas 195 alunas externas deveriam estar inclusas 25 crianças pobres, gratuitas entre elas algumas bolsistas). Todos os anos vinham das cidades vizinhas muitas meninas.

Na ocasião, foram bentos e inaugurados a casa e seus respectivos compartimentos, que funcionaria o Educandário. Em 1940 o colégio já havia ultrapassado sua fama de boa escola através de vários municípios, sendo que em seus documentos constata-se matrículas de meninas oriundas do estado Piauí, Ceará e do Pará.

Considerando que o colégio oferecia apenas o ensino primário, as jovens estudantes, para dar continuidade aos seus estudos, teriam que ir morar em lugares mais avançados. Lima (1997, p.31) revela que as irmãs resolveram atender as reivindicações

---

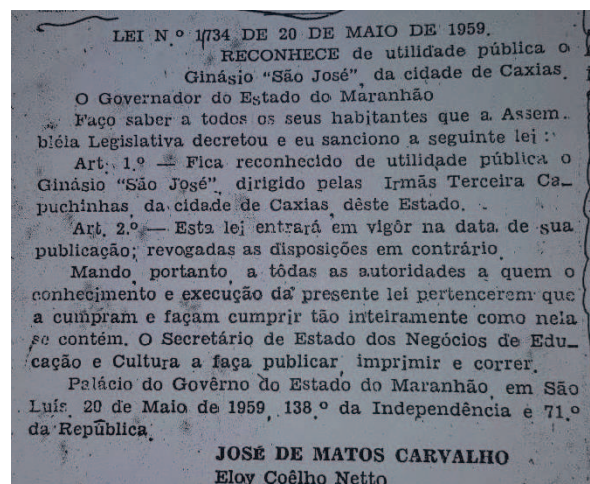
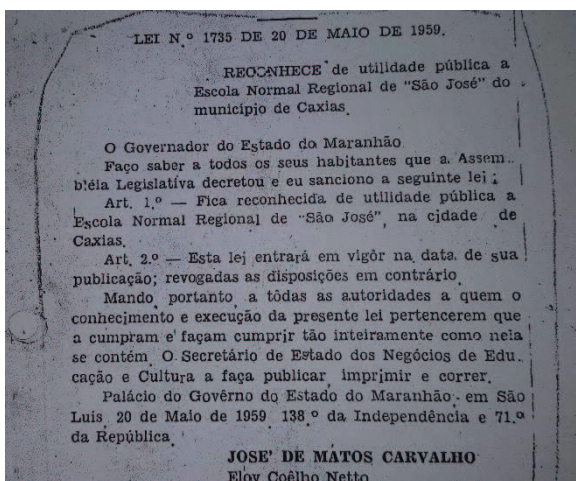
<sup>14</sup> Capelão é um ministro religioso autorizado a prestar assistência e a realizar cultos em comunidades religiosas, conventos, colégios, universidades, hospitais, presídios, corporações militares e outras organizações ou corporações, e que geralmente é oficiado por um padre ou pastor.

das famílias, acerca da implantação de estudos de níveis mais elevados, para que suas filhas pudessem dar continuidade aos estudos na própria cidade. Como resposta satisfatória, fundaram o Ginásio São José no dia 05 de agosto de 1948, em 25 de fevereiro de 1949 foi realizado o 1º exame de admissão ao ginásio, na mesma data foi fundada a Escola Normal Regional de Caxias.

Após três anos desse grande acontecimento, em 1940, é instalado em Caxias o Bispado, fato importante para a congregação. No ano seguinte, segundo Pacheco (1968, p.32), Caxias recebe o 1º Bispo, Dom Luís Gonzaga da Cunha Marelim, empossado solenemente em 08 de dezembro de 1941, por ocasião da festividade da Padroeira da cidade, Nossa Senhora Imaculada Conceição.

Como já foi mencionado anteriormente, a Escola Normal Regional de Caxias e o Ginásio São José adquiriram existência jurídica em 1948. Em 1949 e 1950, através de Decreto Lei nº 583 e 1734, obtiveram reconhecimentos de Utilidade Pública respectivamente, conforme trecho abaixo, do Diário Oficial do Estado do Maranhão<sup>15</sup>, de 27 de maio de 1959 e 26 de maio de 1959, respectivamente. A primeira era direcionada para formação da professora Normalista Regional que funcionou regularmente até 1953, para atender as necessidades específicas da região do interior, podendo, posteriormente, complementar os estudos e se tornar professora Normalista a nível Nacional.

Trechos do Diário Oficial, de 27 de maio de 1959 e 26 de maio de 1959.



Fonte: Câmara de Vereadores de Caxias – MA.

<sup>15</sup> Cópia do Diário Oficial em anexo.

O espaço educativo, planejado pelas irmãs capuchinhas, propunha um sistema “preventivo”, baseado na razão, religião, e no amor de Deus, iniciado às seis horas da manhã, com trabalhos manuais, orações individuais e/ou coletivas na capela (Figura 67), todas controladas, que não permitia nenhum espaço livre para ociosidade. Pois seria com regularidade, obediência, fé, oração e trabalho que se adquiriria o controle de si, segundo a vontade divina, conforme regulamento a seguir:

1. As alunas estarão sempre sob a vigilância das Irmãs as quais, as tratarão com a dedicação e o carinho que inspira a nossa Religião, assistindo os seus recreios, refeições etc.
2. Para formação cristã, moral e intelectual das alunas são empregados os seguinte meios: a) assistência continua das Irmãs que, com suave energia procurarão a exata observância dos estatutos e da disciplina interna; b) pelo espírito de fé, na formação do caráter reto e da consciência pura, base dos mais elevados sentimentos de uma virgem cristã; c) por conselhos apropriados e advertências prudentes na correção dos defeitos; d) enfim, pelo ensino eficiente, ministrado pelos métodos modernos.
3. Procurarão mostrar a máxima distinção no modo de falar com as Irmãs e colegas, no andar, no entrar e sair das classes, demonstrando, em tudo, esmerada educação doméstica.
4. Não é permitido trazer para o colégio, revistas, jornais, fotografias, livros e outras coisas que não se relacionam com os estudos.
5. As alunas terão, para com todas as Irmãs respeitosa deferência e obediente.
6. Recomenda-se a todas as alunas o máximo silêncio religioso e respeito na Capela, onde está presente Jesus Eucaristia, no Santíssimo Sacramento.<sup>16</sup> (ESTATUTO DO CSJ)

Figura 12 – Capela do Colégio São José



Fonte: Arquivo particular da pesquisadora

<sup>16</sup> Estatuto do Educandário São José.

Com base no exposto, acredito que a organização curricular do Educandário São José visava uma formação religiosa e filosófica voltada para a obtenção de instrumentos éticos e morais capazes de imprimir nas alunas um modo de ser e agir, conforme um modelo idealizado pelos colégios confessionais. Essas instituições se tornaram espaços de preparação para trabalhadoras domésticas; as moças que estudavam nessas escolas recebiam uma educação fundamentada na honestidade e fidelidade aos preceitos da moral divina, virtude essa de valor exaltado pela igreja católica.

Descreve Carvalho (2003):

O Marco Referencial do Colégio São José, fundamenta sua Filosofia na comunhão e participação, na busca de uma sociedade justa, solidária, fraterna, pacífica, em vista do cultivo da vida e da esperança. Esta busca constante em promover a PAZ e o BEM são âncoras de nosso Carisma. Todos estes valores tem como fundamento JESUS CRISTO. Para isso, tentamos oferecer um ambiente de ternura, amor, segurança e liberdade, abrindo espaço a uma convivência religiosa e social, marcada pela comunhão. [...] que todos vivam, como pessoas participativas, justas, abertas às mudanças sociais; sejam protagonistas da cultura e do saber, dos valores humanos: da cortesia, amabilidade, simplicidade, gestos fraternos, valores espirituais franciscanos e sobretudo, realizem a grande utopia humana, abraçando com generosidade e segurança a conquista de uma educação em favor da Fraternidade, da justiça, da Paz e do Bem.<sup>17</sup>

Como se pode perceber, a educação do CSJ além da função moral e espiritual tem como função formar cidadãs de geração civilizada com comportamento moldado mas com domínio do saber letrado, “permitindo” mudanças e inovações. Apesar disso o regulamento direciona para o projeto do ensino religioso.

No material catalogado encontrei livros de registro de inspeção escolar, livros de matrículas de alunas, Matriz Curricular do Curso Normal Regional e cópias dos diplomas da primeira turma do Curso Normal (Figura 5). Em um dos registros documentais, encontrei a Ata da sessão solene de entrega de Diplomas às professorandas da Primeira Turma da Escola Normal do Ginásio São José que iniciou em 1955, com dez alunas matriculadas (Tabelas 1 e 2), sendo quatro internas e seis externas, tendo a matrícula encerrada em 1º de março do mesmo ano, permanecendo a turma com a mesma quantidade de alunas até a 3ª série. Porém, de acordo com a

---

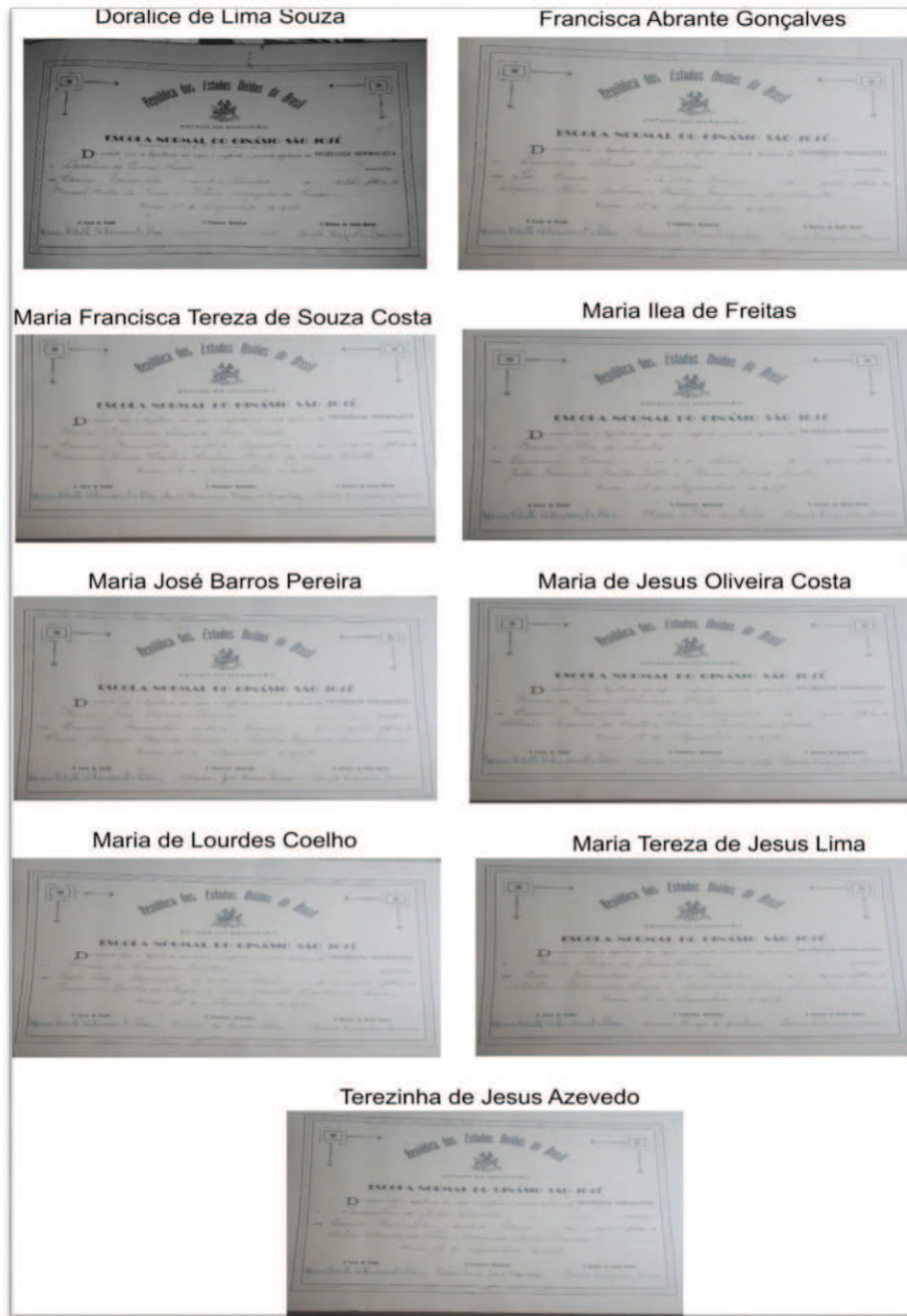
<sup>17</sup> Boletim Informativo do CSJ, assinado pela Irmã Gemma. Arquivo do CSJ. p.15-22.

documentação (Ata de Diplomação) (Figura 13 e Anexo A), apenas nove alunas da primeira turma de professoras normalistas foram diplomadas.

Trecho da Ata de entrega de Diplomas da primeira turma do curso Normal:

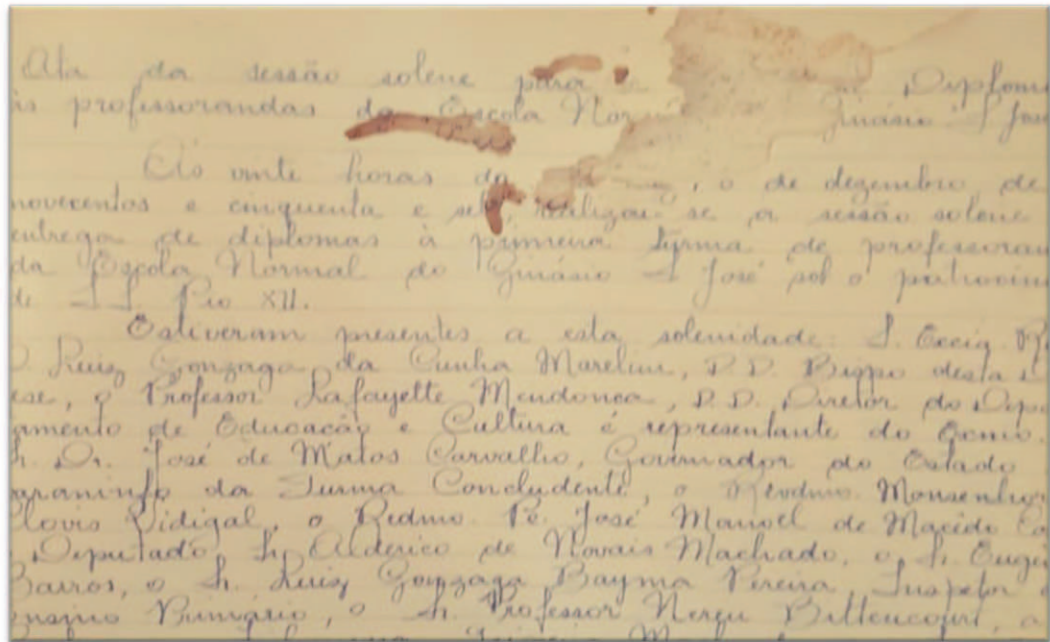
Às vinte horas do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e cinquenta e sete realizou-se a sessão solene da entrega de diplomas á primeira turma de professorandas da Escola Normal do Ginásio São José sob o patrocínio de S.S.Pio XII. Estiveram presente a esta solenidade: S.Excia. Revdma. Dom Luiz Gonzaga da Cunha Marelim, D.D. Bispo desta Diocese, professor Lafayette Mendonça, Diretor do Departamento de Educação e Cultura, na ocasião representando o Exmo. Sr. DR. José de Matos Carvalho, Governador do Estado e Paraninfo da Turma Concludente Revdmo. Monsenhor Cloves Vidigal, Revdmo. Pe. José Manoel de Macêdo Costa, o Deputado Sr. Alderico de Novaes Machado, Sr. Eugênio Barros, Sr. Luiz Gonzaga Bayma Pereira, inspetor do Ensino Primário, Sr, professor Nereu Bittencourt, professora Filomena Teixeira Machado, as Irmãs Capuchinhas e demais pessoas gradas. Aberta a sessão pelo presidente da mesa S.Excia. Revdma. Dom Luiz Gonzaga da Cunha Marelim, ouviu-se o hino do Ginásio cantado pelas diplomandas. Usou da palavra, o senhor professor Lafayette Mendonça, que num improvisado eloquente, mostrou-se comovido e abordou o importante papel que cabe à professora primária. Houve, em seguida, a recepção solene dos diplomas as jovens professoras. [...] Em seguida, as professorandas fizeram o juramento, prometendo cumprir sempre os deveres de professora normalista, visando os altos interesses de Deus, do Estado e da Pátria. [...] falou em nome da turma a oradora, Maria José Barros Pereira, que em brilhante oração interpretou muito bem os sentimentos de suas colegas, [...] a sessão foi encerrada com o Hino Nacional. [...]

Figura 13- Diplomas da primeira turma de professoras normalistas - 1957



Fonte: acervo do CSJ

Figura 14 - Trecho da ata de sessão solene de formatura da primeira turma do curso normal do CSJ -



1957

Fonte: Livro de Tombo do CSJ (1957- 1964)

Tabela 2 - Matricula de alunas da Escola Normal Regional São José - primeira turma Caxias-MA. (1949)

Nº	NOME	NASCIMENTO	FILIAÇÃO	SITUAÇÃO
01	Clara de Jesus Lima	12/08/1929	Adolfo Lima	Externa
02	Conceição de Maria Lopes Prasêres	02/01/1930	Damião Antonio dos Prasêres	Externa
03	Cacilda Edna da Silva	13/02/1932	Mescêdes Maria da Silva	Externa
04	Clenir Lopes dos Prasêres	25/02/1932	Damião Antonio dos Prasêres	Externa
05	Dinair Dias Marinho	26/10/1934	Raimundo Rodrigues Marinho	Externa
06	Eldy de Aguiar Machado	14/10/1935	Jorge Machado Vieira	Externa
07	Flôr de Liz Pereira Costa	02/10/1932	José Costa Sobrinho	Externa
08	Helena de Jesus Costa	19/05/1930	Francisco Costa Filho	Externa
09	Maria Helena G. Barbosa	16/04/1933	Pedro Leite Guimarães	Externa
10	Maria Edelves Martins Lima	21/02/1934	Luiz Ferreira Lima	Interna
11	Maria José de S. Barros	30/10/1932	Vitor Barros	Externa
12	Maria Jesuita S. Trindade	21/06/1933	Clodoaldo Trindade	Externa
13	Maria Edite F. da Silva	12/08/1937	Raimundo Alves da Silva	Externa
14	Teresinha de Jesus Amorim	03/08/1935	Osmar Dias Pinto	Interna

15	Maria José Costa	27/08/1930	José Raimundo da Costa	Externa
16	Neusa Pinheiro Coêlho	14/10/1934	Alípio Coêlho	Interna
17	Rita Tadeu de Assunção	31/10/1927	Antonio Tadeu de Assunção	Externa
18	Teresinha de J. F. da Silva	26/06/1936	João Ferreira da Silva	Externa
19	Zelinda Varão Pinto	24/10/1925	Joel Pinto	Externa

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraído do Livro de Matrícula do CSJ (1949-1953)

Tabela 3 - Matrícula de alunas da Escola Normal do Ginásio São José - primeira turma Caxias-MA (1955)

Nº	NOME	NASCIMENTO	FILIAÇÃO	SITUAÇÃO
01	Doralice de Lima Souza	17/09/1934	Manoel Matos de Sousa	Externa
02	Francisca Abrante Gonçalves	19/03/1937	Dogival Felix Barbosa	Interna
03	Geny Oliveira Coelho	15/05/1936	Jonas de Sousa Coêlho	Interna
04	Maria Ilka de Freitas	08/04/1931	João Maria de F. Filho	Interna
05	Maria Francisca Tereza de Sousa Costa	23/12/1938	Mariano Lima Costa	Externa
06	Maria José Barros Pereira	20/03/1938	Luiz Gonzaga B. Pereira	Externa
07	Maria de Jesus Oliveira Costa	06/12/1936	Aldezir Ferreira da Costa	Externa
08	Maria de Lourdes Coêlho	06/04/1936	Joaquim C. de Souza	Externa
09	Maria Tereza de Jesus Lima	08/10/1934	Antônio Melquiades Lima	Interna
10	Terezinha de Jesus Azevêdo	28/03/1935	Artur Azevedo da Silva	Externa

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Livro de Matriculado CSJ (1955-1958)

Após a realização das provas finais, escritas, orais e de exercícios físicos o colégio promovia a cerimônia para diplomação, premiação e destaque da aluna com Prêmio de Honra; o critério para escolha era comportamento, dedicação, notas, tempo de permanência na escola e dedicação pela religião. A idade das professorandas da primeira turma, era de 19 a 26 anos. Nesse ano, o prêmio foi entregue a formanda Maria José Barros Pereira, por ter estudado no CSJ desde o Jardim da Infância. Participaram nessa cerimônia familiares, autoridades civis e eclesiásticas, as Irmãs, os docentes, e pessoas gratas da sociedade e a solenidade foi presidida pelo Bispo Diocesano de Caxias.

No juramento feito pelas formandas fica evidente que ser professora primária, profissionalmente, era o mais alto nível para mulher. Ideologicamente eram inculcadas que através de seu trabalho estavam cumprindo seu dever pátrio e ao mesmo tempo satisfazendo



os interesses de Deus. Isso fica claro no juramento, que em nenhum momento destaca trabalho enquanto conquista de uma profissão, mas servir a Deus e a Pátria era o grande orgulho dessas jovens que se achavam preparadas para melhorar e promover a educação das crianças e do seu futuro lar, bem como prestígio social e sua doação na carreira como sacerdócio ao dever sagrado do ser professora.

A matriz curricular do curso Normal permaneceu a mesma até a década de 1964, assim composta: Português; Matemática; Física; Química; História do Maranhão; Geografia do Maranhão; Anatomia; Biologia Educacional; Psicologia Geral Sociologia Higiene e Puericultura; Trabalhos Manuais; Metodologia; Filosofia da Educação; Prática de Ensino; Tirocínio; Agricultura; Desenho; Música e Canto Orfeônico; Educação Física; Recreação e Jogos e História da Educação.

Quanto à qualidade de ensino, sabe-se que a fé não interfere na competência, não se deixando reduzir totalmente às categorias da racionalidade humana de alguma filosofia, permanece à parte para muitos, não sendo o critério principal para os pais dos alunos no momento da escolha, por mais que lhes agrade o aspecto moralizante, que costuma estar associado à prática religiosa.

Assim, percebo que as mudanças começam acontecer no contexto social presente no contexto histórico, estabelecendo uma relação prática educativa e, com isso, consolida cada vez mais o colégio em uma relação de poder, respeitando, sobretudo, a religiosidade em função dos ensinamentos recebidos e de valores desenvolvidos e/ou inculcados através da educação para atender as demandas sociais, religiosa, familiar e as demandas do lar.

Como ação Literária, foi fundado em 13 de maio de 1951 o Grêmio Lítero Recreativo Santa Joana D'arc com objetivos explícitos de: 1-congregar as alunas do curso secundário num ambiente propício à formação cívica, literária, moral e física; 2- elevar o nível intelectual das gremistas através de reuniões de caráter literário, social e artístico; 3-promover excursões, dramas, festivais e sessões lítero-recreativas. O grêmio era subordinado ao Ginásio São José e ficavam subordinados a ele, os clubes: Social, Aniversário, Alegria e Saúde.

Em visita à escola, percebi que a instituição atualmente vive outro momento, embora com a mesma rotina, como por exemplo, formar todos os dias, rezar oração ao Santo Anjo, Pai Nosso, consagração a Nossa Senhora, cantar o Hino a São José e o Hino Nacional, os alunos irem para as salas de aula em fila indiana, mas a estrutura como realiza essas ações,

não são as mesmas. O Hino do Colégio, atualmente é cantado somente por ocasião do aniversário do colégio e por ocasião das festividades religiosas, o Hino Nacional somente às sextas-feiras.

Essa assertiva vem ao encontro do que Bourdieu (2011) analisa como habitus na perspectiva de “espaço dos estilos de vida”, indicando associação entre gostos, escolhas, valores, às posições sociais dos indivíduos. Essa manifestação religiosa é presente desde a criação do colégio até os dias atuais.

Considerando os princípios católicos da escola, é natural que haja divergência entre conteúdos referentes a outros estabelecimentos, uma vez que existe uma organização a partir da congregação religiosa para um público específico.

Vejam o texto do Hino do Colégio e do Hino a São José, respectivamente:

### **HINO DO COLÉGIO SÃO JOSÉ<sup>18</sup>**

#### **Ir. Electa Maria**

Toda luz vem de Deus  
 É a sã instrução (bis)  
 Um reflexo do céu  
 Que ilumina a razão  
 Coro Colégio São José  
 A alma irradia  
 Aviva a luz da fé  
 Que os nossos passam guia  
 É nosso dever  
 Em primeiro lugar (bis)  
 O bom Deus conhecer  
 Sempre o bem praticar  
 E sigamos avante  
 O saber é fanal  
 Numa guerra constante  
 A lutar contra o mal

É de estrela o emblema Que no céu cor de anil Nos inspira este lema Sempre honrar o Brasil.

---

<sup>18</sup> Em entrevista, Ir. Eucaristia afirmou ser a letra do Hino de autoria da Ir. Electa Maria de Baturité.

## HINO A SÃO JOSÉ

1- Ó São José querido, meu caro protetor!  
Seja o meu canto ouvido Na glória do Senhor!

Quando estiver morrendo, Quero com viva fé  
Me consolar dizendo: Jesus, Maria, José!

2- És de Maria esposo, Íntegro São José!  
Para eu morrer ditoso, Pede por mim mercê.

Quando estiver morrendo, Quero com viva fé  
Me consolar dizendo: Jesus, Maria, José!

3- Quando, uma vez partida Para a mansão da luz, Minh'alma dirigida,  
Oh! leve ao bom Jesus!

Quando estiver morrendo, Quero com viva fé  
Me consolar dizendo: Jesus, Maria, José!

Conforme se pode observar nas letras dos Hinos acima, retratam uma forma de vida de obediência ao divino, a afirmação de valores interligada à religiosidade e à emoção. É nesse cenário da Igreja Católica que o CSJ edifica seus valores morais, éticos e patrióticos, sendo produtor do contexto histórico, a partir de valores emanados do momento histórico que envolve estrutura econômica, social, política, cultural e sobretudo a doutrina cristã.

Assim dito por Lima (1997),

Em Caxias, a Diocese naquela época, teve a colaboração das irmãs Capuchinhas, que acompanhadas das alunas do Colégio São José, nos finais de semana, dirigiam-se aos diversos bairros da cidade [...], para desenvolverem trabalho de catequese junto às crianças e adolescentes, preparando-os para 1ª Eucaristia e Crisma, dando ênfase aos movimentos de jovens e visitas às famílias. (LIMA, 1997 p.42-43).

O colégio seguia orientações do Concílio Ecumênico<sup>19</sup>, em que as Irmãs Missionárias Capuchinhas eram participantes ativas, cumpridoras do dever tanto nas atividades educativas, quanto nas religiosas. O movimento Catequético desenvolvido em Caxias foi destacável na Diocese.

Assim, a construção do Educandário São José no final da década de 30, era um projeto já há algum tempo alentado pelo bispado. E seguindo as diretrizes dos “bispos empresários”, a construção da escola confessional se fez por meio de um acordo com os grupos dirigentes,

---

<sup>19</sup> Reunião de todos os bispos (*episkopos*) cristãos convocada para discutir e resolver as questões doutrinárias ou disciplinares da Igreja Cristã.

algo que é expresso diretamente no livro encomendado pela direção do colégio, *História do Colégio São José*, no qual se registra em tom de franca gratidão que “a primeira subvenção recebida se deve ao senador Antônio Carvalho Guimarães” (LIMA, 1997). Ato contínuo, a lista alonga-se:

Outros ilustres maranhenses e filhos desta terra fizeram doações importantes, provenientes de dotações orçamentárias e outros fundos, destacando-se o Sr. Agnello Guimarães Costa Soares, Senador Clodomir Millet, Senador Achylles Cruz, Deputado Cid Carvalho, Sr. Aniceto Cruz, Deputado Alderico Machado, Senador Alexandre Costa, Senador João Castelo, Senador Henrique La Roque. Pode-se afirmar que sem essa ajuda, não se teria construído em parte o Educandário São José (LIMA, 1997 p.36).

Como pode se constatar, a maioria dos apoiadores eram políticos “ilustres” da época, alguns, inclusive, tornaram-se nomes de ruas e avenidas na cidade de Caxias. A outra parte da lista é composta de representantes da elite local. Aliás, o terreno ou parte dele no qual se encontra o Colégio foi doado por uma família tradicional da época. O CSJ foi construído com a finalidade declarada de servir aos filhos da elite, seguindo o exemplo dos Colégios Jesuítas, que tinham um pragmatismo político explícito. Esse pragmatismo político também é posto em ação nos primeiros anos do CSJ, cuja aliança com a oligarquia política local dependia sua sobrevivência material.

Eu era externa, tinha meninas internas que vinham de outros municípios, tinham pobres também que as irmãs davam as bolsas que elas recebiam dos políticos, mas não davam assim pra qualquer pessoa não elas preparavam essas internas em uma educação refinada, tinham que ser o ensinamento da religião, tinham que perder os costumes que traziam de casa, nem podiam se relacionar com as externas, eu acho que era para não aprender coisas diferente do convento. Agora eu só tenho lembranças boas, eu gostava muito das freiras a minha família muito amiga delas. (Ludce Machado, depoimento, 2017).

Meu pai era influente político, na época, eu conseguia muitas coisas para o colégio, até bolsas de estudo, os deputados frequentavam a casa de minha família, então era fácil pra eu ajudar, mesmo depois que fui estudar em São Luís, porque aqui ainda não tinha o Ginásio, eu continuei amiga do colégio e das freiras. (Ludce Machado, depoimento, 2017)

Analisando documentos, vi que a escola recebia com regularidade subvenções, algo que compunha parte considerável de seu rendimento. Estas subvenções decorriam, em grande parcela, do custeio por parte do Ministério da Educação e Cultura- MEC, pelo Fundo Nacional do Ensino – FNE, pelo Ministério da Justiça e Ministério da Agricultura, de alunas bolsistas, conforme o depoimento de uma ex- aluna interna, ex-professora e ex-coordenadora da escola:

Então, naquela época, era assim: não tinha escola pública em nível de ginásio, faculdade nem nada público, tinha primário, esta era a responsabilidade do estado, mas o MEC dava umas bolsas para quem pretendesse estudar, então a escola que quisesse pedir bolsa, pedia a um deputado, político no caso do Colégio São José as irmãs recebiam as bolsas e observava meninas das famílias que elas achavam que poderiam estudar na escola. (Fátima Alves, depoimento, 2016).

Esse depoimento é exemplar para demonstrar o *modus operandi* desta nova forma de padroado, que se baseava em alianças pontuais e regionais. Constata-se que o Colégio Privado, que confessa a fé católica ocupa, mesmo que indiretamente, um papel que deveria ser de uma instituição pública, mas o faz com uma parcialidade calculada, que restringe convenientemente o avanço da educação estatal, de modo que a Igreja recupera parte de seu protagonismo na cena educacional, e ainda promove sua imagem de provedora filantrópica, juntamente com a de alguns políticos. Isso porque as subvenções, dinheiro público, são repassadas a uma instituição privada, a uma instituição que está oficialmente separada do estado, sob a áurea do favor pessoal.

A educação que deveria ser universal e gratuita, e fornecida amplamente pelo estado, restringe-se a uma oportunidade que é mediada e explorada duplamente: a Igreja exerce seu ato de caridade, cativa e infiltra sua fé, com ajuda de um político local, que também passará a ter sua imagem associada ao ato caridoso de fornecer uma oportunidade de estudar numa escola de qualidade, ou seja, cria-se um vínculo de fidelidade irreversível com esse indivíduo, que crescerá grato por algo que já lhe pertencia por direito.

No fim do processo o ato benemérito anula-se por si, pois tudo foi financiado pelo estado, não envolveu o desprendimento das partes, ao contrário, ambas, político-igreja, lucraram. Mas o saldo maior é simbólico, cujo resultado se perpetua no tempo. O ato benemérito que retarda o atraso da educação pública local ficará como herança para a sociedade, e juntamente com esta, por mais contraditório que pareça, restará um sentimento de gratidão seguido de uma nostalgia do tempo tradicional-oligárquico:

A formação que tive no São José não era uma formação para o tempo daquele momento, mas uma formação para sempre, era muito melhor, não era esta formação voltada pra vestibular, mas era uma formação completa, com valores não pra vida naquele momento, mas com valores que se perpetuam no tempo (Fátima Alves, depoimento, 2016).

A formação de “valores perenes” é, na verdade, o objetivo primordial da mentalidade confessional, por mais que ela tenha que tratar de questões pragmáticas de subsistência, não

hesitando em fazer alianças, sua meta inicial é colher uma fidelidade que se perdure no tempo. Como toda ideologia sua intenção é justamente essa: ser reconhecida como valores intrínsecos, valores perenes, sem os quais uma pessoa de bem não estaria completa, formada.

Assim, além de não ser reconhecida como ideologia, ainda se faz passar por um lado natural do indivíduo que merece ser preservado, exigindo o engajamento de todos em sua defesa, e, por conseguinte, conseguindo uma anuência quase ilimitada de ação. Com isso, entende-se, porque inicialmente priorizou-se a criação de uma escola voltada unicamente para o ensino feminino.

“Cultura fina, mas que não servia para uma profissão, aprendia a bordar, costurar, etiqueta, como servir alguém, até como comer uma banana” (Fátima Alves, depoimento, 2016).

Fica patente que a Escola Confessional São José confirmado nos relatos, intentava enquadrar a mentalidade das jovens educandas aos padrões conservadores vigentes, promovendo uma estagnação da mulher, e mesmo ponderando que grande parte disso decorre da historicidade, é indubitável que existe uma meta em longo prazo, um projeto formativo visando alcançar gerações, que se compromete com a manutenção da Igreja enquanto instância política. Inculcar padrões de comportamento é a sua maneira de exercer seu poder simbólico, que com o tempo concretiza-se em poder substancial, como esclarece Bordel:

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um macaco mecânico, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se veem por elas capturados (2007, p. 50).

As molas, “os valores”, “a cultura fina”, a “formação completa” são colocadas na infância e na adolescência, na alternância das aulas e durante as aulas, infiltram-se no subconsciente pelos ritos e repetições, tornando os corpos vulneráveis ao poder simbólico. As meninas um dia serão mulheres preparadas para educar os filhos e zelar do lar, e repassarão os valores, “as molas”, de modo diário, com repetições, pelos ritos da religião. Por mais que os filhos resistam, os resíduos destes valores que permanecem no inconsciente já são suficientes para torná-los mais suscetíveis ao poder simbólico. Assim, a ideologia confessional modifica toda uma cultura, não sem resistência, porque a concorrência existe, as instituições que disputam constantemente a consciência do indivíduo multiplicam-se. Daí o motivo das alianças político-doutrinárias.

Nessa altura de reflexão, e antes de terminar, preciso fazer um adendo: o fato de existirem alianças políticas entre a Igreja e os dirigentes locais, não invalida o trabalho pedagógico realizado pela CSJ. Aliás, o aprimoramento técnico é a forma mais eficaz de uma escola confessional conseguir sua alforria deste padroado moderno, sempre comprometedor e limitante, algo que, a partir da década de 70 foi paulatinamente conquistado, mas isso já reflexão para outro recorte. Outro aspecto que merece ressalva é: as irmãs eram as primeiras cooptadas pela ideologia confessional, a maioria delas sendo, inclusive, ex-alunas de escolas confessionais, assim, dentro deste sistema maior que as limitavam, elas realizavam um trabalho que, antes de mais, modificava positivamente pelo simples fato de o conhecimento, por mais lacerado que esteja por interesses extraclases, promover uma autonomia mínima que, se bem explorada pode levar ao autoconhecimento, ou ao aprendizado autodidata diário. Claro que, a formação confessional prever e se antecipa o máximo possível a fim de evitá-lo, ou reduzi-lo a um nível técnico que não perturbe as convicções arraigadas.

Além disso, grande parte das Irmãs tinha uma formação acadêmica avançada quando comparada ao corpo docente local, isso possibilitava que lançasse mão do que havia de mais moderna na época em termos de técnica pedagógica, isso, porém, perdia-se em parte na moldura autoritária e admoestatória. De qualquer forma, o ensino possuía uma qualidade acima dos padrões regionais, o que não absorve o sistema de padroado moderna empregado pelo colégio na sua primeira fase, já que esse conhecimento era oferecido a uma elite oligárquica, ao custo de uma cumplicidade política que prejudicava a população como um todo. Pois quando um colégio de alto prestígio, com o monopólio da educação local, alia-se a interesses políticos estritos, ativa-se um círculo vicioso de privilégios que tende a concentração de renda e poder.

Outro dano geracional que uma escola confessional pode acumular, é o repasse de uma mentalidade patriarcal e machista, que indiscutivelmente aprisionou muitos talentos entre os muros de um lar, e a historicidade aqui tem seu limite, porque na década de 50 e 60, ideias progressistas já circulavam por uma classe média mais esclarecida, nos grandes centros urbanos e até locais, e também nas expressões artísticas do momento: música, cinema, literatura, que, no entanto, não adentrava o internato.

Assim, o CSJ convergiu interesses que beneficiaram uma elite eclesiástica, que satisfaz sua meta expansionista, e também uma elite política local, que usufruiu do congelamento social que o conservadorismo proporciona. Isso afetou a paisagem cultural e mesmo física, da cidade de Caxias-MA.

A concentração de Igrejas Católicas na referida cidade é algo que desperta atenção, o conservadorismo e o imobilismo urbano da cidade, uma das mais antigas do estado Maranhão, também não passam despercebidos. Obviamente, isso não pode ser atribuído unicamente a uma escola confessional, nem sequer em parte; contudo, diríamos que, em determinados campos, ela até ajudou a combater essa realidade negativa. Assim, venho a dizer que a escola é um símbolo dessa convergência de interesses e não a responsável, embora não possa subestimar o poder a um símbolo.



### 3. CONTROLE DO “EU” COMO PRODUTO SOCIOSSIMBÓLICO PELO COLÉGIO SÃO JOSÉ

Para compreender melhor a representação das ex- alunas, começo mencionando um discurso de despedida feito pela aluna da 4º série e publicado na revista intitulada “Flores do Alverne”<sup>20</sup> (Anexo G), com título: Uma Despedida

Aproxima-se o final do ano: Todos os estudantes procuram estudar bastante, para galgar mais um degrau da longa escada da Ciência.

Eu, por minha vez procuro esforçar-me, afim de obter mais um pouco de saber, para chegar ao fim que trará imensa alegria, pois, sou concludente do Ginásio. Contudo, esta alegria transforma-se á em grande tristeza pelo seguinte:

Desde a 1ª série ginásial que estudo neste abençoado Colégio –o Ginásio “São José” tão bem dirigido por religiosas abnegadas, que são as Irmãs Franciscanas. Seguiram-se as outras séries continuei a ouvir seus conselhos e ensino principalmente o belo ensino da Religião que é um dos principais estudos que devemos fazer para, desde esta vida, amamos e servimos a Deus devidamente.

E assim, ouvindo conselho e recebendo a necessária instrução, ministrada com tanto desvelo, estou encerrando o meu curso ginásial. E por isso sou obrigada a deixar este convívio tão caro ao meu coração.

Vou deixar. Mas como? A mim mesmo pergunto! E ouvindo a voz da razão ouço em resposta: -Iras deixar o teu querido Colégio, mas levarás contigo saudades e lembranças de tuas mestras, colegas e sobretudo da casa onde descobriste o tesouro da sabedoria e da felicidade que tiveste durante esses anos; estarás de vez em quando em contacto com tudo aquilo que te fala de Deus.

Depois de ouvir com atenção os ditames da razão resta-me agradecer do intimo d’alma em nome de minhas colegas, a dedicação de nossas incansáveis Mestras e a apresentar lhe o nosso adeus reconhecido por tudo! (1º de maio de 1954, FLORES DO ALVERNE).

Como se pode observar no discurso de despedida da aluna, em nome da turma, existe em seu posicionamento mecanismo de disciplina, gratidão, dando ênfase aos ensinamentos da religião como formadora da educação e da felicidade para estar em sintonia com o amor de Deus na qualidade de sua serva, bem como a representação social do local que está inserida assumindo fidelidade aos ensinamentos da moral divina da doutrina católica.

Transpor conceitos para novos espaços, bem como aproveitar estruturas teóricas já conhecidas para a sustentação de um novo corpo teórico-reflexivo não é tarefa fácil, o caráter forçado deve ser evitado, a fim de não comprometer a análise a um leito de Procusto<sup>21</sup>. Assim sendo, os estudos realizados por pesquisadores como Pierre Bourdieu (1930-2002) e Erving

<sup>20</sup> Revista do Grêmio Lútero-Recreativo Santa Joana d’Arc, criado em 1954.

<sup>21</sup> Aposso-me da expressão da mitologia grega, que apresenta a cama de Procusto como o símbolo da redução de uma alma para medida convencional, utilizo aqui a metáfora, comparando a situação tirânica que ocorrerá, caso seja intolerante, no momento da análise.

Goffman (1922-1982) serão aqui dispostos por se tratar de pensamentos que se encaminham na direção do meu propósito. O objetivo é explorar as interseções entre o arsenal de ideias por eles elaborado para maior alcance analítico do objeto. Nesse sentido, o principal ponto de convergência, segundo meu interesse, é a crença de instituições como instrumentos que moldam a personalidade e a perspectiva de mundo dos sujeitos, ressaltando que o controle é feito diariamente e está imbricado até mesmo nos hábitos mais inocentes.

As contribuições dos estudiosos supramencionados, para além de erudição teórica, serão tomadas como suporte para a análise de informações que mapeiam o funcionamento do CSJ e suas implicações no contexto social da cidade. Tendo em vista o caráter confessional do colégio, visível fica que o controle das ações é meta de relevância e esse controle foi feito explicitamente para conformar garotas a uma concepção de mulher ou de agente social que integra também os compromissos ideológicos da escola. Na época, essa prática era vista como algo que fortalecia a moral e os bons costumes, aspectos que permanecem até os dias atuais, a despeito das mudanças socioculturais pelas quais a cidade e também a escola passaram. Questionar como esse produto simbólico era negociado e como ele afetava a realidade social é meu intento neste capítulo, mas tentarei delimitar a discussão à ideologia, às práticas que influenciam na representação do eu, às repetições, enfim, aos detalhes ritualísticos que lentamente apreendem, sobretudo, na visão de mundo diante do contexto estudado.

### **3.1 Bourdieu, Goffman e Foucault: a lógica da materialidade e o poder simbólico**

Observando a perspectiva da análise aqui desempenhada, é válido ressaltar aspectos teóricos categorizados pelos pensadores Pierre Bourdieu, Erving Goffman e Michel Foucault. São teóricos que refletem acerca do espaço de controle e do modo como as ações sociais se articulam para determinados fins que correspondem a interesses previamente pensados para a manutenção e continuidade de um sistema. As ideias sistematizadas por esses teóricos auxiliaram no sentido de ponderar de modo mais elástico todos os mecanismos de dominação exercido pelo Colégio São José para se manter enquanto instituição mediadora de interesses da elite dominante, nas décadas a que me dedico, 1940 a 1960.

Exercendo forte papel na dinâmica social da época – força ainda não perdida na atualidade, embora se faça sentir de modo mais atenuado – identificar-se enquanto aluno ou aluna do CSJ tornava-se um elemento determinante do *status quo*, antes da década de 1960, tanto para as internas quanto para as externas. Assim sendo, vale discorrer acerca do poder simbólico exercido pelo CSJ. Para tal, iniciaremos por tomarmos alguns constructos teóricos

pensados por Bourdieu que, embora tenha atuado no contexto francês da segunda década do século XX, muito do que postulou nos ajudará a pensar a realidade do pequeno município de Caxias, bem como da região circunvizinha, observando as práticas internas do CSJ e o modo como tais práticas reverberaram externamente.

Bourdieu (2007), em seu ensaio *A dominação masculina*, reflete sobre o que denomina de paradoxos da *dóxa*, ao analisar as crenças dominantes e suas respectivas sanções. Afirma ele que é necessário retomar o caráter paradoxal da *dóxa*, evitando, assim, que a história se transforme em natureza. Para esse processo, são imprescindíveis as transgressões sociais, não obstante as relações de dominação e pretensas imunidades dessas crenças e conveniências. Desse modo, Bourdieu introduz suas reflexões acerca da dominação masculina, concebendo-a como carregada de violência simbólica, invisível às próprias vítimas, visto que se processa por meio de sendas puramente simbólicas da comunicação. Partindo desse ponto de vista, podemos pensar nas ferramentas de que dispõem algumas instituições no sentido de transformar a realidade, por meio de forças materiais e simbólicas, em favor de manutenção de determinadas formas de dominação.

Desse modo, considero a estrutura simbólica do CSJ como formada a partir de mecanismos que tenderam a arraigar um pensamento de pura dominação masculina, embora, antes da década de 1960, paradoxalmente, houvesse apenas mulheres dirigindo e estudando nas dependências do colégio. Como era evidente, estavam elas submetidas ao caudatário esquema do patriarcalismo. Os estágios sucessivos desse *modus operandi* resultou na força magna do CSJ enquanto projeção de um paradigma feminino que, embora ressaltasse qualidades intrínsecas das mulheres, serviam para o palatável agrado do homem bem-sucedido. As moças, além da formação escolar, tanto as mais abastadas quanto as bolsistas, deveriam conhecer etiqueta e prendas domésticas para atender aos mais criteriosos padrões, a fim de se tornar uma reconhecida “moça de família”. Esse aspecto fica evidente na fala de uma ex-aluna interna da época, quando indagada se as atividades oferecidas pela escola tinham objetivos claros:

“Sim. Além dos estudos, tínhamos outras atividades como pintura, tricô, bordado, trabalhos manuais, momentos de oração, organização de ambientes. O objetivo dessas atividades era preparar para a vida, incentivando uma educação mais abrangente com conhecimentos cívico, moral e religioso”. (Maria da Paz, depoimento, 2016).

É perceptível que a visão, diante do poder de influência do CSJ, era o da submissão. Educação abrangente, na ótica da entrevistada, tem um significado bem pessoal, pois o caráter

de imposição não foi evidenciado e a violência simbólica passa, conforme ressaltou Bourdieu, invisível às próprias vítimas. Nessa diretiva, ressaltamos que a “organização de ambiente” destacada era atividade somente das alunas bolsistas, visto que as outras de classes abastadas não deveriam ser destinadas à limpeza de salas e de outros espaços dentro da escola.

É oportuno juntar a esse aspecto a obra *A representação do eu na vida cotidiana* (1975) de Goffman, no qual ele tece um paralelo entre as interações sociais e um espetáculo. Tais interações são semelhantes a um espetáculo teatral, em que o indivíduo interage de forma semelhante à performance de um ator e os demais que participam da interação funcionam como uma plateia. Dessa forma, ao falar acerca da representação, evidencia que o ator social se utiliza da “fachada” para expressar intencionalmente ou inconscientemente a representação do indivíduo para se adequar a uma dada realidade que, em muito, difere do que ele é de fato.

Nessa diretiva, Maria Assumpta Eucaristia – ex-aluna interna que se tornou irmã capuchinha – afirma que não era possível perceber entre as alunas as que eram bolsistas ou não bolsistas. Quando indagada se as irmãs tratavam de forma diferenciada umas das outras, disse ela: “ninguém sabia [...] quem pagava e quem não pagava. Pelo menos eu não sabia”. Sabemos que isso não corresponde aos fatos, visto que há evidências sociais acerca das que pagavam e das que não pagavam a mensalidade. Um aspecto revelador que se pode depreender no depoimento da referida irmã é o fato de ela, sendo bolsista, pobre, escolhida para vigiar a porta, não dizia às irmãs quando as internas – evidentemente não-bolsistas, porque tinham dinheiro extra para compras, ainda que pequenas – saíam para comprar guloseimas em um estabelecimento comercial ao lado do colégio:

“Neste íterim, eu brincava muito, agora uma coisa que eu fazia era o seguinte: até hoje tem o comércio do Seu Severo, o João Severo, lá vendia rapadura e outros doces. As meninas compravam, eu ficava na porta, combinava que se viesse uma irmã, eu daria um assobio pra elas não entrarem e serem pegadas, mas nunca aconteceu. Elas iam ligeiro comprar rapadura, só que eu tinha que ganhar um pedaço também, aí a gente ia comer, escondidas” (Irmã Maria Assumpta Eucaristia, depoimento, 2016).

A infração não era evidenciada, porque ela, a bolsista, ganharia “um pedaço de rapadura”, que é um doce em barra feito a partir do caldo de cana fervido. Nesse aspecto, reflito junto com Goffman (1975, p.46) “Se um indivíduo tem de dar expressão a padrões ideais na representação, então terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles”. O autor enfatiza que, quando a conduta é imprópria, é em certo sentido satisfatória como muitas vezes acontece e o indivíduo se entrega secretamente

podendo se abster do bolo e comê-lo também. Dessa maneira, percebe-se que a ação da aluna foi uma ruptura das representações cotidianas.

Ainda em relação à fala da ex-aluna Maria da Paz, posso afirmar que “uma educação abrangente”, refere-se, na invisibilidade da violência simbólica, às imposições e sanções do referido colégio enquanto força determinante daquilo que Bourdieu denominou de *habitus* – categoria teórica que consiste em formas comuns de percepção que desembocam em determinados modos de ação. Dessa forma, enquanto reprodutor de um padrão de comportamento esperado pelos pais e pela sociedade, o CSJ se configurou como ponto convergente de estruturas sociais e didáticas que atendiam aos diversos critérios de manutenção de uma determinada classe social como detentora de privilégios e regalias. Em consonância com essa análise, diz Goffman que a mobilidade social ascendente implica na representação de ações adequadas para subir e evitar descer, expressando-se em sacrifícios para a manutenção da fachada. Tal aspecto estará na base da classificação desta escola como aparelho ideológico, desempenhando e incorporando valores oficialmente aceitos pela sociedade, conforme veremos mais adiante.

Acerca da dominação masculina, aspecto determinante em todos os âmbitos de funcionamento do CSJ, assevera Bourdieu que:

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus* moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade (2007, p.45).

Esses aspectos, destaca ainda o sociólogo, se processam como transcendentais históricos, apreendidos pelas próprias mulheres na sua prática diante da sua representação social que se funda na oposição masculino x feminino, base da ordem simbólica da violência masculina, tal como por ele categorizada. Trazendo para o contexto da cidade de Caxias, não se pode dizer que as especulações bourdieuzianas se façam distantes, pois todo o regime imposto às alunas no CSJ, nas décadas aqui abordadas, é rigorosamente elaborado por esse imperativo masculino cujo alvo é buscar mecanismo para eternizar seus anseios de modo que tudo aquilo classificado de bom e de bem se faça com a finalidade de atender a essa perpetuação de valores psico-social-ideológicos. Para melhor esclarecimento, cito parte da entrevista com a Irmã Maria Gemma que, por anos, vem exercendo a função de diretora do

CSJ, quando indagada se havia preferência dos rapazes para namorar as moças que estudavam no colégio, respondeu:

“É claro que os rapazes tinham interesse pelas nossas alunas, elas tinham todos os meses autorização de saída pelos pais, se elas tivessem bom comportamento então elas poderiam sair para passar o sábado e domingo com os familiares e retornavam na segunda-feira, de manhã. Se tivessem bom comportamento, os pais não deixavam, mas tinham uns pais que não deixavam as filhas saírem de jeito nenhum. Claro que elas eram muito cobiçadas pelos rapazes, tinham meninas muito bonitas elegantes e finas.” (Irmã Maria Gemma, depoimento, 2016).

Assim, enquanto dominadas, as alunas ainda, conforme as entrevistas, evidenciam o privilégio de serem bem educadas, para se candidatarem às esposas, mães e professoras exemplares da cidade, com condutas inatacáveis. Tal *habitus* convergirá na autoapreciação de um tipo representativo de mulher cobiçado pelas demais garotas que não tinham poder aquisitivo ou outros meios legitimados pelo *status quo* para adentrarem aquele espaço de formação educacional.

As alunas eram preparadas por meio de informações, além dos exigidos pela grade curricular, aprendiam prendas domésticas e, paradoxalmente, eram preparadas para serem dominadas, embora fossem “bonitas e elegantes”.

Desse modo, mais que atender ao expediente curricular, o CSJ estabelecia uma prática que não rebaixasse a dominação masculina, ao contrário, que a potencializasse. Mesmo educando as moças, o fim último desse processo, que era levar a cabo um modelo patriarcal, ratifica a representação de um modelo feminino prendado e submisso, portanto havia controle do eu feminino, para atender aos anseios do eu masculino e elitizado da cidade. Essa dominação masculina, paradoxalmente, determinava a ação das irmãs dirigentes do CSJ que, provavelmente, achavam-se no comando, quando, na verdade, estavam sendo comandadas pelas determinações simbólicas masculinas. Assim, defendo que, mesmo não havendo consciência clara de tal submissão, há o deliberado anseio de atender ao desejo da elite, ainda sob o signo daquilo que Bourdieu denomina de violência masculina. Dessa forma, vale enfatizar que:

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2007, p.44-50).

É inegável o poder do CSJ enquanto estrutura reprodutora dessa dominação. E, conseqüentemente, a educação ali repassada resultou em um bem mercadológico que não fugia à prática da dominação masculina. A questão da obediência foi sempre um imperativo. Obediência e vigilância são elementos indissociáveis dentro desse contexto, o qual se reforça de acordo com Bourdieu:

As diferenças de sexo e gênero integram um conjunto de oposições - "um sistema de relações homólogas e interconectadas": sobre/sob, fora/dentro, alto/baixo, aberto/fechado, ativo/passivo, vazio/cheio, úmido/seco, branco/negro, dia/noite, sol/lua, céu/terra, direito/esquerdo, masculino/feminino (p. 22, 19) - que têm significado antropológico e cosmológico. Essas oposições se inscrevem nas estruturas objetivas e cognitivas: apresentam-se "em estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação" (p. 17). A experiência do mundo social - a percepção da concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas - legitima a apreensão das arbitrárias divisões do mundo social como naturais, evidentes, ou seja, legitima a conversão da arbitrariedade social em necessidade da natureza. (2007, p.17-22).

Ressalto, portanto, que as alunas do Curso Normal eram preparadas para o exercício do magistério, contudo, como a base era a estrutura patriarcal, obviamente, se tornariam as novas agentes do que Bourdieu chamou no excerto acima de *esquemas de percepção*, pois renovariam frente às novas gerações, esse privilégio masculino.

Como enfatiza Bourdieu (2007, p.9), as diferenças de sexo e gênero são produto de "um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social". Agradar as famílias era a tônica central. Para além de conhecimentos escolares, importava acentuar a superioridade de uma classe social, preservá-la e, assim fazendo, preservar a supremacia masculina. Esse dado é perceptível na fala da diretora do CSJ, irmã Gemma, quando indagada acerca da causa que levou a escola receber rapazes no seu corpo discente:

"Porque os pais exigiam que a gente recebesse, eles colocavam a filha aqui e colocavam o filho no Diocesano. Então se nós recebêssemos homens, para eles seria melhor até mesmo a questão econômica, havia redução nas mensalidades, pela quantidade de filhos matriculados e resolvemos adotar uma escola mista. Outro fato foi a redução de alunas para manter a escola estava ficando difícil, as coisas foram mudando, tivemos que receber também meninos. Foi assim que começou o Colégio São José, isso deu muito trabalho, porque os meninos eram terríveis e eles não queriam obedecer às irmãs, só obedeciam a mim. Aos poucos, eles foram se acomodando" (Irmã Maria Gemma, depoimento, 2016).

De acordo com a fala da Irmã Gemma, em detrimento a situação econômica da

escola, com a redução de matrículas de meninas para o regime de internato, para qual a escola se direcionou durante muitos anos de funcionamento, a solução encontrada era admitir a matrícula de meninos passando, portanto, o CSJ, a partir de 1961, a ser misto, considerando a demanda local.

Quanto aos ensinamentos internos, as mulheres deveriam tudo aprender e, em tudo, se submeter a essa ordem, para promovê-la, mesmo quando achassem que estivessem se preparando para uma relação mais igualitária, uma vez que muitas faziam o Curso Normal para o magistério. Contudo, mais que um emprego, o grande anseio de uma moça de reputação, era encontrar um bom casamento, ou seja, encontrar um homem bem-sucedido. Mesmo no casamento, como lembra Bourdieu, em que “a dominação parece dominada” (2007, p. 130), haverá sempre o embate para prevalecer a dominação masculina, por se tratar de posicionamentos sociais que se opõem diametralmente no que diz respeito à luta pelo centro no campo de poder familiar e social.

As irmãs estavam no comando da escola mais prestigiada da cidade, mas sendo religiosas, prestavam também auxílio aos mais carentes, faziam catequese nos bairros periféricos e criaram cursos noturnos para trabalhadores.

Segundo o jornalista Albert Lima, em *História do Colégio São José* (1997), após a fundação do então educandário São José, em 1937, as irmãs missionárias capuchinhas criaram a Escola Santa Rosa de Viterbo, em 29 de abril do mesmo ano, para atender as classes menos favorecidas. Desse modo, elas orientavam as alunas, “com atividades de prendas domésticas, ajudando-as em aulas de corte e costura e bordado, sendo-lhes ministrado curso de Alfabetização e Primário completo” (LIMA, 1997, p. 27). O jornalista ainda acrescenta que, tendo em vista a fundação das duas escolas, “grandes acontecimentos religiosos encheram a cidade de Caxias de fé, caridade e muita oração durante o ano de 1937” (LIMA, 1997, p. 27). São inegáveis obras de caridade realizadas pelas irmãs, fizeram uma escola popular, porque no ensino diurno atendiam somente a elite. Contudo, ressalto que os atos de caridade de alguns políticos em conceder auxílios e bolsas para as alunas carentes enchia a cidade de celebrações sobre eles mesmos por parte das classes que recebiam esses pseudo favores cujo objetivo era a obtenção de votos.

Como começavam a chegar moças de outras cidades, foi percebida a necessidade da criação de um internato e a legalização junto ao Estado do então Educandário São José, conquistas que não tardaram. Com o crescimento sucessivo, na década de 1940, já estava



devidamente legitimado o então ensino primário que funcionava na sede do educandário. O ensino ginásial foi uma sucessão natural do primário, cujos resultados atenderam às expectativas das famílias cujas filhas estudavam no educandário São José. Nesse processo de ascensão, destacou Albert Lima que:

Após adquirirem o ensino básico – o primário – os estudantes caxienses se deslocavam muito jovens ainda, para outras localidades em busca de estudo de níveis mais elevados, a fim de complementarem a educação secundária e superior. Um grande contingente de jovens ficava impossibilitado de aprimorar os seus estudos. Partindo daí a exigência de escolas em nível maior. Diante dessa situação as Irmãs, incentivadas pelas famílias resolveram atender as reivindicações exigidas e fundaram o GINÁSIO SÃO JOSÉ e a ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAXIAS, preenchendo assim a lacuna existente na área educacional da cidade e da região do vale do Itapecuru (1997, p. 31).

Foi na década de 1950 que o educandário cedeu espaço ao Colégio São José, unicamente, visto que antes funcionavam, no mesmo espaço, o Educandário São José, o Ginásio São José e a Escola Normal São José.

As conquistas dessa década proporcionaram o *status quo* às alunas que estudavam aos cuidados das irmãs missionárias capuchinhas. Desse modo, elas adentravam a um campo de poder simbólico, já que adquiriam as habilidades das mulheres promissoras. Nesse âmbito, penso naquilo que Goffman chamou de bom desempenho, revelado por meio de atividades que possam influenciar, “de algum modo, qualquer um dos outros participantes” (GOFFMAN, 1975, p. 23). Por essa mesma abordagem, posso dizer que o CSJ definia seu papel social com a promulgação também de espaço solidário à classe popular, evidenciando direitos e deveres dessas duas classes antagônicas assistidas por essa instituição de ensino.

No processo de edificação e consolidação do nome do CSJ, é facilmente perceptível a formação concomitante de um campo de poder, afinal foram renomados políticos que se tornaram os benfeitores do colégio. Pode se refletir melhor sobre esta questão, a partir do fragmento sobre a edificação do prédio na década de 1950:

Muito esforço e muito sacrifício, com muito suor derramado e o fervor de muitas preces e orações, construíram-se em mão-de-obra espiritual na construção do patrimônio que forma o acervo material do EDUCANDÁRIO SÃO JOSÉ [...]. Os governos federal, estadual e municipal, muito contribuíram através dos filhos ilustres de Caxias. A primeira subvenção recebida deve-se ao Senador Antônio Carvalho Guimarães. Relevantes e valiosas foram às doações feitas e incluídas nas dotações orçamentárias do Estado e da União, as quais foram apresentadas e reivindicadas pelos grandes benfeitores e amigos das Irmãs, senhores Eugênio Barros e Sebastião Archer, quando ambos

foram governador do Estado e Senador da República. Outros ilustres maranhenses e filhos desta terra fizeram doações importantes, provenientes de dotações orçamentárias e outros fundos. (LIMA, 1997, p. 35-36).

Como se pode observar, o jornalista inicia enfatizando aspectos religiosos, mas sobressaem os aspectos políticos. Trata-se de dotações orçamentárias de políticos renomados, cujo prestígio se fazia extensivo à escola. Esse fato demonstra, conforme se pode perceber, que a intervenção dos “grandes benfeitores e amigos das Irmãs” só realçava poder e influência, reforçando ainda o prestígio da instituição nascente, na qual se constituiria, conseqüentemente, um *modus operandi* favorável à manutenção da ordem projetada por esses benfeitores, que se utilizavam de valores advindos do Estado em benefício próprio, figuras políticas que se ocuparam de reproduzir meios para se perpetuarem socialmente. No caso, a *doxa* desse campo de poder se constituiu a partir do desejo de manutenção da ordem regida por aqueles detentores de lugares sociais privilegiados.

Estava, pois, na década de 1950 o CSJ em pleno funcionamento e já havia se tornado o espaço mais desejado pelos pais para as suas filhas, tanto era o desejo dos moradores da cidade de Caxias quanto daqueles das cidades circunvizinhas, uma vez que, do Curso Normal, saíam as professoras mais requisitadas da região.

Nos relatos até então ouvidos sobre a escola, percebi ora uma tendência à idealização, marcada pela adjetivação excessiva que pode ser computada como o apagamento da criticidade diante do controle da representação e de dominação sociossimbólicas, ora encontra-se certa consciência acerca dos excessos desse processo de controle. Analisar esses relatos, fazer a mensura crítica destas vozes, ver as oscilações entre apologia e criticidade na memória oral e em textos escritos será a base para a produção historiográfica da história do CSJ no período delimitado nesta pesquisa. Conforme Magalhães (2004), historicizar uma instituição é:

[...] compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos de sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. (MAGALHÃES, 2004, p.58).

O serviço de internato foi fundamental para que essa imagem se propagasse, visto que a permanência em tempo integral na escola permitia, segundo os olhos dos progenitores, maior tempo de aprendizado e de absorção da catequese e de valores sociais raros e caros ao padrão almejado para as filhas. Uma educação pautada na obediência e nos bons costumes nos

relembra Goffman (2015, p.51) quando descreve que prêmios e privilégios a quem obedecem às regras se tornam os aspectos talvez mais importantes da cultura dos internatos.

Em relação ao internato, de acordo com o Estatuto da Escola evidencia claramente a posição econômica da família que ali deixava suas filhas. Observando os itens de composição do enxoval dessas alunas, percebi logo que esses materiais eram, na época, de uso das classes mais favorecidas economicamente e socialmente. Veja na Tabela 4, elaborada a partir do Estatuto (Anexo H), a lista do enxoval exigido para a aluna interna, já na ocasião da matrícula:

**TABELA 4- RELAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O ENXOVAL DA ALUNA INTERNA  
ELABORADA PELA AUTORA COM DADOS EXTRAÍDOS DO ESTATUTO DO EDUCANDÁRIO SÃO JOSÉ EM  
JUNHO ABRIL DE 2016.**

Nº Ord.	DISCRIMINAÇÃO DO ENXOVAL				
	ITENS	QUANT.	Nº Ord.	ITENS	QUANT.
<b>01</b>	Uniforme de gala	01	<b>18</b>	Roupão de banho	01
<b>02</b>	Saias azul marinho de casimira <sup>22</sup>	01	<b>19</b>	Véu de filó branco	02
<b>03</b>	Saia azul Marinho normalista	02	<b>20</b>	Pares de meia $\frac{3}{4}$	03
<b>04</b>	Vestidos xadrez branco e azul Escuro	04	<b>21</b>	Pares de meias bege compridas	08
<b>05</b>	Blusas brancas de seda	01	<b>22</b>	Par de meias soquete para ginástica	01
<b>06</b>	Combinações (não de alças)	08	<b>23</b>	Pares de sapatos preto colegial	02
<b>07</b>	Calçolas	12	<b>24</b>	Tamanco para o banho	01
<b>08</b>	Camisas de dormir (compridas e com mangas)	03	<b>25</b>	Par de alpercatas pretas para casa	02
<b>09</b>	Lenços	06	<b>26</b>	Guardanapos branco de 40cm x 40cm	04
<b>10</b>	Lençóis de 2 m X 1.40	04	<b>27</b>	Porta-guardanapos branco	02
<b>11</b>	Fronhas de 60cmX40cm	03	<b>28</b>	Sacos para roupas servidas	02
<b>12</b>	Cobertor de lã	01	<b>29</b>	Uniforme para ginástica –azul e Branco	01
<b>13</b>	Toalhas de rosto	04	<b>30</b>	Copos	02
<b>14</b>	Toalhas de banho	02	<b>31</b>	Talher completo	01
<b>15</b>	Colchas brancas	02	<b>32</b>	Prato raso e prato fundo	02
<b>16</b>	Costureira completa com chave	01	<b>33</b>	Escova, pasta e sabonete	01
<b>17</b>	Pente grosso e pente fino	01	<b>34</b>	Xícara grande	01

Fonte: elaborada pela autora, com dados extraídos do Estatuto do CSJ.

<sup>22</sup> De acordo com dicionário online é tecido fino feito com pelo das cabras de Caxemira (Índia).

Outro fato que demonstra o atendimento a classe social médio-alta, são os valores das mensalidades, bem como os valores cobrados a benefícios extras, para as internas (Tabela 5). Vale ressaltar, que o salário mínimo vigente na época, em 1948, era CR\$ 380,00 (trezentos e oitenta cruzeiros), inferior à mensalidade do internato, que além da mensalidade e despesas extras tinha também outras contribuições como joias de matrículas, taxas que não faziam parte da mensalidade. (Estatuto da Escola, 1948).

Tabela 5 - Mensalidades do internato

<b>CURSO</b>	<b>MENSALIDADE (CR\$)</b>
Primário	Cr\$ 400,00
Ginasial	Cr\$ 450,00
Normal	Cr\$ 450,00

FONTE: Elaborada pela autora com dados extraído do Estatuto CSJ.

Conforme Lima (1997), foi durante a década de 1960 que o serviço de internato começou a sofrer sinais de enfraquecimento, e, no ano de 1961, ano da publicação da Lei nº 4.024 primeira LDB, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional e tinha como dispositivos significativos, tanto para o ensino público como privado, o direito de ministrar o ensino em todos os níveis, tendo o estado poder de subvencionar a iniciativa particular no oferecimento de serviços educacionais. Foi nesse contexto que a escola passou a aceitar alunos homens. Essas alterações não afetaram o prestígio do CSJ, ao contrário, firmavam a atuação do mesmo enquanto a instituição de maior prestígio diante das famílias, sobretudo, das mais abastadas. Afinal era sempre um orgulho ter filhos que estudassem no colégio das irmãs.

A submissão também era apregoada em meio a todas as atividades, somada a ela eram afirmados valores religiosos. A cidade de Caxias vivia, por aquele período, as mudanças religiosas advindas da criação do bispado na cidade, em 1940, três anos, portanto, após a criação do ainda Educandário São José. Em 08 de dezembro de 1941, segundo Lima, foi empossado o primeiro bispo de Caxias, Dom Luís Gonzaga da Cunha Marelím. Esse fato, obviamente, reforçou na cidade o avanço do catolicismo e seu prestígio social. Este fato impulsionou também o CSJ, por ser de caráter confessional. Somam-se a esses aspectos, o trabalho missionário das irmãs junto aos caxienses, elas estavam sempre acompanhadas pelas

alunas internas bolsistas, que atuavam como auxiliares-aprendizes desse processo de catequese pelos bairros, também os menos favorecidos. O intento era divulgar e expandir seus

trabalhos, crenças e metas. Fatos históricos da cidade se misturavam à realidade da instituição. Havia o cumprimento de uma missão religiosa, inclusive, alunas pobres eram admitidas, com responsabilidades distintas das mais abastadas.

Mesmo sendo relevante o trabalho social das irmãs missionárias capuchinhas, não se pode negligenciar o apoio que deram às elites locais e à sua luta para se perpetuarem no poder, embora fizessem concessões. Com as bolsas do MEC e de outros órgãos, a partir de 1950<sup>23</sup>, viabilizadas pelos políticos locais, houve um trabalho coletivo entre estes e as gestoras do CSJ no sentido de instrumentalizá-los para as ações de preparar o público adolescente para não apenas concordar, mas intervir positivamente na continuidade dos benfeitores em seus postos.

Em relação a outras escolas, o CSJ, não apenas por ser confessional, obteve êxito, mas também em virtude do nível de formação das irmãs que estavam à frente do mesmo. A irmã Maria Gemma de Jesus Carvalho, antes chamada de irmã Clemens, que chegou a Caxias na década de 1950, por exemplo, era formada em Letras Neolatinas e Religião pela PUC do Rio de Janeiro. Nesse processo, contudo, é inegável a presença de uma ideologia perpassando toda a conduta das dirigentes do CSJ. Desse modo, dando continuidade às colaborações teóricas para alargar os horizontes desta pesquisa, quero ressaltar o modo como tal categoria, ideologia, foi pensada a princípio pelo filósofo Louis Althusser que foi contemporâneo de Pierre Bourdieu. Ambos são estudiosos que, embora partindo da matriz marxista, destinaram-se a pesquisas distintas. Althusser se dedica a estudar ideologia e os aparelhos ideológicos do estado. Segundo Althusser, a ideologia se mantém dada a capacidade de os agentes da exploração assegurarem por meio do discurso a sua própria dominação. Nesse sentido, argumenta que:

Por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) asseguram a *sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da “prática” desta. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, não falamos dos “profissionais da ideologia” (Marx) devem estar de uma maneira ou de outro “penetrados” desta ideologia, para desempenharem “conscienciosamente” a sua tarefa – quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus “funcionários”), etc. (ALTHUSSER, 1974, p. 22, grifo do autor).

---

<sup>23</sup> Informação contida em documento fornecido pelo CSJ.

Desse modo, para Althusser, todos os aparelhos de Estado (Escola, Igreja, Família, Imprensa, Exército, Polícia, Tribunais, Prisões e outros) trabalham para dominar não só a força de trabalho, mas também para reproduzir a própria sujeição desta à ideologia dominante. Acrescenta Althusser que o Estado, por meio de seus aparelhos, é repressor, visto que assegura a dominação das classes privilegiadas sobre os menos favorecidos.

Os aparelhos de Estado não se confundem com o Estado em si. Elucida ele que existe um aparelho repressivo – do domínio público – e também uma pluralidade de aparelhos ideológicos de Estado, pertencentes na sua maioria ao domínio privado. Nessa categoria, enquadram-se as igrejas, as famílias, os sindicatos, os jornais, as empresas culturais e, entre outros, as escolas - que, por meio da ideologia, se mantêm, podendo exercer repressão *atenuada, dissimulada e até simbólica*.

Nesse caso, pode-se tomar o CSJ enquanto aparelho ideológico, ele se configura apropriando-se de métodos de “sanções, de exclusões, de seleção (ALTHUSSER, 1974, p. 47), uma vez que as classes dominantes se impõem também por meio dele. O contexto caxiense abordado nesta pesquisa aproxima-se sobremaneira daquele analisado por Althusser. Refiro-me a um pacato município, Caxias-MA, onde os poderes eram bem definidos e excludentes entre si. Inclusive, a arquitetura das cinco (05) igrejas católicas locais: Igreja Nossa Senhora de Nazaré, construída pelos Jesuítas no século XVIII, é a igreja mais antiga da cidade, localizada em Trizidela<sup>24</sup>; Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, esta construída por mão de obra escrava no século XVIII, na época frequentada pelas pessoas de baixa renda, reproduziam assim tal distinção; Igreja Nossa Senhora da Conceição e São José, conhecida como Igreja Matriz, padroeira da cidade, construída no século XVIII, fundada pelos padres da Companhia de Jesus, possui estilo colonial, é a única na cidade com apenas uma torre em sua arquitetura; Catedral Nossa Senhora dos Remédios, construída no século XIX, pela Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, durante a guerra da Balaiada, usada como depósito de munições e paiol e Igreja de São Benedito, construída no século XIX, serviu de refúgio durante a Guerra da Balaiada. Nelas havia espaços próximos ao altar para as famílias ricas. Nesses espaços, os assentos eram separados dos demais. Em algumas igrejas tombadas ainda são conservados esses espaços, embora hoje sirvam a todas as classes.

Na proporção em que fui aprofundando os estudos, percebi que Althusser não responderia, a contento, nesse caso, todas as questões em estudo, sendo o CSJ destinado a

---

<sup>24</sup> Parte da cidade, geograficamente, localizada à margem esquerda do rio. (dicionário InFormal – São Paulo)

classes privilegiadas, embora funcionasse nele a Escola Santa Rosa de Viterbo, com cursos destinados às famílias menos favorecidas, onde lecionavam as alunas do Curso Normal e que se dava em parceria com os órgãos estatais. No entanto, o que me interessa aqui é o CSJ, escola confessional, tomada também enquanto exemplo de aparelho ideológico. Percebo então que Foucault poderia dar conta de responder as questões levantadas, sendo portanto o aporte teórico fundante da investigação.

Conforme Foucault (1981), nas relações de produção capitalista, está em jogo tanto a produção de bens como também a produção de sujeitos. Assim, o êxito desta ação perpassa pela construção de um sujeito que esteja diretamente ligado às demandas sociais por habilidades exigidas por esse sujeito em um dado período histórico.

Dentro dessa ótica, o CSJ atuou fortalecendo o poder da classe dominante, uma vez que se adequa a uma ideologia que sustenta a perpetuação do poder das elites e, sendo confessional, está ligado ao clero.

De acordo com Foucault (1981), o poder faz parte das relações de força pertencentes tanto a classe dominante, como dominada, não tem portanto localização em pontos da estrutura social. No caso do CSJ, o poder é exercido pela classe dominante.

[...] parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer 'não', você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz 'não', mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1981, p.7-8)

Foucault (1981) analisa o poder a partir da prática social constituída historicamente, e as várias formas que o poder se apresenta na sociedade. Para ele, o importante é questionar como esse poder é exercido na sociedade

[...] quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos mecanismos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados? [...] a análise do poder ou dos poderes pode ser, de uma maneira ou de outra, deduzida da economia? (FOUCAULT, 1981, p.174).

Vale ressaltar que, conforme Foucault, o poder disciplinar é “absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte obscura e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e



absolutamente ‘discreto’, pois funciona permanentemente em grande parte em silêncio” (Foucault, 2014, p. 148). Para ele, o que existe é uma relação de poder e não propriedade do poder, não se pode possuí-lo; para Foucault, o poder é múltiplo, automático e anônimo. Nesse sentido compreendi que Foucault respaldaria melhor essa investigação. Mesmo opondo-se fortemente, em sua filosofia existe, porém, um aspecto no conceito de ideologia encontrado em Althusser (1974) e em Foucault (1981) que se acordam: é a afirmação de ambos quando dizem que ideologia não significa falsa consciência, pelos homens, das relações de dominação entre classes, noção de falsidade, crença falsa e alienação. Para eles a ideologia não deve atuar no sentido de querer libertar os homens das ideias errôneas.

No caso aqui estudado, por se tratar de uma escola confessional, não será possível se pensar de forma semelhante. No contexto de Caxias, a igreja católica, no período aqui estudado, detinha elevado poder e, neste campo, se concentra também no CSJ.

Para Foucault, é como se existisse uma partitura musical única que, por vezes, é perturbada por contradições de segmentos contrários à grande ordem da ideologia dominante. Nesse caso, em específico, refiro-me às dominações sociossimbólicas exercidas pelo CSJ, afinal a mentalidade confessional para se propagar necessita de adesões externas fidelíssimas.

O dinamismo das modificações sociais do período já implicavam mudanças impactantes, como a abertura de vagas no corpo discente para alunos do sexo masculino. Esse fato forçou o CSJ a repensar algumas práticas cujo funcionamento era propício às alunas, como aulas de etiquetas e prendas domésticas (Figura 15).

Figura 15 - Alunas do curso primário, recebendo aulas de postura ao andar. (1938).



Fonte: arquivo fotográfico do CSJ

A escola confessional, assim, toma para si responsabilidades a mais que aquelas assumidas pelas escolas laicas.

Para refletir acerca do pensamento ideológico em relação com o contexto pesquisado, enfatizo a questão do papel desempenhado pelo CSJ em relação aos demais colégios da cidade de Caxias e da região próxima. O CSJ preparava as alunas e, a partir da década de 1960, também os alunos, para exercer papéis de propagação dos aparelhos de estados em detrimento das demais escolas (com exceções, claro), cujos alunos serviam ao semi-emprego. Obviamente, a essa regra cabem os casos de exceção, sobretudo, daqueles que saíam para estudar em cidades maiores, como na capital São Luís ou em outras capitais como em Teresina e Fortaleza, por exemplo. Nesse sentido, esclareço que o primeiro ensino secundário público, como era chamado à época, atualmente ensino médio, só chegou a Caxias em 1976, na Escola Estadual Aluísio Azevedo.

O sistema social predominante na cidade de Caxias não permitia facilmente o trânsito das classes menos favorecidas nos locais frequentados pelas famílias abastadas. Esse *modus operandi* não era distinto em se tratando de escolas. Existia, no contexto estudado, outras escolas particulares em Caxias, como era o caso do Colégio Diocesano que, a princípio, só tinha no seu corpo discentes rapazes.

As classes rigorosamente distintas compõem, assim, um quadro comum às pequenas cidades nordestinas até, aproximadamente, a primeira metade do século XX, que se configuravam sob as dicotomias pobres e ricos que não se misturavam e havia poucos representantes da chamada classe média ou intermediária. Os alunos dessas escolas se tornariam os representantes da exploração. Nesse sentido Foucault (1981) diz que ideologia não significa falsa consciência pelos homens das relações de dominação entre classes, noção de falsidade, crença falsa e alienação, para ele a ideologia não deve atuar no sentido de querer libertar os homens das ideias errôneas.

No caso do CSJ, a postura das dirigentes da escola era de certo devotamento a manter a ideologia que sustentava a classe dominante que, por sua vez, mantinha a própria escola em funcionamento.

Em Caxias, o que se pode perceber é que escola, família e igreja seguiam, nas décadas aqui estudadas, sem a ruptura. O conceito de ideologia forjado Marx afirmou que ideologia é o sistema das representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social, conceito que Marx mais tarde aprofundou, retomando traços da discussão acerca do

termo ideologia

Assim, a *ideologia em geral* não tem uma história própria (por sua história está fora dela mesma), mas *as ideologias* teriam sim uma história própria, por serem determinadas pela luta de classe. Essa discussão interessa, uma vez que objeto de estudo se forma dentro de uma sociedade de classes bem definidas. Estou falando de uma pequena cidade do interior do Maranhão, no início da segunda metade do século XX, cuja dinâmica dicotômica era também controlada pela escola de maior relevância, naquele contexto, por ser uma escola para a elite e de caráter confessional. Tal aspecto ressalta bem que há na sua base uma ideologia que nasceu e se processou e ainda se processa ao longo de toda a história, compondo-se dentro de uma estrutura e de um funcionamento que se liga a uma esfera mais ampla que é a da prática eclesial que, em muito contraria os princípios do próprio cristianismo, de igualdade e de justiça social.

Ao tratar da tese, enfatizo a existência material da ideologia, visto que a realização da ideologia se faz nos aparelhos ideológicos, sendo neles a sua existência material. Pude ver um exemplo dessa vivência, ao observar a predileção dos caxienses ricos pelo CSJ. Lá se encontravam entre pares e recebiam formações e informações que só fortaleciam os propósitos de suas classes.

Se na ideologia está representada a relação imaginária dos indivíduos com as relações reais em que vivem, cabe acrescentar, em ótica mais restrita, observando o estudo aqui realizado, no CSJ, um foco de disseminação de um aparelho ideológico que reflete uma ideologia maior, cujo sucesso depende sempre da projeção dessa relação imaginária de condições reais da realidade entre excludentes e elitizadas.

Os esclarecimentos acerca de ideologia e aparelhos ideológicos lançam luzes sobre o papel social do CSJ sobre a sociedade caxiense, sobretudo, desde a sua fundação até o final do século XX. E, nesse viés, ao observar que a ideologia está intrinsecamente ligada à violência simbólica, considero também os estudos do sociólogo e antropólogo canadense, Erving Goffman, que embora não seja de vertente marxista, trouxe profunda colaboração no que tange aos estudos de instituições, cujo funcionamento tem largos reflexos sociais. A esses estabelecimentos, Goffman chama de instituições totais.

O funcionamento das instituições totais aponta para a estrutura do eu, uma vez que são locais onde se encontram indivíduos com situações semelhantes, contudo separados da sociedade de forma mais ampla. O autor situa o seu pensamento citando como exemplos

manicômios, prisões e conventos. Aqui, interessa-nos pelo fato de, no CSJ, ter funcionado um internato, bem como pelo fato de que, na escola, os discentes passam considerável parte do tempo e que, portanto, o que ocorre no âmbito escolar consegue marcar profundamente a estrutura do eu.

Segundo Goffman, (2015) as instituições gerais se opõem às instituições naturais, estas exigem como contribuição o tempo restante que sobrou de outras atividades mais sérias. No seu estudo acerca das instituições, afirmou que “toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo” (GOFFMAN, 2015, p.16). O autor enfatiza o fechamento das instituições totais, o isolamento e características próprias das instituições que lhes concedem o caráter de serem totais, ou seja, sua força impositiva conquistada pelas barreiras no que tange à relação social e às proibições próprias de outras.

E, nessa diretiva, Goffman categoriza cinco tipos de instituições totais: 1) aquelas criadas para cuidar de pessoas incapazes e tidas como inofensivas, tais como, abrigos e orfanatos; 2) estabelecimentos para cuidar de pessoas incapazes, mas que representam ameaças à sociedade, como os sanatórios e hospícios; 3) instituições para pessoas que representam perigos à sociedade ou ao bem-estar de outras, como as prisões e os campos de concentração; 4) estabelecimentos que realizam trabalhos específicos de modo a se justificarem por sua instrumentalização, como os quartéis, escolas internas, colônias; 5) e outras que servem como refúgio do mundo e que podem servir como locais de instrução para religiosos, a exemplo dos mosteiros e conventos.

Contudo, elucida o autor que a classificação supra não é exaustiva, também não totalizante, cremos, visto que se trata de um ponto de partida metodológico para os seus estudos. Por esse aspecto, podemos melhor dialogar com alguns aspectos de sua teoria, naquilo que nos serve para pensarmos o nosso objeto de estudo. Uma contribuição essencial dos estudos de Goffman é a sua constatação acerca da vigilância exercida pelas chamadas instituições totais que se distingue da inspeção periódica existente, por exemplo, entre empregador e empregado. Esse processo se dá, entre outros aspectos, pelo controle da comunicação, pois os controlados só se aproximam do grupo dirigente sob determinadas normas e restrições. Elucida Goffman que, quando o tempo integral do internado é disponibilizado à equipe dirigente, *o sentido de eu e de posse* pode se tornar alienado.

A vigilância, a violência simbólica e a propagação de uma ideologia dominante estiveram fortemente presentes na rotina do CSJ. Tais aspectos podem ser observados na fala da ex-aluna, Fátima Alves:

Aos 14 anos, na distribuição de tarefas, no início do ano, fui escalada para ser professora da 1ª série do primário (atual Fundamental I) na Escola Noturna (gratuita) ligada ao Colégio São José. As alunas, bem mais velhas do que eu, eram domésticas, costureiras, verdureiras, etc. Até as aulas começarem, não dormia com medo da missão imposta, era tímida, e, quando dormia, tinha pesadelos terríveis. Não me era dado o direito de não aceitar. No primeiro dia de aula, ao dirigir-me à minha sala, parei detrás da porta e lá fiquei chorando. As alunas diziam: “entra professora” e eu chorava, mas resolvi encarar a turma (Fátima Alves, depoimento, 2016).

Na fala da ex-aluna são observadas marcas dessa vigilância, violência simbólica e a disponibilização à equipe dirigente do sentido e da posse do eu. A pequena cidade de Caxias, ainda atualmente, tem sua dinâmica social estabelecida por meio da vigilância. Trata-se de uma cidade regida por grupos políticos antagônicos que determinam a vida de uma parte considerável de seus habitantes. De tal forma que uma pessoa que se declara seguidora de um partido ou de determinados políticos tem suas relações, em qualquer esfera social, totalmente aniquilada pelos seguidores do grupo opositor. A vigilância foi e ainda tem sido de tal forma exercida, que ninguém que se declare participar de uma das duas esferas passa incólume sem ser cerceado pelo lado opositor. Tal aspecto leva os observadores da cidade, no que tange ao seu *modus operandi*, a situá-la como se ainda estivesse em pleno século XVIII. Desse modo, nas décadas delimitadas nessa pesquisa, 1940 a 1960, posso dizer que a própria cidade, se dilatar um pouco mais a categoria goffmaniana, pode ser tomada como uma instituição total.

Todavia, como é meu intento, no caso desta pesquisa, situarei o CSJ, no que pesa a sua atuação, em diálogo com o pensamento de Goffman. Tendo em vista as relações políticas da época, a grande vantagem que tinham as irmãs era a de atender aos filhos das elites de todos os grupos políticos e dos seus seguidores, das classes sócias mais abastadas, era um ponto pacífico mesmo para os partidários identificados sob contrastes mais rígidos. Enfatizo que havia, no âmbito do CSJ, as estudantes bolsistas que, mesmo sendo advindas de classes sociais menos favorecidas, eram educadas para se comportarem dentro da etiqueta e dos moldes que serviam às elites. Contudo a elas cabiam atividades como a de limpeza do prédio, a vigilância do portão, conforme o depoimento da Irmã Eucaristia, bem como acompanhar as irmãs nos trabalhos missionários realizados aos finais de semana.

Tudo aconteceu, porque meu pai foi transferido para o Maranhão, ele trabalhava no combate às endemias rurais. Então veio a família toda. Chegando aqui, ele falou com a madre que ele ia viajar para o restante do Maranhão, aí ela disse: ela pode ficar estudando aqui interna, como bolsista, meu pai não pagou nada. Eu era muito levada e ele queria que eu fosse

disciplinada. A Irmã gostava muito de mim, eu era de confiança, saía para visitar as famílias, nos finais de semana nos trabalhos de catequese. Para estudar não precisava ser rica, porque elas ajudavam, só que tinha que fazer as tarefas de casa, ajudar na vigilância e ter saúde também, era exigido para entrar exame de saúde dado pelo médico e registrado no cartório, porque tinha muitos casos de sezão<sup>25</sup> e de lepra. (Irmã Maria Assumpta Eucaristia)

Fica claro nos depoimentos o controle exercido pelo CSJ, em todos os níveis, além da vigilância e a triagem da saúde realizada para admissão das estudantes interna ou/externas, bem como uma estrutura com utilização de aparelho para controlar até mesmo uma saída da sala de aula, que não fosse autorizada.

Durante toda a década de 1950, funcionou o regime de internato no CSJ. Não era obrigatório a todas as alunas e atendia melhor às moças que moravam nas cidades próximas. Internatos, tal como argumenta Goffman (2015), geram um sentido amplo e excludente em relação ao mundo externo, exercem uma forma de desculturamento, que, se prorrogado, deixa o interno incapacitado para o enfrentamento de certas situações do mundo externo, visto que exigem deste uma ruptura com os papéis anteriormente exercidos, alterando muitos dos seus hábitos, inclusive, a forma de se vestir. Esse processo não deixa de ser invasivo, pois na admissão, devem ser expostos traços da história de vida daquela que irá ingressar na instituição. É solicitado a elas atestado médico de saúde física e mental devidamente registrado em cartório, bem como fotografias, todas as interessadas recebem um número, há um fardamento comum, um manual de regras a serem cumpridas, entre outras cobranças. A esse respeito escreveu Goffman:

Os processos de admissão talvez pudessem ser denominados “arrumação ou “programação”, pois, ao ser “enquadrado”, o novo admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina. [...] A equipe dirigente muitas vezes pensa que a capacidade do novato para apresentar respeito adequado em seus encontros iniciais face a face é um sinal de que aceitará o papel de internado rotineiramente obediente. [...] os momentos iniciais de socialização podem incluir um “teste de obediência” ou até um desafio de quebra de vontade; um internado que se mostra insolente pode receber castigo imediato e visível, que aumenta até que explicitamente peça perdão ou se humilhe (GOFFMAN, 2015, p.26).

Esse aspecto citado merece destaque por ser, de fato, uma descrição muito precisa do processo de admissão, ou, como designou Goffman, de conformação que reifica o interno, adequando-o aos preceitos de uma dada instituição. Nesse rito de passagem, é fundamental explicitar que infrações geram punições. Contudo os internos nem sempre têm uma clara ideia

<sup>25</sup> Conforme dicionário médico, sezão é doença infecto contagiosa, mesmo que malária.

dos atos de coação sobre o eu advindos da rigidez das regras internas. A esse respeito, uma das internas afirmou:

As normas da escola eram rígidas para com todas as internas, bolsistas ou não. Nós éramos um grupo muito grande, noventa moças cada uma com seu temperamento, suas peculiaridades. Sendo assim, era necessário que houvesse disciplina, elas cuidavam de tudo, da parte social educacional e religiosa, aos finais de semana nós íamos com elas nos bairros visitar os pobres e fazer catequese. (Maria da Paz, depoimento, 2016).

Somando todos esses aspectos, constatava-se uma deformação ou alteração da representação do eu. Ademais, essa dependência de normas rígidas para que não houvesse caos já é uma resposta positiva ao ritual de passagem de cada interna que se deparava com uma nova rotina conduzida por rigidez disciplinar, porém tida pela sociedade como o melhor caminho a ser seguido, conforme a visão da mesma interna:

Foi no Colégio São José que minha vida profissional começou a deslanchar, pois a partir de então comecei a ter outra visão da vida em vários aspectos: familiar, religiosa, valores. Se eu tivesse permanecido na minha cidade, São Bento (no Maranhão), não teria condições de prosseguir meus estudos. Desta forma, eu tenho muito apreço à Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, especialmente por minha formação (Maria da Paz, depoimento, 2016).

Trata-se de uma difusão de poder simbólico. Afinal, o CSJ passou a ser referência em toda a chamada Região dos Cocais e mais além. Chegavam alunas também do vizinho estado do Piauí. Para a manutenção dessa rigidez, as irmãs contavam com o auxílio de algumas internas que detinham papel de relevância em relação às demais. Essa rigidez era rompida por conta da própria imaturidade das escolhidas para exercer a vigilância sobre as demais, conforme pude perceber no depoimento da irmã Eucaristia, quando ela narrou o seguinte episódio.

“Às vezes nós saímos escondidas para comprar umas coisinhas, pois quando alguma de nós tinha dinheiro queria gastar com doces, umas iam comprar doces e a aluna escolhida pelas irmãs para vigiar as demais se encarregava de observar a irmã para ver quando ela se aproximava da porta e assim poder fazer sinal para alertar as que haviam saído.” (Irmã Maria Assumpta Eucaristia, depoimento, 2016)

Algumas práticas dessas instituições, conforme alertou Goffman, são incompatíveis com a concepção do eu que tais sujeitos traziam consigo. Nesse ponto, o pensamento de Goffman se alia ao de Bourdieu, pois se trata da aceitação de uma ideologia e da

invisibilidade diante da violência simbólica, conforme pude observar nos depoimentos abaixo:

Claro que havia o rigor dos castigos próprios da época, nada que pudesse ser visto como grande maldade. Como eu era tida como aluna exemplar, nunca fui castigada, a não ser quando o castigo era coletivo. Este, geralmente era a recitação do terço antes da missa. Então, levantávamos muito cedo (Fátima Alves, depoimento, 2016)

A escola utilizava o isolamento e a vigilância como meta indispensável à educação das meninas. As internas aceitavam e viam a vigilância como algo necessário, conforme se pode ler abaixo:

Às vezes, a irmã que olhava a gente no dormitório ficava do lado de fora conversando com uma aluna. Um dia, eu coloquei um pano assim como se fosse um lobisomem branco, foi aquela gritaria, as irmãs correram e, depressa, a irmã vigilante entrou pra ver o que tinha acontecido. Eu me deitei e ninguém sabia quem tinha feito a brincadeira. A irmã da vigilância brigou com a gente. A madre chegou e perguntou o que era, mas já tinha passado. Pela manhã, quando acabou a reza, eu disse: “Madre, quero falar com a senhora”. Ela disse: “pois não”. Eu disse: “olha, aquela zoada fui eu que provoquei” Ela perguntou: “Por que você fez isso?”. Eu disse: “eu fiz, porque a irmã não fica fazendo a vigilância, ela fica lá fora conversando com a Georgina”. Ela disse: “você não vai levar castigo, porque você é sincera” (Irmã Maria Assumpta Eucaristia, depoimento, 2016).

Fica explícito no depoimento acima que a ordem e a disciplina eram exigências das regras do colégio, é visível o discurso moral da autonomia, autopunição e autocontrole incessantemente, as alunas eram observadas com muito cuidado, a ordem e a disciplina eram exigidas firmemente, através de uma vigilância contínua, buscava-se uma completa formação religiosa.

A rotina como estratégia de modelagem, diária, do internato, relata Eucaristia:

O despertar era às 5 horas. As atividades do dia começavam às 6 horas com a Santa Missa e meditação, em seguida o café da manhã e logo após juntamente com as demais alunas íamos para o pátio, em forma, cantar os Hinos Pátrios, bem como rezar, ouvir os avisos e orientações da Madre Superiora e posteriormente, em fila, seguíamos para as salas de aula. (Irmã Maria Assumpta Eucaristia, depoimento, 2016)

A vida das alunas seguia um modelo específico, caracterizada pelos horários que tinham que cumprir, e pelas orações. O soar do sino avisava o início e fim das atividade, um controle que vinha principalmente visando à obediência, principal característica da moral cristã e princípio básico de toda ação educativa dessa escola confessional.



Segundo Foucault, a disciplina desencadeia o poder da norma, que define a força do poder, o rumo a ser seguido, criando o modelo do “normal” que obriga à homogeneidade ao mesmo tempo seleciona, medindo as diferenças, tornando úteis as diferenças (FOUCAULT, 2014). A norma articula-se a outras modalidades de poder como a lei e a tradição. Entretanto, ela apresenta uma especificidade: o normal é o princípio de coerção que se estabelece em relação direta com a educação, com o ensino. O poder da norma age em dois sentidos: é homogeneizante, enquanto poder de regulamentação; mas também individualiza, na medida em que mede os desvios, fixa especificidades e ajusta as diferenças umas às outras, tornando as úteis.

(...) a penalidade, a vigilância e o controle seriam então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles (FOUCAULT, 2014, p. 230).

Observo portanto, que a “norma” apresenta poder de selecionar e direcionar as mais habilidosas para determinada função, os andares eram orientados por regras destinadas a modelar comportamentos e atitudes para resguardar a pureza das alunas tornando-as, de acordo com os princípios morais, cultas, cristãs e católicas.

Goffman (1975 p.46) afirma que um indivíduo ao desempenhar papéis sociais, requisita de seus observadores a atribuição de seriedade à impressão da realidade mantida perante eles. Nesse contexto, observa-se o papel desempenhado pela aluna interna, sendo de confiança da freira, obedece aos costumes enquanto são observadas, mas não são tão escrupulosas quando sozinhas. Esse comportamento da aluna interna exemplifica o que Goffman (1975, p.46) chama de conduta imprópria que, em certo sentido satisfatória para determinadas ocasiões.

Quanto aos internatos, assevera Goffman que, enquanto instituição total, é um espaço no qual os indivíduos com situação semelhante, afastados da sociedade ampla e, por período, levam uma vida de fachada e formalmente administrada por um grupo superior. No exemplo acima, percebe-se ainda que a natureza rotineira da representação dessa aluna foi eficaz aos olhos da irmã.

Assim, falo com Goffman que muitos atores têm ampla capacidade e motivos para falsear os fatos e somente a vergonha, a culpa e o medo, os impedem de fazê-lo, embora essa não seja a opção de muitos atores (GOFFMAN, 1975, p. 59-60). Assim, acrescenta ele que “a impressão que o ator procura passar pode ser verdadeira ou falsa, genuína ou ilegítima, válida

ou mentirosa”.

Percebo que a liberdade de ação dessas alunas é vetada, tendo elas tempo, espaço e atividades, comportamentos, enfim, suas vidas controladas e conformadas por meio de normas profundamente rígidas. Tendo em vista todos os aspectos tratados neste tópico, pude observar de que modo era feito o controle do “eu” como produto sociosimbólico pelo CSJ, sobretudo no que tange o regime de internato, marcado com rigor da disciplina que preconizava os princípios da congregação Capuchinha.

#### **4. DISCURSO APOLOGÉTICO: MEMÓRIAS E RELATOS SOBRE O COLÉGIO SÃO JOSÉ**

As representações das ex-alunas do CSJ, por meio de suas “falas”, foram a partir de um lugar que ao mesmo tempo em que privilegiavam também poderia constranger diante de algo pronunciado e perceber no discurso como as ex-alunas viam o mundo e apresentavam o saudosismo no passado”. Vale ressaltar que as falas das depoentes, nessa investigação, são utilizadas como fontes na construção da trajetória da pesquisa. Nessa direção, Bosi (2004, p.17) afirma que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. Bosi (2004) destaca ainda a importância do memorial e sua relação com as instituições sociais quando afirma que:

[...] a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. (BOSSI.2004 p.17)

O critério que utilizei para escolha das entrevistadas foi, a princípio, ser ex-aluna do CSJ no período de 1940 – 1960, no decorrer da pesquisa na proporção que fui selecionando a documentação nos arquivos do CSJ, encontrei também nomes de alunas que antecederam o período supracitado, a partir desse momento, comecei os primeiros contatos através de telefonemas, visitas às suas residências e enviando mensagens. A partir daí encaminhei carta para vinte ex-alunas e também para diretora do colégio, convidando para que participasse da pesquisa na qualidade de depoente incluindo ex-aluna que estudaram desde a implantação do Colégio-1937. Das vinte contactadas, algumas residentes em outros municípios, apenas catorze aceitaram ser entrevistadas.

##### **4.1 Discurso imaginário e ideológico de ex-alunas por meio de depoimentos**

As condições de internato no colégio, sob vários aspectos, são similares às condições dos internados num hospital psiquiátrico, numa prisão. A dinâmica da vida institucional nesses estabelecimentos apresenta pontos de impressionante coincidência. Será necessário ressaltar oportunamente suas diferenças também.

Atualmente, pode-se ver na parte física do colégio que uma boa fração da camada histórica foi retirada, no entanto, alguns traços de sua arquitetura continuam conservados; a exemplo disso o pátio interno da escola, estrategicamente em formato de “U”, para a distribuição dos espaços que intencionalmente facilitavam a vigilância das freiras para com as

alunas, que mesmo dos seus aposentos poderiam observar toda a movimentação do colégio (Figuras 16 e 17). Nesse sentido, Foucault (2014) afirma:

A organização de um espaço social foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional. Determinando lugares individuais tornou-se possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. (FOUCAULT, 2014, p.144)

Figura 16- Fachada Interna do CSJ na Década de 50.



Fonte: Acervo Fotográfico do CSJ.

Figura 17 - Fachada Interna do CSJ em 2017.



Fonte: Acervo pessoal de Dulce Helena Teixeira dos Santos.

O modelo estrutural físico e arquitetônico das instituições que objetivam disciplinar está voltado para vigiar e controlar as pessoas de forma intensa para que, ao longo do tempo, a vigilância seja incorporada de tal modo que não necessitará a presença de um vigilante, e acontecerá a autovigilância. Essa ideia de organização de espaço como forma de controlar e vigiar o comportamento do outro por alguém que detém determinado poder e saber, sobre a conduta de alguém, é destacado por Foucault quando toma como exemplo uma obra arquitetônica do século XVIII, para explicar sobre vigilância.

Foucault define o panóptico como uma forma de poder de vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um grande poder e que, enquanto exerce esse poder, tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigiam, a respeito deles, um saber. Um saber que tem por característica determinar se um indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra. Para Michel Foucault, na sociedade “reina o panoptismo”, que é uma forma de poder fundamentada não mais no inquirido, mas no exame, na vigilância: “não se trata de reconstituir um acontecimento, mas de algo, ou antes, de alguém que se deve vigiar sem interrupção e totalmente” (FOUCAULT, 2003, p.88).

O Panóptico era uma construção em forma de anel; centro uma torre: esta é vazada, de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dar para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. [...] o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo. [...] não só persianas nas janelas da sala central de vigia, mas, por dentro, separações que a cortam em ângulo reto e, para passar de um quarto a outro, não portas, mas biombos: pois a menor batida, uma luz entrevista, uma claridade numa abertura trairia a presença do guardião. (FOUCAULT, 2014, p. 194-195)

Mesmo a biblioteca e o auditório estando totalmente modernizados, conservam ainda, alguns referenciais de dada época. Parte da mobília foi doada para os funcionários do colégio, o que restou continua nos espaços do referido prédio, as poltronas do auditório ainda são as mesmas adquiridas em 1964, estão totalmente conservadas e em uso, bem como alguns documentos antigos, da decoração religiosa mais expressiva e outras marcas de sua origem prosseguem preservados; porém a história do colégio resiste em sua memória, nas das ex-alunas, como também de diversos membros da sociedade e em documentos essenciais que

comprovam seu histórico institucional.

Mesmo nos trabalhos manuais havia um controle exaustivo de todas as atividades e da rotina de cada uma, caracterizando intenso processo de arregimentação, todos os passos das alunas eram minuciosamente controlados para prevenir qualquer espécie de reflexão ou de vida pessoal e não deixar que elas ficassem sozinhas. Pode se observar quando do depoimento das ex-alunas expressados abaixo:

Eu fui semi-interna, passava o dia no colégio, a princípio eu queria ser freira, depois pensei diferente, O ensino do colégio era maravilhoso, apesar da rigidez, eu gostava tinha muita fiscalização até pra andar tinha forma correta. O que era mais importante era a formação religiosa, tínhamos que saber todos os mandamentos. Após a aula íamos fazer as tarefas e depois aprender trabalhos manuais, tricô, música e também para a biblioteca que tinha um acervo maravilhoso. Tínhamos que ler muito os clássicos indicados pelo colégio tudo sobre vigilância. Nunca ficávamos sós. Até para o banho a irmã responsável ficava vigiando e marcava os minutos, depois encaminhava relatório para superiora. (Jesus Lobão, depoimento, 2017)

Existia condição para estudar lá, além de boa procedência tinha que ser obediente, assistir missa todo domingo. Participávamos de muitas festas religiosas como de São José, São Francisco e todas as procissões. As normas da escola eram rígidas, até o andar era da forma que elas ensinavam. No primeiro ano fui semi-interna, porque eu morava muito longe. Depois passei a ser externa porque sentia muita saudade de meus pais. (Rita Kós, depoimento, 2017)

Sobre isso, Goffman (2015, p.24) destaca, podemos denominá-los de “processos de mortificação do eu”, que costumam ser padronizados e incluir os seguintes aspectos, processos de admissão que criam uma pasta pessoal que é continuamente alimentada com relatórios sobre o desempenho do internado, testes de obediência para conseguir a cooperação inicial do novato, despojamento das alunas como prêmios concedidos em troca de obediência.

Como se pode notar, as táticas religiosas adotam o princípio da eficácia de modo sofisticado. Como lembra Certeau, (1994, p. 105) o estudo de algumas táticas cotidianas presentes não deve, no entanto, esquecer o horizonte de onde vêm e, no outro extremo, nem o horizonte para onde poderiam ir.

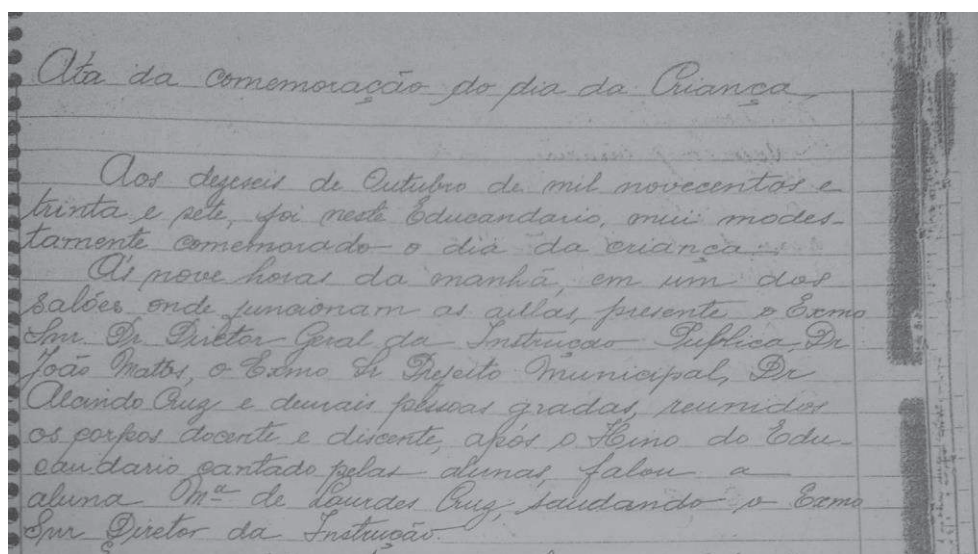
O colégio inculcava nas alunas, sobretudo nas internas, a serem verdadeira escravas diante da religião, a terem uma fé alimentada de um sistema de crenças absoluta e irracionais modelando e orientando contra o mal.

As famílias tinham prazer em matricular suas filhas no Educandário, Colégio das freiras, como era chamado, conforme declara a ex-aluna em sua entrevista.

Os ensinamentos recebidos no Colégio São José foram excelentes, fui muito bem acompanhada e vigiada, a vigilância era para que nós não fizéssemos nada errada. Meu pai sempre fez o melhor, queria a melhor educação para nós, era eu e a minha irmã, os meus irmãos eram internos em São Luís. (Maria de Lourdes Cruz, depoimento, 2017)

Conheci Dona Lourdes Cruz através dos documentos, nos arquivos do CSJ. Quando da leitura do primeiro Livro de Tombo, encontrei citada como a aluna pertencente à primeira turma primário de 1937 e que discursou em nome da turma por ocasião da comemoração do dia da Criança ( ANEXO I). Assim registrado: “após o Hino do Educandário cantado pelas alunas, falou a aluna Maria de Lourdes Cruz, saudando o Exmo. Ser Diretor da Instrução”. (Trecho da Ata abaixo). Imediatamente procurei saber sobre essa aluna.

Figura 18: trecho da Ata de comemoração do dia da Criança (1937)



Fonte: Livro de Atas do CSJ

Nosso contato foi por telefone, quando falei sobre a pesquisa ela ficou interessada em participar, mas em seguida questionou – será que vou saber falar alguma coisa que possa ajudar? “Eu tenho noventa anos”, pausou e acrescentou, “mas lembro como se fosse hoje, bons tempos”. A partir daí começou a falar e marcamos encontro em sua casa em São Luís onde reside. A entrevista foi cercada de muitas emoções, sobretudo quando se reportou sua dedicação pela religião.

Eu estudei no CSJ como semi-interna, havia outras meninas assim como eu, ficava o dia todo mas ia dormir em casa, minha comida minha mãe mandava

de casa, eu ficava para aprender outras atividades à tarde, como tocar piano, canto, lá aprendi tudo, como ser boa dona de casa, como se portar, andar, falar, comer, rezar e temer a Deus, isso tudo no horário depois das aulas e do almoço, tudo era orientado e controlado com muita disciplina. (Maria de Lourdes Cruz, depoimento, 2017)

No diálogo com a ex-aluna, é evidente as marcas internalizadas, que bem fala a depoente, moldando comportamento. Foucault explicita que o comportamento individual é moldado em função do institucional, os corpos são “fabricados” através de “uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (Foucault, 2014, p.125). Essa rede de relações se verifica nas instituições que regulam as atividades humanas através de normas, penas e sanções.

Eu era aluna semi-interna, meu pai pagava, eu não fazia os serviços não, só estudava, tinha menina que morava na casa mas lavava os banheiros, eu não. Mas nós éramos vigiadas em tudo, até para conversar não podíamos, quando íamos para o auditório, não podíamos sentar ao lado da aluna da mesma sala, para não conversar a disciplina era rígida. (Maria de Lourdes Cruz, depoimento, 2017)

Como se pode perceber, o poder é algo absorvido pela aluna como fator natural, não causando nenhum constrangimento por parte da mesma que detém o poder aquisitivo em detrimento da colega em situação econômica inferior a sua. Percebi claramente a discriminação social, embora em outras atividades, dividam o mesmo espaço, iguale ao mesmo nível, fica evidente a posição econômica das alunas.

Fiquei no CSJ até o 4º ano, só o primário, quando fui mais adiantada tive que vir para São Luís, aí fui interna no Colégio Santa Tereza, de freira também. Hoje tenho 90 anos mas me lembro perfeitamente, tudo rígido, nós éramos preparadas para ser boa dona de casa e professora também, mas o respeito e ensinamento religioso em primeiro lugar, só que eu não casei, mas minha irmã casou. Eu me dediquei à igreja, ao coral, quando eu voltei para Caxias. (Maria de Lourdes Cruz, depoimento, 2017)

As representações contidas no depoimento da ex-aluna evidenciam claramente que a escola priorizava a disciplina e vigilância, mas o foco maior recaía sobre os ensinamentos religiosos, voltados para obediência e bons costumes.

A farda era impecável, na entrada da escola era verificado o comprimento da saia, tudo medido pela Irmã diretora ou alguém responsável, a meia era escolar, caso a diretora ou pessoa responsável encontrasse algo que não estava na regra, essa aluna seria castigada, pois não estava de acordo com o regulamento do colégio. A Irmã explicava: se tiver uma diferença da outra deixa de ser farda, porque farda é uniforme, todas iguais. (Maria de Lourdes Cruz, depoimento, 2017)



Corroborando com Foucault, (1981) o poder é apresentado no depoimento como prática social exercida, a ex-aluna que se encontrava em situação privilegiada, para exercer o poder, que embora todas tenham tido acesso ao mesmo conhecimento, mas no que diz respeito ao trabalho doméstico, foi diferenciado no caso a ex-aluna não bolsista que embora não detenha o poder, exerce poder sobre a outra.

Eu era externa, como eu sou da primeira turma quando eu terminei o primário não tinha ginásio ainda então eu fui para São Luís para a Escola Santa Tereza, escola de freira também para não perder os ensinamentos religiosos, eu assistia a missa todos os dias, aquele prédio de hoje foi construído aos poucos não foi de uma vez, a irmã Inocência foi muito influente na construção, recebeu muita ajuda dos pais e políticos filhos de Caxias, todos queriam ver o colégio crescer, quando eu fui pra São Luís eu continuei ligada as freiras, minha família, muito amiga delas, lá estudava quem tinha condição, tinha algumas meninas que não tinha condição e estudava lá com bolsa, alunas internas bolsistas tinham que fazer os trabalhos domésticos e as não bolsistas faziam algumas coisas mais leve e iam para aula de canto ou de costura. Todas queriam estudar lá por status, mas não era a mesma relação com as freiras. (Ludce Machado, depoimento, 2017)

#### **4.2 Testemunho e memória: panorama que transcende o confessional**

Segundo Le Goff a memória tem a “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que lhe representamos como passadas” (LE GOFF, 2003, p.419).

Após longas conversas, na biblioteca de sua casa, a professora Valquíria, emocionada, fala de suas lembranças do Colégio São José, escola que estudou durante treze anos, 1942-1945, história vivida de momentos marcantes que influenciou tanto em sua vida social, profissional e espiritual, de modo diferenciado e notável, no decorrer dos anos e atualmente na terceira geração de sua família.

Comecei no Colégio São José em 1948, no Jardim de Infância, eu era muito novinha mas muito danada, já sabia na frente do que ensinavam, aí eu fui direto para o terceiro período, pois meu pai já havia me ensinado, a Irmã Yolanda, professora do primeiro período, não quis que eu ficasse na sala dela, disse que não ia ficar comigo porque eu sabia mais do que as outras e atrapalhava. No Colégio São José eu fui preparada para vida, aprendi lidar com dinheiro, aprendi ganhar e perder também, a amar a pátria, as irmãs nos ensinavam a dar flores de presente para mostrar o carinho e não explorar os pais pedindo dinheiro para comprar presente. (Valquíria, depoimento, 2017).

Terminei o curso Normal em 1961, naquela época o curso oferecido era o

Normal; fui preparada para ensinar crianças, professora normalista, inclusive os conteúdos ensinados nas matérias específicas, eram conteúdos para o primário, embora tivesse as outras matérias mas o mais importante era a religião, a obediência, a disciplina e a vigilância era grande, rezávamos o terço todos os dias e assistíamos missa todos os domingos, alunas internas e externas, a religiosidade e a moral tinham lugar de destaque, quando passávamos éramos observadas, pelo comportamento diferenciado, a educação em todos os modos. (Valquíria, depoimento,2017)

Havia na sala de aula no mês de maio, o altar de Nossa Senhora, eu cuidava do altar, isso era tão presente que um dia a irmã descobriu que uma aluna havia passado pesca para turma, como punição ela retirou Nossa Senhora do Altar da sala. Todas nós tivemos notas baixas e atribuímos a saída da Santa, para nós tudo que acontecia certo era pela presença da Imagem. Inventamos até uma música para que a irmã trouxesse a Imagem de Nossa Senhora de volta para a sala<sup>26</sup>. A religião era, e é para mim, muito importante, tenho retrato, no meu álbum, da sala de aula com o altar. (Valquíria, depoimento, 2017)<sup>27</sup>

Resultado disso até hoje só falto quebrar a boca de rezar quando meus netos vão fazer prova, porque hoje a média é oito e não sete como no meu tempo tenho que rezar muito para Nossa Senhora ajudar. Os meninos ficam até doze e quarenta e ainda vão para o reforço, é coisa de mais dependendo qual o reforço ficam até oito horas da noite. Só um pensamento meu agora. A disciplina era tão rígida que fiscalizavam a farda e tinha que ser completa que elas verificavam se nós estávamos de combinação por baixo da farda, tínhamos que abrir a maneira para a madre verificar se nós estávamos de combinação e corpete, caso contrário voltava, quando isso acontecia, no largo em frente ficavam os camionheiros descansando nas sombras das árvores e ficavam fazendo troça porque sabia que era porque a aluna não estava de combinação. (Valquíria, depoimento,2017)

Estou feliz e emocionada não só pelo fato de recordar vários detalhes que não julgava serem tão importantes, mas em especial pela oportunidade de buscar na memória fatos do passado com uma visão de hoje com muitas coisas boas, mas também uma crítica, naquela época dava tempo pra tudo a aula começava sete horas e quinze minutos, eram muitas matérias, Francês, Latim, Canto. Orfeônico, prendas Domésticas e as outras conhecidas, nós saíamos de lá preparadas para casa e para ser professora de criança, eu nunca ensinei criança, mas me preparei pra isso. Eu sai daqui e fui pra Bahia e lá, quero contar uma coisa que é uma vaidade minha, um orgulho, lá em Salvador o professor escreveu no quadro um período muito longo, os alunos não conseguiram responder eu levantei a mão e disse que fazia, e ele exclamou, você! E eu fui e acertei tudo direitinho. Ele virou pra turma e disse bravo: vocês não tem vergonha, ela vem de um local que nem no mapa existe. Mesmo assim eu fiquei muito vaidosa. (Valquíria, depoimento,2017)

As alunas internas não podiam ter contato com as externas, para não aprender

---

<sup>26</sup> Trecho da música: Vá de pressa irmã, Zózima vá buscar Nossa Senhora, Vá de pressa irmã Zózima, vá buscar Nossa Senhora, Irmã vá buscar Nossa Senhora”.

<sup>27</sup> Ver Figura 19

coisas de fora do internato, minhas primas eram internas, só podia sair no primeiro final de semana de cada mês, mas mesmo sendo minhas primas lá no colégio não era permitido o contato, nós, às vezes dava um jeito escondido para levar os bilhetes dos namorados. Se desobedecesse ia pra o castigo e às vezes coletivo, eu lembro que quando concluímos o Curso Normal, já de anel no dedo, ficamos de castigo na capela e perdemos a mesa de doce que estava sendo oferecida pela primeira Eucaristia do irmão de uma formanda, mas a irmã não liberou do castigo. Mas agente, às vezes, aprontava também uma vez a irmã foi para o refeitório e nos deixou de castigo e determinou nossa saída ao toque do relógio de uma hora da tarde, quando ela saiu uma aluna subiu na mesa e alterou o ponteiro para sairmos mais cedo. Muitas meninas os pais queriam que ficasse lá pela correção, acreditavam eles que as irmãs poderiam transformá-las. (Valquíria, depoimento,2017)

Figura 19 - Altar de Nossa Senhora na sala de aula- (1957)



FONTE: Arquivo Fotográfico do CSJ

Percebo no depoimento o poder utilizado pela escola com base em uma disciplina que era utilizada como forma de rompimento do contato para manter a individualidade da aluna interna.

A entrevista com a professora Valquíria foi longa, fui recebida em sua casa, ficamos juntas a manhã inteira. Ela muito emocionada em reviver momentos de sua vida, a conversa aconteceu entre risos e choro e sua fisionomia demonstrava o presente naquele momento.

Frente a isso, fui notando que, daquelas lembranças surge a obediência a Deus, o enaltecimento do amor à pátria como ensinamentos marcantes. Essa representação da Professora Valquíria é recorrente em outras entrevistadas, disciplina, religião, vigilância,

obediência está presente em todas as entrevistas. Percebi então que o CSJ funcionou, durante muito tempo, além de instituição de ensino como instituição de correção, nesse sentido, busco Goffman (2015) sobre instituições totais serem as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu.

Na obra *A ordem do discurso* Foucault (2006) apresenta o poder como a produção dos saberes e centra-se na relação entre as práticas discursivas e os poderes que a atravessam, demonstrando que não existe discurso neutro. Em seu discurso, por ocasião da Aula Inaugural no Collège de France, diz:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo procedimento de exclusão [...] Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (Foucault, 2006, p. 8-9)

Conforme citação acima, todo discurso vem imbuído de pensamentos ideológico, que não se fala tudo, no caso das ex-alunas suas falas são muito relativas considerando que seus discursos partem do seu lugar privilegiado, portanto como bem destaca Foucault, “não se tem o direito de dizer tudo”.

O CSJ, através da Irmã Cesária, fundou em 13 de maio de 1951 o Grêmio Littero Recreativo Santa Joana D'arc, associação cultural, como forma de aproximar as alunas das letras. O referido Grêmio lança a revista Flores do Alverne que divulgava as ações do CSJ e apresentava diferentes textos escritos pelas alunas, poesias, pensamentos, lembranças e impressões, o que se considera um dos componentes da formação humanística incentivada pela Escola. Foi um periódico de variedades e de assuntos educacionais produzido pelas alunas, que circulou em Caxias e demais cidades do Estado onde moravam os familiares das alunas internas. Muitas composições escritas pelas alunas e publicadas na Revista eram de cunho religioso fortalecendo o objetivo do colégio no sentido de preparar meninas puras, recatadas, virgens, comportamento que deveria ser seguido e admirado por todos e para isso lançava mão da religião, abaixo as palavras do Bispo Diocesano de Caxias publicada na Revista Flores do Alverne em 1º de maio de 1954 (Anexo J).

“Abençôo, de coração, “FLORES DO ALVERNE”, revista do Ginásio São

José de Caxias. Faço ardentes votos que as belas flores de virtudes que da solidão do Alverne se transplantaram para as dignas filhas de São Francisco, desabrochem também no coração de cada aluna das beneméritas irmãs Capuchinhas, transformando o Ginásio São José, num belo e florido jardim onde o Divino Esposo das almas faz o seu paraíso na terra. Caxias 1º de maio de 1954.” MARELIM, Dom. Luiz da Cunha.

O trabalho desenvolvido pelo Grêmio Lítero Santa Joana D’arc, orientava as alunas a leitura das obras clássicas. Conforme explicita o documento “Estatuto e Relatórios do CSJ”, a finalidade do grêmio era:

Congregar as alunas do curso secundário num ambiente propício a formação cívica, literária, moral e física<sup>28</sup>, elevar o nível intelectual das gremistas através de reuniões de caráter literário, social e artístico e promover excursões, dramas, festivais e sessões lítero-recreativas. (Relatório do CSJ, 1965)

Figura 20 - Grêmio Santa Joana D’Arc: Homenagem a Pátria (1952)



Fonte: Arquivo Fotográfico do CSJ

Figura 21- Desfile de 7 de Setembro - (1952)



Fonte: Arquivo Fotográfico do CSJ

<sup>28</sup> Ver Figuras 20 e 21.

No relato, abaixo, percebi o reconhecimento pela ex-aluna que os princípios religiosos foram fundamentais em sua formação.

Estudei no Educandário São José, aprendi a cultivar o belo em todos os sentidos, tive contato com autores clássicos, enfim caminhei firme procurando crescer sempre, aprendi a honrar a Deus, a Pátria e a família. Para mim era motivo de orgulho porque eu sempre tive o desejo de estudar no CSJ, era o sonho de todas as meninas da época, só estudei lá o ginásio através de uma redução de mensalidade que minha madrinha Cilima, muito amiga das freiras, então eu pude estudar durante cinco anos. O Curso Normal estudei em outra escola, casei muito nova, não tive maturidade para esperar a idade e lá só estudava moças solteiras. Mas as lembranças que tenho são excelentes. O CSJ nos preparava para vida, havia uma disciplina que nos ensinava ser dona de casa, ser recatada, fazer costura, bordado, sentar, calar e falar quando necessário, tudo no sentido de sermos melhores. Aprendíamos a nos comportar em todos os lugares, até mesmo na igreja, nós éramos destaque em nosso comportamento. Estudávamos também latim, francês, inglês, arte, artesanato, canto, piano, mas o mais acentuado era a religião nos princípios franciscano e mariano. (Dalva Silva, depoimento, 2017).

Eu era destaque pelo meu uniforme, minha mãe era muito cuidadosa, eu tinha uma farda impecável, era escovada com álcool, a bainha da saia encostava na meia, eu me orgulhava disso, servia de modelo. Nós não nos relacionávamos com as internas, era proibido pelas normas da escola, havia grande vigilância. Um dia eu comprei uma coisa para uma interna, coloquei em cima do piano e depois ela vinha para pegar, só que a madre Inocência viu e puniu a interna porque ela não descobriu para irmã quem havia levado o objeto, que eu nem me lembro mais o que era, era coisa boba mas o problema estava em desobedecer as normas, ela foi punida por mim e por ela. Eu não me senti bem e me acusei. (Dalva Silva, depoimento, 2017).

Ademais, o trabalho do Grêmio contribuía para envolver as alunas em apresentações ligadas a composições literárias tais como:

Na parte social, participávamos de jogos<sup>29</sup> e éramos convidadas para os eventos da cidade, o colégio tinha o Grêmio Santa Joana D'arc que proporcionava parte de lazer, literatura clássica, quermesse, recitais e tinha o Hino do Grêmio que era motivo de orgulho cantar, não me lembro todo porque fico muito emocionada quando falo do CSJ, mas vou destacar um trecho: “ Joana D'arc paradigma de virtudes, nesse Grêmio, nesse Grêmio alvissareiro de garbosa juventude” Na parte religiosa era umas das ações de maior evidência e seriedade, rezávamos na chegada, entre as aulas e na saída, éramos premiadas pelo comportamento na capela. Uma vez eu recebi como prêmio uma fita do Sagrado Coração de Maria, para usar na missa,

---

<sup>29</sup> Ver Figura 22.

fiquei tão envaidecida que usei até ficar bem velhinha. Eu fui muito feliz no CSJ, agradeço tudo que aprendi lá, as irmãs eram muito rígidas, mas era para o nosso bem. (Dalva Silva, depoimento, 2017).

Eu sou da primeira turma do Colégio, lembro que no mês de maio se rezava muito, mais do que nos outros dias, as irmãs ensinavam que rezar fazia a pessoa ser boa e pura. O fundador da Ordem é o frei João Pedro e nós tínhamos que seguir os seus ensinamentos. As freiras nos orientavam para uma vida cristã, a Eucaristia era o principal sacramento<sup>30</sup>. Era um momento Sagrado e tinha a participação de nossos familiares, era muita emoção, passávamos o ano todo aguardando esse momento. O Colégio fazia muitas festas, eu só me lembro de coisas boas, eu tinha onze anos e tudo que era ensinado era o que a família queria de bom para suas filhas, pois mandava pra lá para ser uma pessoa fina o nome da escola é em homenagem a ‘São José’, esposo de Maria e nós éramos ensinadas para ser pura e virgens como Maria, nos preparava para servir e temer a Deus, preparava para Primeira Comunhão o ano todo. Até hoje elas ainda preparam os alunos. (Ludce Machado, depoimento, 2017).

Nesses depoimentos observo que há em comum rituais e práticas educativas mediados pelo habitus, enquanto uma subjetividade socializada. Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação, (Bourdieu 1992), posto em prática de forma diferenciada, mas com as mesmas finalidades de uma educação que apesar de ser voltada para a religiosidade, apresenta uma preocupação com o ensino e aprendizagem, com a formação moral e ética.

Figura 22 - Alunas com uniforme de Voleibol -Atividade Do Grêmio (1958).



Fonte: Arquivo fotográfico do CSJ

---

<sup>30</sup> Ver Figura 23.

Figura 23 - Primeira Eucaristia das alunas do Curso Primário do Educandário São José - 1940. Ao centro Monsenhor Clovis Vidigal, capelão da Congregação Missionária



Capuchinhas, na época.

Fonte: arquivo fotográfico do CSJ

Eu estudei o primário no CSJ, quando terminei lá não tinha o ginásio minha mãe ia me matricular em outra escola mas logo tomou conhecimento que as irmãs iam iniciar o Ginásio, ai eu voltei e continuei lá. Eu estava achando boa a ideia de sair de lá. Lá a disciplina muito rígida e eu muito tímida não tinha grandes amizade e mesmo o sistema do colégio não contribuía para esse fim. Tínhamos que está dentro do padrão que o colégio estabelecia. Muitas regras a serem obedecidas. Tudo lá tinha reza, rezávamos na forma, em frente à imagem de São José, na sala antes da aula olhando, no final da aula também, olhando para o crucifixo. Quando o professor chegava na sala nós tínhamos que está na posição de aula. As pernas bem para frente na posição correta e as mãos sobre a carteira. Muita rigidez. Vigiavam tudo. Muita leitura tinha que ser feita. (Denise Silva, depoimento, 2017).

Nesse depoimento percebo que a disciplina do CSJ imbuída de símbolos religiosos, serviu sobretudo, para legitimar a cultura católica dominante. Como destaca McLaren (1991):

Um dos meios mais poderosos, tanto de simbolização como de manutenção da ordem na sala de aulas, era dado pela profusão sacerdotal de imagens e símbolos religiosos. [...] Os significados atribuídos aos símbolos não devem ser entendidos como uma escolha ao acaso dos indivíduos. [...] Mesmos os pensamentos e gestos mais idiossincráticos são raramente produzidos pelo indivíduo, eles antes pertencem à cultura. (MCLAREN, 1991, p. 242-243)



## Símbolos Religiosos existentes no CSJ

FERRO DE FAZER HÓSTIA<sup>31</sup>

FONTE: Arquivo particular da pesquisadora

## IMAGEM DE SÃO JOSÉ NA ENTRADA DO CSJ



FONTE: Arquivo particular da pesquisadora

---

<sup>31</sup> Hóstia no catolicismo, disco pequeno e muito fino de pão sem fermento e sem levedura que, durante a celebração, é consagrado e oferecido aos fiéis. (Dicionário online)

## 5 TRIAGEM E VIGILÂNCIA SOCIOMORAL NO ÂMBITO DO COLÉGIO SÃO JOSÉ

O CSJ, representou e ainda representa um lugar de formação e prestígio social em consonância com a Igreja Católica. Caxias, até o início da década de 1930, não contava com escola direcionada para educação feminina. Com o desejo de implantar um ensino especializado para mulheres, surge nessa época o Cônego Carlos Bacelar (Lima, 1997), que mobiliza a comunidade caxiense no sentido de dotar a cidade com estabelecimento de ensino voltado para educação de jovens e adolescentes, principalmente do sexo feminino.

Imediatamente os anseios do Cônego Carlos Bacelar encontraram respaldo, influenciando pessoas da sociedade, que vieram subsidiar e dar corpo a ideia, ao que se tornou uma verdadeira epopeia vivida pelas irmãs educadoras da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, a quem recaiu o convite para a realização de tão promissora e árdua tarefa. “A participação da Sra. Santa de Brito Pereira, dona de um generoso coração, foi decisiva doando o patrimônio necessário ao início da grande obra, que seria o Colégio das Irmãs Missionárias Capuchinhas, em Caxias” (LIMA, 1997, p. 24).

Cônego Carlos Bacelar enxergou num colégio dirigido por freiras a melhor educação para as jovens. Assim foi feito o convite à Congregação para vir a cidade abrirem um colégio. No dia 10 de fevereiro de 1937 chegaram à cidade de Caxias as Irmãs Capuchinhas, que foram recebidas com grande festa, houve a realização do *TE DEUM*<sup>32</sup> de ação de graças, em que as religiosas e a comunidade agradeciam ao Senhor a felicidade do acontecimento.

### 5.1 Triagem e vigilância: uma reflexão teórica a partir do caráter confessional do Colégio São José.

O Colégio São José, colégio confessional inaugurado em 1937 no leste maranhense, passou a ser reconhecido, cujo trabalho tinha como elemento propulsor o processo formativo educativo. Esse colégio caracterizou-se por ser uma escola de refinamento da cultura e da sociabilidade das alunas, preocupando-se muito mais em torná-las damas aptas ao convívio social, virtuosas e polidas, religiosas convictas, de tal forma que pudessem educar seus filhos nestes princípios. Conforme (2004),

[...] se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da Virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca

---

<sup>32</sup> Hino Sacro de Ação de Graças (A Ti, ó Deus, Louvamos) e é atribuído a Santo Ambrósio, entoando alternadamente os seus versículos.

constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas. (PRIORE, 2004,p. 374)

O colégio fundamentava-se sobre os princípios de autoridade e obediência. Essa hierarquia conferia à madre superiora e também à diretora do colégio o atributo de modelo – assemelhando-se a Maria, mãe de Deus e dos homens. Esse objetivo encontra-se explícito no seu Regulamento, que fica evidente o compromisso de formar alunas fundamentadas na disciplina, vigilância, obediência, virtude e ornar o espírito. Quanto à disciplina geral:

“As alunas estarão sempre sob as vigilância das Irmãs, as quais, as tratarão com a dedicação e om carinho que inspira nossa Religião, assistindo os seus recreios, refeições, etc. [...] pelo espírito de fé, na formação do caráter reto e da consciência pura, base dos mais elevados sentimento de uma virgem cristã [...] Procurarão mostrar a máxima distinção no modo de falar com as Irmãs e colegas, no andar, no entrar e sair das classes, demonstrando, em tudo, esmera educação doméstica [...] Recomenda-se a todas as alunas o máximo silêncio religioso e respeito na Capela, onde está presente Jesus Eucaristia, no Santíssimo Sacramento<sup>33</sup>.

Neste sentido, a disciplina e a moral perpassam pelo espírito de fé ligada à doutrina católica, ela impõe uma relação de docilidade, portanto, disciplinar as alunas de tal forma que aprendessem a se relacionar e a viver com as outras pessoas, dentro de um grupo ou do colégio de modo geral. Assim descreve Foucault:

A disciplina "fabrica" corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. [...]aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). [...] dissocia o poder do corpo; faz dele [...] uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverter por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2014 p. 135-136)

Nesse universo é fundado o CSJ, que vem comungar com princípios de uma ditadura no que diz respeito à conduta, obediência, submissão, vigilância e controle. Uma escola confessional, em geral, possui em sua particularidade princípios religiosos definidos, para tanto utiliza o controle do comportamento via punição como forma de manter a ordem. O CSJ em sua implantação se entrelaçou com a comunidade caxiense por meio de um forte sistema de regras conforme princípios da Ordem Terceira Capuchinhas, criada no Brasil por Frei João Pedro para evangelizar e educar.

Embora a congregação não tenha atingido todas as moças caxienses, por não ser

---

<sup>33</sup> Estatuto do CSJ, 1937

destinada a classe popular, mas de certa forma cumpre nos anos aqui estudados, o retorno à comunidade de moças meigas, finas, educadas para o lar, boa esposa para os políticos e rapazes de posse, da época. Além desses atributos o curso Normal, em sua criação foi um espaço para moças, portanto demarcando assim um campo de trabalho feminino na área da educação.

Entretanto, a partir de alguns depoimentos, pude perceber que houve um grande esforço por parte das irmãs, para agregar moças pobres através de vários tipos de bolsas de estudo e até mesmo por gratuidade, pela Congregação, embora essas bolsas sejam parte de dotação orçamentária do poder público, no entanto não era o objetivo maior da escola. Implicitamente seu objetivo era, entregar para sociedade moças puras e “civilizadas”, e assim era feita uma triagem a quem destinar as bolsas ou a gratuidade, para que pudessem cumprir seu objetivo implícito.

Nosso dormitório era coletivo, todas nós internas dormíamos no mesmo quarto, a irmã responsável tinha a cela que ficava próxima à porta de saída, ela dormia, lá dentro do nosso quarto, separado por biombo, da cela ela nos vigiava, ficava estrategicamente em ponto que ela pudesse observar qualquer movimento nosso, a disciplina era tão rígida que até na hora de dormir era tudo controlado. (Fátima Alves, depoimento, 2016)

Eu fui aluna do CSJ e no mesmo que conclui o curso Normal, já fui ser professora de lá. Quando eu era aluna fui sempre estudiosa, me destaquei então as irmãs gostavam muito. Lá era uma disciplina muito rígida, tanto para as alunas como para as professoras. O próprio modelo do prédio facilitava a vigilância das alunas. As moças que estudavam lá eram muito cobiçadas pelos rapazes da sociedade. Ser professora do Colégio São José era algo muito importante na época. Era diferente desde a forma de vestir, não podia frequentar qualquer lugar, tinha que ter excelente reputação. Eu tive esse privilégio, na época. (Zélia Barbosa, depoimento, 2017).

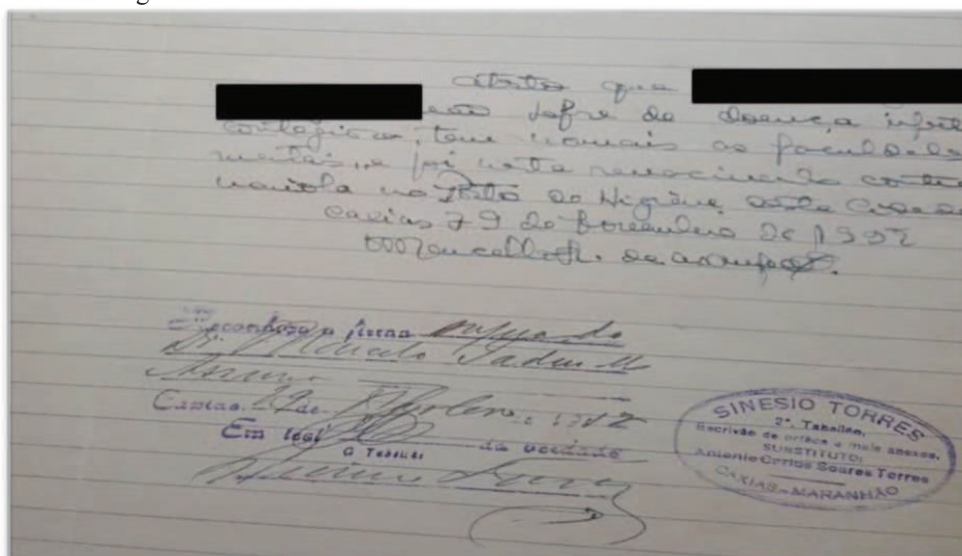
Eu fui alfabetizada em casa, pisando nas letras devagarinho. Quando eu fui para o colégio São José eu fui no Exame de Admissão para entrar lá, fui com a irmã Rafaela excelente professora, saí de lá formada professora normalista para ser professora de criança. Lá no colégio São José a gente lia muito tinha muita disciplina, eu li todos os clássicos, o colégio era um aconchego pra mim, nós ficávamos no parlatório para declamar. As internas só podia sentar em uma única fila ao lado da parede nosso contato só no momento de sala de aula, após as aulas se recolhiam. Não era para conversar com externa para não aprender nada fora do que o colégio ensinava. Mesmo com toda vigilância, as freiras promoviam quermesse, nossa era tudo muito natural, feito no largo para angariar fundos para o colégio. Tudo que era feito ladeava a cidade (Conceição Araújo, depoimento, 2017).

Os depoimentos das ex-alunas narrados acima parecem legitimar o modelo foucaultiano, utilizado nas escolas confessionais, aqui exemplificado pelo caso do CSJ. A cerca desse modelo, Foucault (2014 p. 195-194) afirma que “as disciplinas, organizando as celas, os lugares e as fileiras, criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. [...] Essas celas bem separadas implicam em uma invisibilidade lateral. É essa a garantia da Ordem”

Durante a pesquisa, constantemente retornava os arquivo do CSJ e em uma dessas garimpagens procurei examinar pastas individuais das alunas, momento que me deparei com a documentação de uma aluna do curso Ginásial. Seu dossiê continha, além do atestado de saúde física e mental com a firma reconhecida do médico que expedira o mesmo (Figuras 20 e 21), evidenciando um grande controle da saúde, outro documento, expedido por junta médica, este de virgindade (Figura 22), declarando que a aluna não apresentava sinais evidentes de ruptura do hímem, critério adotado pelo colégio e respaldado pelo Estatuto, na época, para aquelas menina de comportamento inadequado. Conforme trecho da Ata abaixo:

Condições de admissão: atestado de saúde; atestado de vacina; atestado de boa conduta; certidão de batismo. Disciplina Geral. [...] pelo espírito de fé, na formação do caráter reto e da consciência pura, base dos mais elementares sentimentos de uma virgem cristã.  
(Ata da reforma dos Estatutos do Educandário de 15/05/1952).

Figura 24 - Atestado de saúde física e mental de aluna do CSJ -1959.



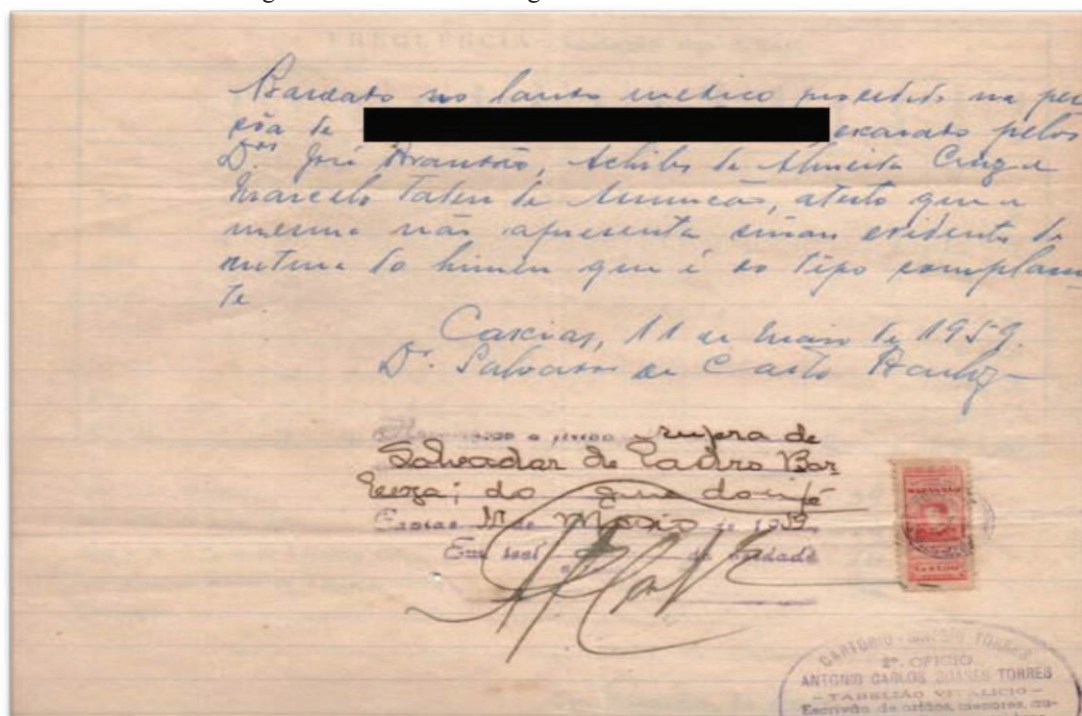
Fonte: Arquivo do CSJ.

Figura 25 - Atestado de saúde para doença infectocontagiosa de aluna do CSJ -1959.



Fonte: Arquivo do CSJ.

Figura 26 - Atestado de virgindade de aluna do CSJ -1959.



Fonte: Arquivo do CSJ.

Percebo aí o uso de instrumentos de triagem sóciomoral, que representam o modelo comportamental exigido pela escola através do controle do indivíduo; mas não somente o

controle social e moral, mas também físico, indicado pelo atestado de saúde física e mental e do exame de virgindade exigido pelo colégio como uma das condições de acesso. A respeito disso, declara uma ex-aluna, atualmente membro do CSJ

Naquele tempo tinha muitos casos de lepra, no Brasil e aqui em Caxias era muito frequente casos nas famílias, então tinha que apresentar o exame se não apresentasse não podia se matricular para não contaminar as outras, caso a aluna tivesse doença contagiosa não permaneceria na escola e no caso da lepra não tinha cura na época, só que não chegou a ter nenhum caso de aluna aqui no colégio (Irmã Eucaristia, depoimento, 2016).

Além dela, outras repetem uma fala muito semelhante:

A Madre Inocência era muito rígida a vigilância era uma coisa horrível, controle total a irmã ficava na sala dela mas acompanhava tudo através do Teleskip, um aparelho que ficava em cada sala se a gente corresse ela falava de lá “quem vai passando andando aí pode vir aqui dizer quem é, na minha sala” (Valquíria Silva, depoimento, 2017).

A vigilância era muito rígida, para estudar lá tinha que ser pura, virgem, aluna de lá era olhada com todo respeito, na minha rua o povo achava que eu era convencida, eu era diferente, bem disciplinada. Menina falada não estudava lá. Na família de minha colega teve uma aluna que para estudar lá teve que fazer exame para provar que era virgem porque era muito danada. Eu não fiz. A irmã examinava desde o nosso uniforme tinha a irmã responsável só pra isso, ela olhava se estávamos de combinação e anágua. Muitas vezes tive que abrir a maneira para ela verificar se a aluna estava de combinação e corpete. Meus pais eram pobres, mas minha madrinha quis que eu estudasse lá para ter uma boa educação. Porque lá tinha aulas de etiqueta de formação religiosa, de prenda doméstica, de inglês de Latim de canto, ai minha madrinha queria tudo bom pra mim. Quando ela morreu tive que sair de lá porque minha família não tinha condições de pagar, eu só estudei lá dois anos, mas esses dois anos serviram muito na minha formação, sobre tudo na disciplina, no temor a Deus. Até hoje eu sou engajada na Igreja, gosto muito (Maria das Graças, depoimento, 2017).

Analisando as narrativas das depoentes, a documentação do colégio, bem como os teóricos fundantes da pesquisa, acredito que pude demonstrar de forma perceptível à triagem, o controle e a vigilância exercidos pelo CSJ, com grande rigor, até pelo menos a década de 1960. Partindo desse princípio, ratifico aqui o conceito de “triagem e vigilância sociomoral” como meio de selecionar pessoas no âmbito de sua integridade para acesso e/ou permanência, a partir de princípios pré-estabelecidos de forma intrínseca ou extrínseca pela instituição CSJ, comprovando assim o que busquei como objetivo dessa tese.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido para a realização dessa tese foi árduo, porém tornou-se um importante momento que consigo olhar para trás e perceber o construído e para frente sentir que a vereda não chegou ao fim, mas aguarda o trajeto de outros e de outras que desejarem por ali andar. Para mim, fica um imenso contentamento em ter percorrido esse caminho da investigação. Participar com outrem, de suas histórias vividas, conviver em lugares diversificados com sentimentos que jamais vivi antes, foi algo emocionante.

Iniciei esse trabalho contextualizando historicamente a cidade de Caxias, palco em que se desenvolveu toda a construção da tese, a partir do estabelecimento, ali, de meu objeto de pesquisa, o Colégio São José. A partir disso, procurei analisar a ação do controle ideológico através das práticas de ensino, o poder da igreja junto à escola e ainda o CSJ como parte dessa luta de poder, palco de interesses políticos e ideológicos.

Nesse momento, pude perceber a supremacia da igreja católica na condução da sociedade, sobretudo no que diz respeito a escolas confessionais, no qual o CSJ encontra-se inserido. O uso do controle ideológico utilizado pelas escolas confessionais constitui uma forma de manter o controle da Igreja sobre as instituições.

Em seguida, busquei compreender o que está por trás da ideia do “controle do eu”, a partir do aporte de pensadores teóricos que fundamentaram a pesquisa, ressaltando o uso das instituições como instrumento da personalidade e perspectiva. Nesse momento, utilizei os depoimentos de ex-alunas internas, externas e semi-internas do colégio, para poder dialogar com os conceitos teóricos, mediante os quais pude observar que não há espaço para individualidade, para iniciativa, tudo é coletivo e adaptável ao modelo da escola confessional, que rejeita comportamentos indesejáveis e procura instaurar os comportamentos adequados através do imaginário, da doutrina da igreja e das representações.

Por fim, procurei firmar o conceito de “triagem e vigilância sociomoral”, como ferramenta que visava uma formação religiosa e filosófica voltada para a obtenção de instrumentos éticos e morais, capazes de imprimir nas alunas um modo de ser e agir, conforme um tipo idealizado pelos modelos confessionais, inspirada no princípio da chamada “habilitação de *Genere et Moribus*”, instrumento da Igreja Católica usado como indicador de pureza de sangue.

Na medida em que, durante a pesquisa, retornava sempre aos arquivos do CSJ, aos poucos percebi com mais intensidade o uso da religião para manter com eficácia o controle e



a disciplina no colégio.

Um detalhe interessante é que, embora os aspectos religiosos envolvidos na formação das alunas tenham sido os mais abordados nas narrativas, percebi que nem todas as ex-alunas permaneceram católicas; entre as entrevistadas, encontrei espíritas e evangélicas, mas todas relatam com muito respeito sobre o que representou o colégio em termos de formação espiritual e moral e declaram que, ainda que não sejam mais católicas, garantem que a dedicação espiritual nasceu com o aprendizado na escola e expressam uma grande gratidão a formação religiosa recebida.

Após percorrer o caminho demarcado de 1940 a 1960 do CSJ, procurando mostrar as estratégias de vigilância e controle mantidas pelo referido colégio, procurei evidenciar as questões ideológicas que imbuíram nas alunas da época.

Na pesquisa realizada, constatei que o CSJ fez uso da vigilância e disciplina de forma a moldar o comportamento das alunas para atingir objetivos propagados à sociedade da época. Fica latente que o diferencial era a organização, a disciplina, sobretudo, a formação moral e religiosa.

O que pude observar foi que, embora a educação feminina fosse dirigida para a classe de mulheres de elite, ela já apontava para um avanço, uma vez que, mesmo ainda restrita a determinada classe social, a mulher que até então foi preparada para ser dona de casa e esposa se destacou também no campo de trabalho remunerado. Embora ainda inferior ao homem, conquistou resistência em ser remunerada ao seu sustento, primeiro passo para minimizar a submissão masculina. Enquanto professoras, mesmo sem autonomia ideológica e reflexiva, por terem sido preparadas, sobretudo, para a prática virtuosa da vida guiada pela religião católica, de certa forma aquela formação contribuiu para suas atuações no campo educacional, em especial na área da educação infantil. Aquelas mulheres, com isso, alcançaram grande prestígio frente à sociedade caxiense, que as viam como professoras extraordinárias por terem sido formadas dentro da fé cristã, verdadeira dádiva de Deus.

A prática da escola confessional, aqui tomado como exemplo o CSJ, está imbuída de princípios que foram muito bem explicitados por Foucault, ao discorrer sobre as estruturas e formas do controle e da vigilância, que se mostram através da arquitetura da escola, seu espaço físico, a disciplina e até mesmo a distribuição da mobília, que até hoje, mesmo com tentativas de modernização, ainda conserva os traços da época, sobretudo no que se refere ao poder explícito e ao poder simbólico.

A representação do CSJ para Caxias mostra a expressividade da igreja fundada na

religião católica e reconhecida ao longo dos anos enquanto lugar de educação dotada de identidade própria. Entretanto pode se dizer que o CSJ buscou todos esses anos, além de legitimar a religião católica como instrumento educacional, contribuir de forma significativa no processo de escolarização em Caxias.

A expressão das ex-alunas, todas muito emocionadas ao falarem sobre o colégio, mesmo aquelas que fazem menção a pontos não favoráveis, veem o CSJ representante da “boa educação”, como foi e continua sendo nos dias de hoje, 2017, ao comemorar seu Jubileu de Carvalho, cujo mote é “80 Anos Educando e Evangelizando”, não por acaso com uma agenda repleta de comemorações, com as ex-alunas, sobretudo as mais velhas, participando integralmente das festividades.

A partir dessa pesquisa posso dizer que o projeto educacional das irmãs Missionárias Capuchinhas da Ordem Terceira de São Francisco, manteve grande influência profissional de professoras fundamentada na doutrina cristã propagando uma moral religiosa fortalecendo o colégio como instrumento de fé, evidenciando assim a força das capuchinhas na cidade de Caxias.

Enfim, pesquisar o Colégio São José, foi desmistificar ações dessa instituição, tais como as intenções, perceber a relação entre o colégio e a sociedade e a relação política que envolve o colégio, sentir a identidade das depoentes, suas representações e memórias, sobretudo, instigar outras pesquisas. O CSJ possui muitas fontes documentais primárias que podem ser trabalhadas tais como: cadernetas; fichas biométricas; pastas individuais de alunas e alunos; livros de pontos; livros didáticos adotados; boletins, relatórios, registros de visitantes de autoridades, constituindo, desta forma, um rico acervo para outros pesquisadores que pretenderem investigar acerca do referido colégio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- ALEXANDRINO, A.D.S. *Na passarela da tradição: memória e representações de formação docentes no Colégio Dom Feliciano – Gravataí/RS (1970 -1990)*. Dissertação (Mestrado) Universidade do Vale Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2015.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Ed. Presença, 1974
- ALTHUSSER, Louis. *Transformação da filosofia seguido de Marx e Lênin perante Hegel*. São Paulo, Edições Mandacaru, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARRUDA, Maria Aparecida. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas de Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)*. Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2011.
- BIEMBENGUT, M. S. *Mapeamento na Pesquisa Educacional*. Rio de Janeiro, Editora Ciência Moderna, 2008.
- BITTENCOURT, F.P.F. *Escola doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a Deus, a família e ao lar - Ananindeua/PA (1949-1971)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CASTILHO, U. M. *Irmãs Missionárias capuchinhas: uma história de amor (feita de luzes e sombras) 1904-2004*. Fortaleza: Congregação das Irmãs Capuchinhas, 2004.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COUTINHO, Milson. *Caxias das Aldeias Altas: subsídios para sua história*. São Luís: Caxias: Prefeitura de Caxias, 2005.
- CUSTÓDIO, M. A. C. *Da constituição de uma congregação feminina nordestina: análise de uma possível consequência sociorreligiosa da Rebelião do Alto Alegre – Maranhão*. *International Studies on Law and Education*, nº 16, 2014, p. 63-76.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. 7.ed São Paulo: Contexto, 2004.

DURKHEIM, Émile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.  
ENCICLOPÉDIA DO MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Vol.. XV. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FERREIRA, Norma Sandra de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 79, 2002, p. 257-272.

FIORENTINI, D. ; GRANDO, R.C. ; CRECCI, V. M. ; LIMA, R. C. ; COSTA, M. C. O Professor que ensina matemática como campo de estudo: Uma introdução ao Estado da Arte da Pesquisa. In : Fiorentini, Passos & Lima. *Mapeamento e estado da arte da pesquisa Brasileira sobre o professor que ensina matemática*. Campinas Ed. da Unicamp, 2016, p. 17-42. E-Book. Disponível em : [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/pagina\\_basica/58/e-book-mapeamento-pesquisa-pem.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/pagina_basica/58/e-book-mapeamento-pesquisa-pem.pdf)

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: 5ª Edições Graal, 1981.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.  
GARIN, Eugenio. *La educación en la europa, 1400-1600*. Barcelona: Critica, 1987.

GAUTHIER, C. e TARDIF, M. (org.). *A pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias*. Petrópolis, Vozes, 2010.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOMES, M. P. *O índio na história: o povo tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Romagem do tempo e recantos de memória: reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HAUSER, A. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Em <https://cidades.ibge.gov.br/>, consultado em 23 de maio de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Em <https://cidades.ibge.gov.br/>, consultado em 02 de junho de 2018.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na idade média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. LIMA, Albert. *História do Colégio São José*. Timon: Editora Grasfiset, 1997.

LOPES, T. M. R. *Uma história de instituições escolares e formação de professoras no Cariri (1923 a 1960): o Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva histórica – comparada*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (2004). *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco. 178p.

MANOEL, I. A. *Igreja e Educação Feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARROU, Henri-Irene. *La historia de la educación en la antigüedad*. Madri: Akal, 1985. MATA, Sergio da. *História e Religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MCLARE, Peter. *Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Tradução Juracy C. Marques, Angela M. B. Biagio. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MEDEIROS, Jacques Inandy. *A História da Educação de Caxias – MA*. Caxias: Editora Folha de Caxias, 1991.

MEIRELES, M. M. *História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: Universidade do Maranhão, 1977.

MERLATTI, Graziella. *Amor e martírio em Alto Alegre-1901-2001*. Maranhão: Editora Ética, 2001.

MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. Tese (livre-docencia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1985.

MOURA, S. B. *O Colégio São José e a formação das professoras normalistas em Caxias – Maranhão: formando para a igreja, para a pátria e o lar (1949 – 1972)*. Teresina, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 2014.

NOGUEIRA, T. J. A. M. *Instituições confessionais em Corrente/ Piauí – história e memória: práticas educativas e formação de professores*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, 2014.

OLIVEIRA; Lúcia Helena M. M.; GATTI JÚNIOR, Décio. *História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico*. *Cadernos de História da Educação*, v. 1. n. 1, jan./dez. 2002, p. 73-76.

PACHÊCO F. C. *História Eclesiástica do Maranhão*. São Luis: Departamento de Cultura, 1968.

PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. – São Paulo : Contexto, 2004.

RABELO, G. *Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX*. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira.. *História da educação no Brasil 1930-73*. 33° ed. Petrópolis, Vozes, 2012; ARANHA, M.L.A. *História da Educação*. São Paulo, Moderna, 2002. RIBEIRO, M. L. *História da Educação Brasileira. A Organização Escolar*. Campinas, Autores Associados, 2003.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em Educação. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n.19, 2006, p.37-50.

SANTOS, R. C. G. *A educação das meninas em Pelotas: a cultura escolar produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José (1910-1967)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1946. VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. São Paulo: EDUSC, 1999. WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. da UNB, 1999.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

## **FONTES CONSULTADAS NOS ARQUIVOS DO CSJ**

Ata da Fundação do Educandário São José - 1937 Ata da Comemoração do dia da Criança – 1937

Ata de Comemoração do 1º Aniversário do Educandário São José- 1938

Ata da eleição da atual Diretoria do Educandário São José dos Menores abandonados – 1951

Ata da reforma dos Estatutos do Educandário São José dos Menores abandonados – 1952

Ata da eleição da atual Diretoria do Educandário São José dos Menores abandonados – 1953

Ata da eleição da atual Diretoria do Educandário e Ginásio São José 1954-1957

Ata da eleição da atual Diretoria do Educandário e Ginásio São José - 1957-1960

Ata da eleição da atual Diretoria do Educandário e Ginásio São José 1960-1964

Ata da eleição da atual Diretoria da Escola Normal Regional São José -1964

Ata da eleição da atual Secretária do Ginásio São José 1965

Ata da eleição da atual Diretoria do Educandário São José- 1966

Ata da eleição da atual Diretoria do Ginásio São José -1966

Ata da eleição da atual Diretoria da Escola Doméstica Santa Rosa de Viterbo-1966

Ata da eleição da atual Diretoria da Escola Doméstica Santa Rosa de Viterbo-1967

Livro de Atas de resultados finais do Educandário São José -1945- 1965

Livro de Atas da prova oral de segunda época dos anos letivos de 1958-1962

Livro de Atas de reformas dos Estatutos do Ginásio, Escola Normal e Educandário São José-1965-1972

Livro de matrícula do Educandário São José -1948-1952

Livro de matrícula geral do Educandário São José -1957-1962

Livro de matrícula da Escola Normal Regional São José -1949-1953

Livro de matrícula da Escola Normal São José -1955-1958

Livro de entrega de Diplomas da Escola Normal São José -1957-1963

Livro de tombo do CSJ (1957- 1964)

### **OUTROS DOCUMENTOS (AVULSOS)**

Arquivo Público do Estado do Maranhão (São Luís – MA); O Diário do Maranhão (1901).

Álbuns de Fotografias

Apontamentos com número de alunos gratuito e bolsistas boletins informativos do CSJ

Boletins de Alunas

Certificados de Conclusão do Curso Ginásial 1952-1958

Certificados de Exame de Admissão 1953-1955

Certificados de Educação Física 1957-1958

Fichas de Educação Física 1953-1960

Ficha Individual das Alunas do Curso Ginásial

Livro de Tombo da Câmara de Vereadores de Caxias – MA

Pastas com Despesas

Periódico do Grêmio Santa Joana D'arc “Flores Do Alverne”

Programa das aulas de Formação Religiosa

Relatório dos Trabalhos de Orientação Pedagógica

Revista de Celebração ao Centenário Da Morte “Vida Nova” De Frei João Pedro. Ano I N°1.  
Dez. 2013. Disponível em: [www.servodedeusfreijoaopedro.com.br](http://www.servodedeusfreijoaopedro.com.br). Acesso em: 18/03/2014.



## APÊNDICE

## APÊNDICE A – Lista das ex-alunas entrevistadas e Termos de Aceite

NOME	NASCIMENTO	ENTREVISTA	RELIGIÃO	TRABALHO
Conceição de Maria Assunção Araújo	21/02/1943	02/03/2017	Católica	Graduada em História, foi professora durante 9 anos de 1966 a 1975. Funcionária Pública Federal. Foi eleita Vereadora no mandato de 6 anos (1983-1989)
Denise Mironeyde da Silva	05/03/1936	05/03/2017	Católica	Formada em Pedagogia. Professora da Rede Pública Estadual. Aposentada.
Ludse da Costa Machado		10/04/2017	Católica	Leiga Missionária. Aposentada
Maria Assumpta da Eucaristia Barros Nery	24/03/1932	16/03/2016 20/08/2017	Católica	Irmã Missionárias Capuchinhas. Tesoureira do CSJ.
Maria da Paz Costa Lama	24/01/1947	05/2016 06/2017	Espírita	Ex-aluna Interna, Professora da Rede Estadual, Ensino Médio. Professora Substituta da UEMA durante sete anos. Atualmente é Produtora Cultural- Boi Encanto de Caxias.
Maria Dalva de Araújo Silva	19/06/1944	09/08/2017	Católica	Licenciada em História e Especialista em História do Brasil, trabalhou 35 anos na Rede Pública Estadual. Aposentada e da Rede Privada. Ativa.
Maria das Graças Silva Costa	01/07/1946	10/11/2017	Católica	Aposentada do INSS
Maria de Fátima Alves da Silva	17/02/1949	03/03/2016	Católica	Licenciada em História, ex-aluna interna, do CSJ. Professora e Coordenadora do CSJ e Professora da Rede Pública Estadual Aposentada.
Maria de Jesus de Melo Lobão	10/06/1944	10/03/2017	Católica	Formada em Letras. Professora Aposentada da UEMA. Professora da Faculdade Privada – FACEMA
Maria de Lourdes Cruz	11/01/1928	06/05/2017	Católica	Aposentada. Toca piano na Igreja. Cuida do Altar. Mora em São Luís-MA.
Maria Gemma de Jesus Carvalho	04/03/1926	10/03/2016	Católica	Graduada em Letras e Mestrado em Línguas Neolatinas. Irmã

				Missionárias Capuchinhas. Diretora Geral do CSJ.
Maria Zélia Chagas Barbosa	18/09/1944	02/08/2017	Evangélica	Funcionária Pública Federal Aposentada
Rita de Cássia Assunção Kós	19/07/1941	16/10/2017	Católica	Formada em Pedagogia. Professora do Primário. Diretora do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual. Aposentada
Valquíria Pereira de Araújo e Silva	07/06/1943	10/02/2017	Católica	Graduada em Letras e Mestre em Línguas Estrangeiras Moderna. Foi Diretora da UEMA. Aposentada

Fonte: Elaborada pela autora com dados a partir das entrevistas.

**TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS**

Eu Conceição de Maria Assunção Araújo  
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem, verdadeiro nome e/ou depoimento, autorizo, através do presente termo, a doutoranda *Maria Lúcia Aguiar Teixeira*, autora do projeto de pesquisa intitulado **“COLÉGIO SÃO JOSÉ: TRIAGEM SÓCIOMORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO “EU” NO ÂMBITO ESCOLAR – CAXIAS-MA (1940-1960)**, a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Conceição de Maria Assunção Araújo  
Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto

**TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS**

Eu Denise Mioneyde da Silva  
CPF [REDACTED] RG [REDACTED] após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem, verdadeiro nome e/ou depoimento, autorizo, através do presente termo, a doutoranda *Maria Lúcia Aguiar Teixeira*, autora do projeto de pesquisa intitulado **"ESCOLA SÃO JOSÉ TRIAGEM SÓCIOMORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO "EU" NO ÂMBITO ESCOLAR" NO INTERSTÍCIO DE 1940-1960**, a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, 05 de março de 2017.

Denise Mioneyde da Silva  
Participante da Pesquisa

Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto





**TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS**

Eu MARIA DA PAZ COSTA LAMAR  
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a doutoranda *Maria Lúcia Aguiar Teixeira*, autora do projeto de pesquisa intitulado "ESCOLA SÃO JOSÉ: TRIAGEM SÓCIOMORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO "EU" NO ÂMBITO ESCOLAR" a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, 18 de Abril de 2016.

*Maria da Paz Costa Lamar*  
Participante da Pesquisa

*Maria Lúcia Aguiar Teixeira*  
Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto



**TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS**

Eu Maria Lúcia de Araújo Silva  
CPF [REDACTED] RG [REDACTED], após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, autorizo, através do presente termo, a doutoranda *Maria Lúcia Aguiar Teixeira*, autora do projeto de pesquisa intitulado "ESCOLA SÃO JOSÉ TRIAGEM SÓCIOMORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO "EU" NO ÂMBITO ESCOLAR NO INTERSTÍCIO DE 1940-1960," a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, 09 de agosto de 2017.

Maria Lúcia de Araújo Silva  
Participante da Pesquisa

Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto

## TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS

Eu Maria das Graças Silva Costa,  
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], após conhecer  
e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa,  
bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento,  
autorizo, através do presente termo, a doutoranda Maria Lúcia Aguiar Teixeira, autora  
do projeto de pesquisa intitulado "COLÉGIO SÃO JOSÉ: TRIAGEM  
SÓCIOMORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO "EU" NO  
ÂMBITO ESCOLAR - CAXIAS-MA (1940-1960)," a realizar fotos e filmagem que  
se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das  
partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins  
científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização  
do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, 10 de Novembro de 2017.

Maria das Graças Silva Costa  
Participante da Pesquisa

Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto

**TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS**

Eu Maria de Fátima Alves da Silva  
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a doutoranda *Maria Lúcia Aguiar Teixeira*, autora do projeto de pesquisa intitulado **“ESCOLA SÃO JOSÉ: TRIAGEM SÓCIO-MORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO “EU” NO ÂMBITO ESCOLAR”** a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, 03 de março de 2016.

Maria de Fátima Alves da Silva  
Participante da Pesquisa

Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto

**TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS**

Eu Maria de Jesus de Melo Tobão  
CPF [REDACTED] RG [REDACTED], após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, autorizo, através do presente termo, a doutoranda *Maria Lúcia Aguiar Teixeira*, autora do projeto de pesquisa intitulado **"ESCOLA SÃO JOSÉ: TRIAGEM SÓCIOMORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO "EU" NO ÂMBITO ESCOLAR" NO INTERSTÍCIO DE 1940-1960**, a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, 10 de março de 2017.

Maria de Jesus de Melo Tobão  
Participante da Pesquisa

Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto

**TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS**

Eu Maria de Lourdes Feitosa Cruz  
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, autorizo, através do presente termo, a doutoranda *Maria Lúcia Aguiar Teixeira*, autora do projeto de pesquisa intitulado **ESCOLA SÃO JOSÉ TRIAGEM SÓCIOMORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO "EU" NO ÂMBITO ESCOLAR CAXIAS-MA (1940-1960)**, a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

São Luís, 06 de maio de 2017.

Maria de Lourdes Feitosa Cruz  
Participante da Pesquisa

Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto

**TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS**

Eu Maria Gemma de Jesus Carvalho  
CPF [REDACTED] RG [REDACTED], após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a doutoranda *Maria Lúcia Aguiar Teixeira*, autora do projeto de pesquisa intitulado "ESCOLA SÃO JOSÉ: TRIAGEM SÓCIO-MORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO "EU" NO ÂMBITO ESCOLAR" a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, 10 de março de 2016.

Maria Gemma de Jesus Carvalho  
Participante da Pesquisa

Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto

**TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS**

Eu Maria Lúcia Barbosa Coelho  
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, autorizo, através do presente termo, a doutoranda *Maria Lúcia Aguiar Teixeira*, autora do projeto de pesquisa intitulado "ESCOLA SÃO JOSÉ: TRIAGEM SÓCIOMORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO "EU" NO ÂMBITO ESCOLAR" NO INTERSTÍCIO DE 1940-1960, a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, 02 de agosto de 2017.

Maria Lúcia Barbosa Coelho  
Participante da Pesquisa

Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto

## TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS

Eu Rita de Lúcia Kós  
CPF [REDACTED] G O [REDACTED], após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, autorizo, através do presente termo, a doutoranda *Maria Lúcia Aguiar Teixeira*, autora do projeto de pesquisa intitulado "ESCOLA SÃO JOSÉ TRIAGEM SÓCIOMORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO "EU" NO ÂMBITO ESCOLAR NO INTERSTÍCIO DE 1940-1960," a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, 16 de outubro de 2017.

Rita de Lúcia Kós  
Participante da Pesquisa

Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto



## TERMO DE ACEITE DE DEPOIMENTOS

Eu Valquíria Paes Ferraz de Oliveira  
CPF [REDACTED] - Pe, após conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, autorizo, através do presente termo, a doutoranda Maria Lúcia Aguiar Teixeira, autora do projeto de pesquisa intitulado "ESCOLA SÃO JOSÉ: TRIAGEM SÓCIOMORAL E VIGILÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO "EU" NO ÂMBITO ESCOLAR" NO INTERSTÍCIO DE 1940-1960, a realizar fotos e filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), bem como a utilização do meu verdadeiro nome em favor da pesquisadora acima especificada.

Caxias, 10 de fevereiro de 2017.

Valquíria Paes Ferraz de Oliveira  
Participante da Pesquisa

Maria Lúcia Aguiar Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo projeto

**ANEXOS**

## ANEXO A – Ata da sessão solene de formatura da primeira turma de professorandas

Ata da sessão solene para a entrega dos Diplomas às professorandas da Escola Normal do Ginásio S. José

As vinte horas do dia 10 de dezembro de mil novecentos e cinquenta e sete, realizou-se a sessão solene da entrega de diplomas à primeira turma de professorandas, da Escola Normal do Ginásio S. José sob o patrocínio de S. Pio XII.

Estiveram presentes a esta solenidade: S. Excia. Rev. Sr. D. Luiz Gonzaga da Cunha Marelim, P. D. Bispo desta Diocese, o Professor Lafayette Mendonça, P. D. Diretor do Departamento de Educação e Cultura e representante do Com. S. D. José de Matos Carvalho, Governador do Estado e representante da Turma Concludente, o Rev. Monsenhor Cleus Vidigal, o Rev. Pe. José Manoel de Macedo Costa, o Deputado Sr. Alderico de Novais Machado, o Sr. Eugênio Barros, o Sr. Luiz Gonzaga Bayma Pereira, Inspetor do Ensino Primário, o Sr. Professor Neru Bittencourt, a Professora Silomena Geisena Machado, as Irmãs Capuchinhas e demais pessoas gradadas. Aberta a sessão pelo presidente da mesa S. Excia. Rev. Sr. D. Luiz Gonzaga da Cunha Marelim, ouviu-se o hino do Ginásio cantado pelas diplomandas. Troux a palavra o Sr. Prof. Lafayette Mendonça, que num impetuoso eloquente, mostrou-se comovido e abordou o importante papel que cabe à professora primária. Seguiu, em seguida, a recepção e feitura dos diplomas às jovens professorandas: Doralice de Lima Sousa, Francisca Abrante Gonçalves, Maria Tereza, Tereza de Sousa Costa, Maria Ilca de Freitas, Maria José Barros Pereira, Maria de Jesus Oliveira Costa, Maria de Lourdes Coelho, Maria Tereza de Jesus Lima, Tereza de Jesus Almeida. Em seguida, as professoras fizeram o juramento, prometendo cumprir os seus

diversos de  
Deus, do  
criadora Maria  
interpretou, muito  
dando entre outras  
doravante de formar e educar a infância. Em homenagem as neo-diplomandas foi recitada uma poesia, intitulada, "A Nossa", pela estudante Marizi Lima.

Foi conferido, pela Revda. Madre Inocência Maria, Superiora deste Educandário, um prêmio de honra, a inteligente e estudiosa professoranda Maria José Barros Pereira, em virtude da mesma, haver cursado, neste estabelecimento, desde o fandim da infância até ao Curso Normal. Abou da palavra o presidente da mesa, Sr. Cecília Revdma. Dom Luiz Gonzaga da Cunha Martins, fechando com chave de ouro esta solene sessão. É nada mais havendo a tratar foi a sessão encerrada com o "Hino Nacional", e para constar lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelos componentes da mesa, pelas professorandas e algumas pessoas presentes.

Caxias, 19 de dezembro de 1957.

Imã Cecília Maria  
Lafayette de Aguiar  
+ Luis Gonzaga da Cunha Martins, Bispo de Caxias  
Dom. Glória Viegas  
Luis Gonzaga da Cunha Martins  
Nereu de Aguiar  
Filomena Machado Feijó  
Imã Inocência Maria de Fátima  
Irmã Rafaela Maria  
Maria José Barros Lima  
Maria Jca. de Freitas  
Francisca Duarte Gonçalves

Maria Francisca Cezara de Costa  
 Ceresinha de Jesus Alves  
 Maria de Lourdes Correia  
 Doralice de Lima Souza  
 Maria de Jesus Oliveira Costa  
 Maria Tereza de Jesus Lima  
 Maria Edith Bittencourt e Silva

Ata da sessão solene de entrega de diplomas às professorandas do Curso Normal do Ginásio São José.

Às dez horas e trinta minutos do dia quatorze de dezembro de mil novecentos e cinquenta e oito, realizou-se, no Casino Cascine, a sessão solene de entrega de diplomas a segunda turma de professorandas do Curso Normal do Ginásio "São José", sob o patrocínio de Nossa Senhora de Lourdes.

Estiveram presentes a esta solenidade S. Excia. Revdma. D. Luiz Gonzaga da Cunha Marelim, D. D. Bispo desta Diocese, Maria Clotilde Vidal, D. Maria Edith Bittencourt e Silva, fiscal do Curso Normal, Prof. Silomena Machado Teixeira, membros do corpo docente e parâmetro da Turma N.º 1 de Lourdes, Sr. Luiz Paiva Pereira, Inspetor do Ensino Primário, Sr. Gastão de Oliveira Sobrinho, respondendo pelo expediente da Inspetoria Federal, e Revda. Madre Inocência Maria, Superiora do Ginásio "São José". Estavam presentes a esta sessão os membros da Diretoria, todo o corpo docente e considerável número de pessoas. Aberta a sessão pelo presidente da mesa, S. Excia. Revdma. D. Luiz Gonzaga Marelim, ouviu-se o Hino do Ginásio pelas jovens diplomandas. Interpretando os sentimentos de suas colegas, falou a oradora oficial - Maria de Lourdes Souza, que em brilhante oração focalizou o importante papel da educadora católica, pondo em relevo os altos interesses de Deus e da Pátria. Houve em seguida a solene entrega dos diplomas às professorandas: Ana Amélia

## ANEXO B – Lei que determina elevação de Caxias à cidade

( 17 )

cia, a fizea imprimir, publicar, e correu. — Palacio do Governo do Maranhão aos vinte oito dias do mez de Junho de mil oitocentos e trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

ANTONIO PEDRO DA COSTA FERREIRA.

Estava o Sello.

*Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, mandando reedificar a Igreja Matriz de N. S. da Conceição da Villa de Viana, como acima se declara.*

Para Vossa Excellencia ver.

*Marcellino de Azevedo Perdigão a fez.*

Sellada e publicada na Secretaria da Presidencia da Provincia em 28 de Junho de 1836.

*João Rufino Marques.*

Registada a fl. 22 v. do Livro 1.º de Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo do Maranhão em 30 de Junho de 1836.

*José Candido Vicira.*

---

LEI N.º 24. — DE 5 DE JULHO DE 1836.

Antonio Pedro da Costa Ferreira, Presidente da Provincia do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

( 18 )

Art. 1.º Ficam elevadas á Cathegoria de Cidade, as Villas de Caxias e Alcantara.

Art. 2.º Ficam revogadas todas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.—O official maior da Secretaria da Presidencia, no impedimento do Secretario da Provincia, a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão aos cinco dias do mez de Julho de mil oitocento trinta e seis, decimo quinto da Independencia e do Imperio.

ANTONIO PEDRO DA COSTA FERREIRA.

Estava o Sello.

*Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, elevando as Villas de Caxias e Alcantara desta Provincia á Cathegoria de Cidade, como acima se declara.*

Para Vossa Excellencia ver.

*José Candido Vieira a fez.*

Sellada e publicada na Secretaria da Presidencia da Provincia do Maranhão em 5 de Julho de 1836.

*João Rufino Marques.*

Registada a fl. 23 do Livro de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial. Secretaria do Governo do Maranhão em 7 de Julho de 1836.

*José Candido Vieira.*

## ANEXO C – Ata de fundação do Colégio São José

Ata de fundação do Collegio S. José, dirigido pelas Irmãs Capuchinhas, nesta cidade de Cascas, Estado do Maranhão.

Aos quatorze dias do mes de fevereiro do anno de mil novecentos e trinta e sete, ás oito horas da manhã, a praça da Independência, nesta cidade de Cascas, Estado do Maranhão, com a presença de numerosa assistência, realisou-se a inauguração do Collegio de S. José, educandario que obedecerá a direcção das Irmãs Capuchinhas. Constatou a cerimonia da bênção da imagem do glorioso S. José, patrono do educandario, bênção do altar da capellinha do collegio, missa acompanhada a canticos e bênção de todo o estabelecimento, officiado o Rom. P. Frederico Pires Chaves, zeloso co-adjutor desta parochia. Realisou-se assim o grande anseio da alma casciense que era o do estabelecimento no novo meio de um collegio religioso onde a alma infantil de nossa terra beberse os sublimes ensinamentos da nossa santa religião. Ideia sublime que vivendo no estado embrionario em todas as consciencias tomou vulto e concretizou-se graças ao zelo do virtuoso sacerdote Pe. Carlos Bacellar, um dos grandes amigos de Cascas e das filhas do Patriarcha de Assis. Constatou, digo, só faltava para a realisação de tão magnifica ideia, um cebro que iniciasse o movimento em favor da fundação do collegio e almas generosas e abnegadas que contribuissem quer com o auxilio material, quer com o trabalho fatigante e esbaustivo. As obras de Deus, porém, têm o privilegio de apresentar sempre um aspecto milagroso. Ao apelo dos Rom. P. desta parochia, um coração profundamente christão, e da Bem. Sr.ª D. Santa de Brito Pereira, acolheu a ideia e deu o passo decisivo contribuindo esmola com o patrimonio necessario a servir de base ao edificio material do educandario. E depois desta virtuosa



embora quantos almas de boa vontade não lesaram  
 também a sua offerta, sem falar nos nossos cultos os  
 vigários, almas e dentes de todo esse movimento religioso!  
 Os nomes destes generosos benfeitores acham-se todos  
 registrados no livro competente.  
 Para sondar as possibilidades do estabelecimento do collegio  
 estiveram aqui em junho do anno passado, a convento de  
 S. Maria de Carlos Bacellar a Roma Madre Geral das  
 Irmãs Capuchinhas acompanhada da Irmã Carissima.  
 Dos dados colhidos pelas Romas Irmãs resultou o acto  
 que hoje acabamos de presenciar - a installação solen-  
 ne do Collegio S. José. As Romas Irmãs chegaram a  
 esta localidade a dez do corrente mez vindo como supe-  
 riora a Roma Irmã Delfina sendo suas companhei-  
 ras de apostolado as Romas Irmãs Elicta, Justina, Pa-  
 cida e Ingracia. Acompanhando as viajantes vieram  
 honrar com suas presenças a fundação da nova casa  
 confiada ao zelo das filhas de S. Francisco a Roma  
 Irmã Ignez, Superiora do Orphanato de S. Luzia em  
 S. Luiz do Maranhão e a Irmã Florentina. Graças  
 muitas graças devemos pois dar a N. S. Jesus Christo  
 pelo estabelecimento do Collegio S. José na parochia de  
 Caxias. E para constar foy-se esta acta que  
 depois de approvada será assignada por todos os  
 presentes

José L. Guimarães, em  
 Paulo Honório Luiz  
 Felício Alves  
 Adelino Cruz  
 Eugênio A. Silva  
 João Paulo de Menezes

## ANEXO D – Primeira folha da Ata de inauguração da Escola Santa Rosa de Viterbo

## Acta da inauguração das Escolas Domésticas Proletárias, em Cascias do Maranhão

1

Nos dezesseis dias do mez de agosto de mil novecentos e trinta e sete, da era de Nosso Senhor Jesus Christo, na casa numero cinco, da praça Pedro Segundo, nesta cidade, no edificio sede do Educandario São José, superiormente dirigido pelas virtuosas Irmãs Capuchinhas, realizou-se a inauguração da Escola Doméstica Santa Rosa, organizada em beneficio das familias operarias, fundada pelo Reverendissimo Padre Joel Barbosa Ribeiro. Com o encargo de cooperar em prol desta benemerita instituição, o seu fundador organizou a seguinte directoria, constituída pelas <sup>as</sup> Senhoras D. D.: Tracy Guimarães, presidente; Antonia Borralho Bôavista e Esméralda Ferreira Cantanhêde, respectivamente, primeira e segunda secretaria; Belmira Lôbo, Eva Carneiro dos Reis, thesoureras; directoras: D. D. Corina Cruz Guimarães, Emilia Gonzaga Costa, Etelvina Menêzes, Dolores Rote Carvalho; cooperadoras: D. D. Carmelita Chaves Cruz, Casimira Cantanhêde, Maroquinha Tração, Alice Costa Vidigal, Antonieta Castello Gonçalves, Diniz Costa e Silva, Rosalina Barros, Luzia Moura e Silva, Maria Luiza Cantanhêde, Maria R. Lemos, Maria Cecilia Bittencourt, Zulima Cal.

## ANEXO D 1 - Ata de inauguração da Escola Regional de Caxias

Ata da inauguração do Curso Normal Regional "São José".

Dos quinze dias de janeiro de mil novecentos e quarenta e nove, no Educandário "São José", à praça Francisco Dias Carneiro n.º 3, foi iniciado o Curso Normal Regional, devendo, entretanto, o estabelecimento chamar-se "Escola Normal São José", ficando o curso primário a ele anexado. No dia 10 de janeiro foram realizadas as inscrições para exames de admissão, os quais realizaram-se no dia 23. Jovens de mesmo mês, com uma presença de 22 alunos, sendo 21 aprovados.

Por decreto n.º 583 de 28 de fevereiro de 1949, o Governador do Estado do Maranhão declarou aprovada o Regimento do Curso Normal Regional de Caxias, fundado e mantido pelas Irmãs Servas Capuchinhas, para formação de professoras primárias e em continuação ao curso primário geral. As aulas do 1.º ano, tiveram início a 7 de março, funcionando no mesmo prédio do Educandário e com matrícula de 19 alunos. No dia 19 de março, feita a abertura - São José, foi solene e oficialmente publicada a inauguração do referido curso, havendo Sr. Jacin Rodrigues P. Luiz, pedagogo da Cunha Marinho, lido nesta data discurso elogiando a santa missão na escola do Educandário e, em presença das autoridades e pais em geral, declarou iniciado o 1.º ano normal, já em funcionamento. Depois de um belo discurso, terminou augurando nos mil progressos para bem da Escola Normal como também a prol dos estudantes pobres, desta cidade. E para constar, em como secretário, lavrei a presente ata, que, será assinada pela Diretora em exercício.

Caxias, 20 de março de 1949.

Irmã Dionísia Maria - Secretária.

Irmã Rafaela Maria  
Irmã Hilária Maria  
Irmã Elvira Maria



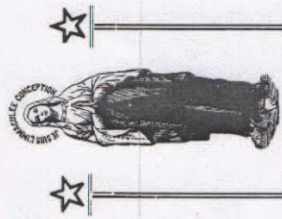
ANEXO F - Publicação no DO que outorgou mandato ao Ginásio São José para ministrar o Curso Normal.

ANEXO - F		REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL	
<b>Diário Oficial</b>			
ESTADO DO MARANHÃO			
ANO XLIX	S. LUIS — TERÇA-FEIRA, 1 DE NOVEMBRO DE 1955	NUM. 246	
<b>ATOS DO PODER EXECUTIVO</b>			
DECRETO N. 1123 DE 1 DE NOVEMBRO DE 1955.			
Outorga mandato ao Ginásio S. José, de Caxias.			
O Governador do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a que consta do proc. n. 2789/55—GG.			
Decreta:			
Art. 1.º — Fica outorgado mandato ao Ginásio S. José, de Caxias, para ministrar o Curso de Ensino Normal do 2.º Ciclo.			
Parágrafo único — Nos termos do Art. 56, do Decreto-Lei 1.462, de 31.12.46, que adaptou às novas leis orgânicas o ensino primário e normal do Estado, esta outorga do mandato fica subordinada a confirmação do Ministério de Educação.			
Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.			
Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luis, 1.º de Novembro de 1955, 134.º da Independência, 67.º da República.			
EUGENIO BARROS Fernando Barbosa de Carvalho			
O Governador do Estado Assinou na Pasta da Secretaria de Educação e Cultura os seguintes atos:			
DIA 17-10-53			
Nomeando, nos termos do art. 12, inciso II, combinado com o art. 15 da Lei 1011, de 28.10.53, Concórdia de Maria Carvalho Souza, para o cargo de Professor Normalista, padrão E, com lotação no município de Coroatá, na localidade denominada Piqui, a contar de 1.9.55.			
DIA 20.10.55			
Exonerando, a pedido, Maria José Viana, do cargo de Professor Normalista, padrão E, com lotação no G.E. "Barbosa de Godois", desta Capital, em virtude de ter sido nomeada para cargo público federal, a contar de 15.9.55.			
Exonerando, a pedido, Terezinha de Jesus Marques Martins, do cargo de Bibliotecário, padrão I, da Biblioteca Pública do Estado, cargo que vinha exercendo em substituição a Nilde Ferreira Camara, em virtude de ter sido nomeada para cargo público federal.			
Nomeando, nos termos do art. 12, inciso II, combinado com o art. 15, da Lei 1011, de 28.10.53, Maria José Maranhão Carvalho, para o cargo de Regente do Ensino Primário, padrão A, com lotação na Escola Rural da Sede, no município de Matões.			
<b>Gabinete do Governador do Estado</b>			
NOTA OFICIAL			
CONFERENCIAS: — Estiveram, hoje, em conferência com o Exmo. Sr. Governador do Estado, as seguintes pessoas: Sr. José Rebêlo, Diretor Geral do Tesouro; Dep. Paulo Matos; Dep. Freitas Diniz; Dep. Santos Neto; Dep. Encômio Araújo; Sr. Capitulino Amorim, Diretor da Rádio Timbira; Sr. Nelson Porto, Fiscal de Rendas do Estado; Sr. Vicente Celestino da Silva, Diretor do Departamento de Indústria e Comércio; Sr. Gentil Menezes, Comerciante em Caxias; Cel. Homero Brauna, Chefe Político em Pedreiras; Sr. José Bernardo Bezerra, Chefe Político em Pindaré-Mirim; Sr. Raul de Freitas; Dep. Luis Coêlho; Dr. José Martins, Médico do IAPETC; Prof. José de Souza Marques, Suplente de Dep. Federal pelo PSD no Rio de Janeiro; Sr. José Ribamar Calado, Funcionário Federal; Sr. Odino Vellozo Filho, residente em IPIXUNA.			
DESPACHO: — O Exmo. Sr. Governador recebeu, hoje, para despacho, os senhores Dep. Joel Barbosa Ribeiro, Secretário do Interior, Justiça e Segurança, Sr. Carlos Martins, Secretário das Finanças e Prof. Fernando Cavralho, Secretário da Educação e Cultura.			
DESPEDIDA: — Apresentando despedidas por motivo de viagem ao Rio de Janeiro, esteve no Gabinete do Exmo. Sr. Governador do Estado, o Dr. Guilherme Rocha Salgado, Delegado do Trabalho nesta Capital.			
CONFERENCIAS: — Estiveram, hoje, em conferência com o Exmo. Sr. Governador do Estado, as seguintes pessoas: — Doutor José de Matos Carvalho; Dr. José Burnett, Delegado do SESI; Dep. Djalma Brito; Sr. João Sampaio, Chefe Político em Lago da Pedra; Dep. Santos Neto; Dr. Pires de Sabola, Diretor dos "Diários Associados"; Sr. Teodoro Batalha, Chefe Político em Arari; Professora Olga Bezeza; Dep. Ivar Saldanha, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; Sr. João Arcanjo Monteiro, Chefe Político em Magalhães de Almeida; Cel. Humberto Amorim, Cmte. da PME, e Chefe de Polícia; Dep. Orlando Leite, Líder da Maioria.			
DESPACHO: — O Exmo. Governador do Estado recebeu, hoje, para despacho os senhores Dep. Joel Barbosa Ribeiro, Secretário do Interior, Justiça e Segurança, Sr. Carlos Martins, Secretário das Finanças, Dr. Tavares das Neves, Secretário da Saúde e Assistência Social e Prof. Fernando Carvalho, Secretário da Educação e Cultura.			
DESPACHOS DO DIA 12.9.55			
Processos:			
N. 2421/53 — Othon de Castro Junior, Assistente Técnico de Contabilidade, do Serviço de Imprensa Oficial, solicitando incorporação de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria: — Ouça-se o Consultor Jurídico.			
N. 3494/55 — Ofício n. 762 do Diretor Geral do Tesouro, solicitando a admissão de Carlos Alves Almeida, para exercer a função de agente fazendário, ref. V, com lotação naquele Departamento: — (E.M. n. 1243, de 9.9.55., do D.S.P. — conclusões favoráveis). Aprovada.			
N. 3493/55 — Ofício n. 69 do Inspetor Geral do Imposto Sobre Vendas e Consignações, solicitando a nomeação de José Henrique Cardoso, interinamente, para o cargo de fiscal, padrão I: — (E.M. n. 1250, de 9.9.55., do D.S.P. — conclusões favoráveis). Aprovada.			
N. 3804/54 — O Presidente da União Artística Operária Carolinense, solicitando pagamento do auxílio de Cr\$ 30.000,00, constante do orçamento do exercício p. passado: — Em face do que se informa, archive-se.			
N. 3456/54 — O Presidente da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de Grajaú, solicitando pagamento do auxílio de Cr\$ 5.000,00, constante do orçamento do exercício p. passado: — Em face do que se informa, archive-se.			

ANEXO G – discurso de despedida de aluna publicado na revista intitulada “Flores do Alverne”

Comemorando o Ano Santo Mariano.

Como manhã raíçosa em que o sol aparece espargido raios de luz sobre a terra atri-



becinhas de anjo, foi Ela co-

roada por outros anjos, Rainha dos nossos corações, de-

corações de suas filhas e as flores simbólicas de suas vir-

tudes. E "FLORES DO ALVERNE", a revista que em seu primeiro alvorecer, surge sob as bênçãos maternais da Vir-

gem annunciada, muito se re-

tribuiu por dedicar-lhe esta página. O seu nome, genuinamente franciscano, como franciscana, mas também são as nossas queridas Mestras, tem grande ligação com o auro acconci-

mento, que o mundo inteiro comemora. E, quando se o Al-

verne, o mundo inteiro comemora. E, quando se o Al-

verne, o mundo inteiro comemora. E, quando se o Al-

3.º — Todos os dias 8 de cada mês, há romaria a Nossa Senhora, com o costume de terço, intercalado com estafé de rosas e propinquoas de 4.º — Um programa dedicado a Maria Santíssima, aos domingos, das 1.º-30 às 11 hs. 5.º — O tempo de oração de cada aluna, colaborará, artística e literariamente com sua página, onde externará sua opinião. Aquelas que, todas, em Maio, terão o privilégio de viverem agora neste ano Santo Mariano uma vida de penitência, orações e sacrifícios.

1.º — O terceiro diário, comum, e a Oração do Ano Santo Mariano, composta pelo Santo Padre. 2.º — As quartas e sábados,

comemorando o Ano Santo Mariano. 3.º — Todos os dias 8 de cada mês, há romaria a Nossa Senhora, com o costume de terço, intercalado com estafé de rosas e propinquoas de 4.º — Um programa dedicado a Maria Santíssima, aos domingos, das 1.º-30 às 11 hs. 5.º — O tempo de oração de cada aluna, colaborará, artística e literariamente com sua página, onde externará sua opinião. Aquelas que, todas, em Maio, terão o privilégio de viverem agora neste ano Santo Mariano uma vida de penitência, orações e sacrifícios.

1.º — O terceiro diário, comum, e a Oração do Ano Santo Mariano, composta pelo Santo Padre. 2.º — As quartas e sábados,

comemorando o Ano Santo Mariano. 3.º — Todos os dias 8 de cada mês, há romaria a Nossa Senhora, com o costume de terço, intercalado com estafé de rosas e propinquoas de 4.º — Um programa dedicado a Maria Santíssima, aos domingos, das 1.º-30 às 11 hs. 5.º — O tempo de oração de cada aluna, colaborará, artística e literariamente com sua página, onde externará sua opinião. Aquelas que, todas, em Maio, terão o privilégio de viverem agora neste ano Santo Mariano uma vida de penitência, orações e sacrifícios.

1.º — O terceiro diário, comum, e a Oração do Ano Santo Mariano, composta pelo Santo Padre. 2.º — As quartas e sábados,

UMA DESPEDIDA

Aproxima-se o fim do ano; todos os estudantes procuram estudar bastante, para ganhar mais um degrau da longa escada da Ciência.

Eu, por minha vez, procuro esquecer-me, até ao chegar ao fim que me trará imensa alegria, pois, sou concluinte do Ginásio. Contudo, esta alegria transformar-se-á em grande tristeza pelo seguinte:

Desde a 1.ª série ginasial que estudo neste abençoado Colégio — o Ginásio "São José" — tão bem dirigido por Regiosas abnegadas, que são as Irmãs Franciscanas. Se- guntam-se as outras séries, e procuram a ouvir, se se compo-

E assim, ouvindo conselhos e recebendo a necessária instrução, ministrada com tanto devotio, estou concenno o meu curso ginasial. E por isso sou obrigada a deixar este convívio tão caro ao meu coração.

Vou deixar. Mas, como? A mim mesma pergunto! E em resposta: — Iras deixar o teu querido Colégio, mas levarás contigo, saudáveis, o

Grata homenagem

Aressar de minha pouca capacidade, transcrevo em uma das páginas da nossa revista, algumas palavras dedicadas a mesma e às suas fundadoras.

Esta revista, que tem por título "FLORES DO ALVERNE", tem como finalidade não só desenvolver nosso intelecto, como também, incutir, nas almas, o amor pela literatura. Devemos, pois, cooperar com ela, tornando-a mais tarde, definitivamente, uma boa vontade, grandes vultos da literatura brasileira.

Disse alguém que a literatura de um povo é o desenvolvimento que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais heróico na moral e de mais belo na natureza, e eu creio que esta é a definição mais progressiva de sua inteligência.

Para a criação desta revista teve parte principal a nossa distinta e competíssima Superiora - Madre Inocência - que, ao lado de nossas boas Mestras, tudo fez para vê-la realizada e lançado em mundo, e do entusiasmo crescente que reina entre nós.

Quais verdadeiros estatuidos, as Irmãs esforçaram-se para o talhe no bloco amorfo, para o desgaste das quinas e do desleixo, e para a realização de suas idéias em seus corações, cheios do amor Divino, na perfeição da obra de educação que vêm realizando. E, com o cinzel do exemplo, da oração, da paciência, do conselho amigo, das 30

Essas jovens são estúdas vivas, esculpidas pelo apostolado de almas eletas, que, incessantemente, mantêm o lar, apesar do trabalho que a sua vontade negar sua participação de cooperação, para seu embelezamento e brilho. As abnegações irmãs, agradeço, em nome as alunas do Ginásio S. José, esta criação benéfica e progressiva.

As colegas, almejo o triunfo e a glória.

Maria dos Remedios V. Pinto 4.ª Série



## ANEXO H – Ata da reforma dos estatutos do CSJ

Ata da reforma dos Estatutos do Educandário "São José" - Menores abandonados - dirigido pelas Irmãs Capuchinhas de Cascias - Maranhão.

Às quinze dias do mês de maio do ano mil novecentos e cinquenta e dois, às nove horas, na sede do Educandário "São José" de menores abandonados à praça Dias Carneiro, nº, nesta cidade, reuniram-se suas dirigentes - Irmãs Cerceiras Capuchinhas, a fim de discutirem sobre a reforma dos Estatutos do referido Educandário.

Depois de ouvidas várias opiniões, ficou deliberado ser feita a desejada reforma dos estatutos, que será impressos depois de aprovados e devidamente registrados, sendo tiradas duzentas cópias para serem distribuídas entre as alunas interessadas.

De comum acordo, foram organizados os títulos, parágrafos e itens dos Estatutos transcritos abaixo, e que, por unanimidade, foram aprovados:

Estatutos do Educandário "São José"

Dirigido pelas  
Irmãs Cerceiras Capuchinhas  
Cascias - Maranhão

Internato e Externato  
Curso infantil  
Curso primário oficializado  
Histórico

O Educandário "São José", de "menores abandonados", fundado na cidade de Cascias - Maranhão, a 14 de fevereiro de 1937, é dirigido pelas

Imãs Ceceiras Capuchinhas.

Continua a funcionar num prédio, higiênico e confortável, situado à praça "Dias Barreiro," pertencente à diocese de Laxias. O prédio dispõe de amplas e bem arejadas salas para aulas e estudos, vasta área para recreio e exercícios físicos e demais instalações próprias de uma boa casa de ensino.

#### Das Finalidades

O Educandário mantém curso - Infantil e Primário oficializado pelo Governo do Estado, Decreto n.º 66, de 28 de fevereiro de 1939.

Foi este estabelecimento considerado de utilidade pública pelo Decreto Lei n.º 585, de 1 de março de 1940.

Tem por finalidade principal a educação moral e religiosa da juventude a par de sólida e esmerada educação cívica e doméstica, sendo a instrução literária de pleno acôrdo com o programa do Estado.

#### Da Administração

O Educandário "São José" é dirigido por uma Irmã Professora Normalista a qual, no uso de suas atribuições como Diretora, cabe a representação do Estabelecimento perante as autoridades eclesiásticas, poderes públicos, instituições privadas, etc.

Entre as atribuições da Diretoria estão compreendidas as de receber subvenções, donativos e outros auxílios destinados a esse Estabelecimento e deles dispor de acôrdo com as necessidades do mesmo, observando o maior critério de economia.

A Diretora poderá delegar verbalmente ou, se necessário, por instrumento público ou particular as prerrogativas que lhe são conferidas, nos presentes Estatutos, a uma das outras Irmãs integrantes da direção do Estabelecimento.



L. J. Maria 6

## Do Ensino

O ensino compreende os cursos: Infantil e Primário geral.  
O curso Infantil compreende três séries, conforme a capacidade mental dos pequeninos de 4 a 6 anos.

O curso Primário geral, em cinco séries, divide-se em cursos elementar e complementar, ministrados, de acordo com o programa Oficial do Estado e sob a fiscalização do Estado.

## Condições de Admissão

1- Atestado de saúde. 2- Atestado de vacina. 3- Atestado de boa conduta. 4- Certidão de batismo e de idade.

## Disciplina Geral

1. As alunas estarão sempre sob a vigilância das Irmãs, as quais, as tratarão com a dedicação e o carinho que inspira a nossa Religião, assistindo os seus recreios, refeições, etc. 2. Para a formação cristã, moral e intelectual das alunas, são empregados os seguintes meios:

a) assistência contínua das Irmãs que, com suave energia, procurarão a exata observância dos estatutos e da disciplina interna;

b) pelo espírito de fé, na formação do caráter, reto e da consciência pura, base dos mais elevados sentimentos de uma virgem cristã;

c) por conselhos apropriados e advertências prudentes na correção dos defeitos;

d) enfim, pelo ensino eficiente, ministrado pelos métodos modernos.

3. Procurarão mostrar a mais perfeita distinção no modo de falar com as Irmãs e colegas, no andar, no entrar e sair das classes, demonstrando, em tudo, esmerada educação doméstica.

4. Não é permitido trazer para o colégio, revistas, jornais, fotografias, livros e outras coisas que não se relacionem com os estudos.

5. As alunas terão, para com todas as Irmãs, res.

feitosa deferência e obediência.

6. Recomenda-se a todas as alunas o máximo silúcio religioso e respeito na capela, onde está presente Jesus Cu, carlsta, no Santíssimo Sacramento.

É proibido à cada Aluna:

1. Levantar-se antes do sinal de despertar.
2. Entrar no dormitório, rouparia, salas de aulas, copa e cozinha, sem a devida licença.
3. Correr, falar alto nas aulas, deixar em desordem os livros, cadernos, material de costura e outros objetos do próprio uso.
4. Sair das aulas, salas de trabalhos e dos recreios sem a devida licença.
5. Responder às Irmãs e colegas, evitando modos inconvenientes e gritos, até mesmo nos recreios, porque demonstra falta de educação doméstica.
6. Remeter e receber cartas, bilhetes e recados sem autorização da Superiora.

Das Visitas e Saídas

1- As alunas internas poderão receber visitas dos pais ou pessoas por eles autorizadas, todos os domingos, das 8 às 11 horas.

2. Serão saída aos primeiros domingos de cada mês, isto é, sairão no sábado às 17 horas, devendo regressar ao colégio, às 7 horas de segunda-feira, perdendo a saída imediata a aluna que por motivo injustificado, desobedecer a esta determinação.

3. Perderá o direito de saída a aluna que, no mês anterior, não obtiver média satisfatória.

Nota - É proibido visitas no período das aulas.

Contribuições

Externo

Matricula

R. \$ 50,00

L. D. Maria 7

## mensalidades

Curso Infantil	Cr. # 25,00
1. <sup>a</sup> série	" 30,00
2. <sup>a</sup> "	" 30,00
3. <sup>a</sup> "	" 35,00
4. <sup>a</sup> "	" 40,00
5. <sup>a</sup> "	" 50,00

## Internato

Matricula	Cr. # 100,00
Pensão	" 400,00
Roupa lavada e empomada	" 50,00

Nota: As alunas, reconhecidamente pobres, não somente serão ministrado o ensino gratuito como também ser-lhes-ão fornecidos material escolar, roupa, calçados, mantimentos, medicamentos e tudo que lhes for necessário, quer tratando-se de externas, quer de alunas internas.

## Enxoval

Uniforme = saia azul marinho, de casemira ou de lã, 5 blusas brancas, sendo uma de seda e 4 de cordonete, segundo o modelo.

4 aventais de xadrez azul marinho e 4 bluzinhas brancas, segundo modelo dado.

6 ou mais combinações

12 calcetas

6 camisolas de dormir (compuídas e com mangas)

4 lençóis de 2 ons. x 1,40

3 fronhas de 60 cms. x 40

1 cobertor de lã (facultativo)

3 toalhas de rosto

2 toalhas de banho

2 colchas brancas

1 roupa de banho (conforme o modelo dado)

2 pares de fio liguico

6 pares de meias brancas  $\frac{3}{4}$

6 leucos  
 2 pares de sapatos pretos (conforme modelo dado)  
 2 pares de alpercatas para casa  
 1 par de tanhancos para o banho  
 4 guardanapos brancos de 40 cms. x 40.  
 2 sacos para sopa servida  
 1 uniforme para E. Física, branco e azul marinho  
 (segundo o modelo).  
 Calher completo, pratos - raso, fundo e de sobremesa,  
 1 chicara grande, 2 copos.  
 Cintas - grosso e fino; objetos de assio - pasta, sa-  
 bonete, escova, etc.  
 Nota - O enscoval deve ser marcado com o  
 nome da alumna, por extenso.

Para os devidos fins, eu, secretária do Educan-  
 dário "São José", lavrei a seguinte ata, que será assinada  
 por mim e toda diretoria presente.

Caxias, 15 de maio de 1952.

Irma Rafaela Maria	- Secretária
Irma Heliana Maria	- Diretora
Irma Elisa Maria	- Tesoureira
Irma Círcia Maria	- Auxiliares
Irma Yolanda Maria	"
Irma Juliana Maria	"
Irma Cornélia Maria	"
Irma Conceição Maria	"

Reconheço as firmas supra em nu-  
 mero de oito; do que  
 dou fé.

Caxias, 9 de outubro de 1952.

Em testº

de verificação

Abelino do 1.º Cúcio

## ANEXO I - Ata de Comemoração do Dia das Crianças.

## Ata da comemoração do dia da Criança

Aos dezesseis de Outubro de mil novecentos e trinta e sete, foi neste Educandário, muito modestamente comemorado o dia da criança.

As nove horas da manhã, em um dos salões onde funcionam as aulas, presente o Exmo. Sr. Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. João Matos, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. Alcindo Cruz e demais pessoas gradadas, reunidos os corpos docente e discente, após o Hino do Educandário cantado pelas alunas, falou a aluna M<sup>ã</sup> de Lourdes Cruz, saudando o Exmo. Sr. Diretor da Instrução.

Em seguida teve a palavra a professora M<sup>ã</sup> dos Remedios Leitão, que em linguagem clara e persuasiva dissertou sobre o belotema, conseguindo prender a atenção das crianças, fazendo-as lhes compreender, então, a alta significação daquele dia.

Terminada esta preleção, seguiram-se diversos números: canto orfônico, poesias, monólogo cantado, Hino Cariense, ginástica cantada, terminando com o Hino Nacional.

Após o último número, o Exmo. Sr. Dr. João Matos, em frases de extrema delicadeza e atenção, agradeceu o convite que lhe tinham feito as crianças, fez-lhes compreender quanto era justa aquela manifestação.

Terminando, S. Excia. parabenizou as alunas pelo bom êxito dos seus esforços em tão pequena praça.

Para constar foi lavrada esta ata que vai

ANEXO J— Declaração às alunas pelo Bispo Diocesano de Caxias, publicada na Revista "Flores do Alverne"

Precisa-se de uma jovem

TRANSCRITO

Rita E. Latellado de Vitória, no El Monitor de Buenos Aires (Tradução e adaptação de Mariana Pimentel, do Ministério de Educação).

Precisa-se de uma jovem... precisa-se de uma jovem que seja alegre e alegre de faces rosadas e olhos brilhantes, que mostre no sorriso a alegria de viver, que haja aprendido a brincar com bonecas, a cozinhar, a coser e a fazer seus próprios vestidos, e que não queira ser educada e não se dê com boas notas. Que seja em casa e na escola verdadeira e sincera, prudente e discreta; que alimente em sua alma idéias sãs e realize ações nobres e generosas. Uma que saiba fazer as compragens no supermercado, que saiba estudar e ensinar, que seja religiosa, confiante, submissa ao dever, corajosa e simpática, e que tenha o seu quarto, seu corpo e sua alma, como frequentada pela cristã. Que seja capaz de cuidar do piano, de pintar, de cuidar de pássaros e flores, e a recitar. Uma que goste tanto da cozinha como do salão, do campo e dos seus saudáveis exercícios, como de dentro e de fora. Uma que seja de espírito; que se traje na moda, porém, com modéstia e simplicidade e que não inveje a sorte nem o colar da vizinha; que não murmure nem use suas teouras senão para coradiamente; que, no salão e no lar, brilhe pelo espírito e ilumina pela inteligência; que sem falsa irritação, nem petulância, não se queixe de nada; que, sendo noiva, elle direito ao coração do homem e não a sua bolsa, lembre-se que o primeiro dever da mulher, antes de sanhar com a indolência estéril, é o de educar a família, e que, sujeita a dis-

ciplina doméstica, não se esqueça de que a realização de qualquer destino depende do cumprimento dos seus deveres de filha, esposa e mãe. Precisa-se de "UMA" cuja vida tenha sido feita de "humanidades e elevações", porque é assim, na realidade, que se tece a vida; que leia bons livros, zele pela sua saúde e a sua fé, que seja alegre e alegre de faces rosadas e olhos brilhantes, respeitosa com seu pai, solidária com sua mãe; uma que modele, anime e auxilie aquele outro "Jovem", estimulando-o à honra e à ação, à glória e à riqueza, impelindo-o para a nobreza e a elevação, belo, com o olhar fixo na pátria, na pureza dos seus símbolos, na nobreza e elevação dos seus ideais, nas riquezas do seu solo, que impoem o trabalho diário e constante a cada um dos seus filhos, na procura.

Humorismo

Na 4.ª série do curso primário, certa vez, a Irmã perguntou a Elisabeth, aluna não muito aplicada: "Que são situações os ripes"? E elle, prontamente, respondeu-lhe: "Na parte de trás dos quartos".

A. Marlise e a Irmã tambem perguntou onde ella havia passado. Em, num orgulloso dizer: "No C...".

— Em minha casa, respondeu.

Em recreio, entre alunas da 4.ª série, falou-se sobre o "LAPIDORUM" de Dayse, para continuação de... todos — o clássico-Misto, uma caloura que estava de parte, pergunta admirada: "O que a Dayse está aprendendo a dançar?...".

glória dos seus heróis, no talento e honrabilidade dos seus grandes homens do passado e do presente; na história de suas leis, revindicações e suas instituições; que caminhar armado com um escudo forte como o dos cavaleiros medievais; a vontade ardente de fazer o bem, a plena confiança na obra realizada, a esperança de um futuro cego e grandioso no futuro da Pátria.

Precisa-se de uma jovem que ame a vida, que não perca a esperança de viver com aqueles que no mês de Maio se desdembem o covarão e que as costas ao trabalho diário.

A Pátria necessita com urgência de uma jovem assim. Em todas as escolas e em todos os lares ella será sempre procurada.

A uma aluna do curso de admissão, foi perguntado: "Porque o dia 9 de Janeiro foi chamado "O dia do Fico"?".

A resposta veio logo dia. D. Pedro declarou: "Ei! bom não queria ficar mas, como querem que eu fique, eu fico".

Abenção, de coração, "FLORES DO ALVERNE", reinita do Ginásio São José de Caxias. Faço ardentes votos que as belas flores de virtudes que da soldão do Alverne se transplântaram para as dignas filhas de S. Francisco, desabrochem tambem no coração de cada aluna das benemeritas, irmãs Capachinhas, transformando o Ginásio São José, num belo e florido jardim onde o Divino Esposo das almas faz o seu paraíso na terra.

Caxias, 1.º de maio de 1954.

† LUÍZ, Bispo de Caxias.

